

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

MARIA HELENA CORRÊA DA SILVA MATEI

A ironia, a pressuposição e o subentendido
em *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto

Doutorado em Língua Portuguesa

São Paulo
2019

MARIA HELENA CORRÊA DA SILVA MATEI

**A ironia, a pressuposição e o subentendido em
Os Bruzundangas, de Lima Barreto**

Doutorado em Língua Portuguesa

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Língua Portuguesa, sob orientação da Professora Doutora Leonor Lopes Fávero.

São Paulo
2019

Banca Examinadora:

À memória de meu pai, Joaquim Corrêa da Silva, que partiu durante a realização deste trabalho. Suas palavras de otimismo e fé nunca serão esquecidas. Ele costumava dizer: “[...] é assim mesmo, filha; no fim, dá tudo certo!”.

À minha mãe, Helena Aparecida, exemplo de força, coragem e fé.

À memória de meu marido, Francisco Matei, cujo desejo era cuidar de mim quando velhinha.

Ao meu filho, Leonardo Matei, à minha filha, Letícia Matei, e à minha neta, Isabella Tatto Matei: os amores da minha vida!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), código de financiamento 001.

À Capes, meus sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Leonor Lopes Fávero, pela amizade de muitos anos, pela orientação e paciência nos momentos mais difíceis;

à Profa. Dra. Sueli Cristina Marquesi e à Profa. Dra. Ana Lúcia Tinoco Cabral, pela valiosa contribuição no momento de leitura e pelas observações no exame de qualificação;

à Profa. Dra. Maria Lúcia da Cunha Victorio Oliveira Andrade e à Profa. Dra. Ana Rosa Ferreira Dias, por aceitarem o convite para compor a banca de defesa;

aos meus professores do Programa de Pós-graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP, pelo compromisso que demonstraram em relação à educação, contribuindo para minha formação acadêmica e inspiração profissional;

à Profa. Dra. Andrea Pisan, pela força e destreza com que realizou o trabalho de revisão;

à Helena Merron, minha sobrinha, pela atenção e pelo cuidado com que elaborou o Abstract;

à Helena Aparecida, minha mãe, por sempre me incentivar a correr atrás de meus sonhos;

ao Leonardo Matei, meu filho, por torcer por mim e me incentivar à prática da meditação;

à Cida Soares, minha irmã, pelo desejo sincero de ver este trabalho concluído. Minha gratidão por entender minha ausência nos momentos em que acompanhou nosso pai quando ele mais precisava de cuidados especiais;

à Claudete Merron e à Cecília Corrêa, minhas irmãs, pelo amor, pela força e pela confiança que sempre depositaram em mim;

a todos(as) sobrinhos(as), amigos(as) e cunhados, em especial ao cunhado Reginaldo Ribeiro Soares, pela torcida e pelo desejo de ver este trabalho realizado;

ao Roberto Bastos, meu amigo, por atenciosamente ter me acolhido em sua casa e por ter me acompanhado nas visitas que fiz ao Rio de Janeiro a fim de conhecer os locais onde viveu Lima Barreto.

Em especial, agradeço à Letícia Matei, minha filha, pelo carinho e pela ternura com que me acompanhou nesta luta, não medindo esforços para me socorrer, pacientemente, no que se refere à ajuda com a tecnologia e, também, ao apoio digital na reescrita de alguns trechos da tese, quando necessário. Sua solidariedade nos momentos mais difíceis jamais será esquecida. A você, Letícia, minha profunda gratidão!

*Vamos recordar Lima Barreto
Mulato pobre, jornalista e escritor
Figura destacada do romance social (...)
Seus pensamentos, seus livros
Suas idéias liberais
Impressionante brado de amor pelos humildes
Lutou contra a pobreza e a discriminação
Admirável criador, ô ô ô ô
De personagens imortais
Mesmo sendo excelente escritor
Inocente, Barreto não sabia
Que o talento banhado pela cor
Não pisava o chão da Academia*

*(ADRIANO. Lima Barreto – Mulato, pobre, mas
livre [samba-enredo, Unidos da Tijuca], 1982)*

MATEI, Maria Helena Corrêa da Silva. **A ironia, a pressuposição e o subentendido em *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto**. 2018. 105 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

Esta tese, situada na linha de pesquisa *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tem como tema os elementos textuais e discursivos presentes nas crônicas que compõem a obra *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. Nesses textos, a ironia é o fio condutor da crítica do autor à sociedade de seu tempo e perpassa, sobretudo, o conteúdo implícito, detectado, ora por meio da pressuposição, ora por meio do subentendido. Nesse contexto, as perguntas de pesquisa que norteiam este estudo são: 1) Como os implícitos se manifestam nas crônicas analisadas?; 2) Que relações podem ser estabelecidas entre os implícitos e a ironia?; 3) De que modo a pressuposição e o subentendido veiculam os implícitos?; 4) Em que medida o contexto possibilita a compreensão do subentendido? Para responder a esse questionamento, estabeleceu-se como objetivo geral: investigar o implícito em crônicas de Lima Barreto publicadas em *Os Bruzundangas*, e como objetivos específicos: a) averiguar como o implícito se manifesta nas crônicas analisadas; b) identificar as relações entre implícitos e ironia; c) reconhecer os elementos linguísticos que trazem os implícitos, veiculados pela pressuposição e pelo subentendido; d) identificar o contexto que permeia cada crônica e que permite a compreensão do subentendido. O aporte teórico adotado é constituído principalmente por Fargoni (1993), Fávero (2005, 2009), Neves (1992), Candido (1992) e Coutinho (1976), para tratar da crônica; por Nery (1998), Borges (2009), Minois (2003), para tratar da sátira, e por Brait (2008), Moisés (2001), Perelman e Tyteca (2014), Sevcenko (2003), para tratar da ironia. Para se abordar a pressuposição adotou-se o aporte de Ducrot (1972, 1981, 1987, 1991); em relação ao subentendido, buscou-se o estudo de Ducrot (1987), e no tocante à noção de contexto adotou-se o aporte teórico oferecido por Charaudeau (2010) e van Dijk (2012). O desenvolvimento deste estudo justifica-se por haver poucas pesquisas sobre *Os Bruzundangas* no tocante ao aspecto linguístico e extralinguístico. Esta pesquisa mostra que os elementos implícitos são responsáveis, em grande parte, pela construção de sentido, especialmente no que se refere à ironia.

Palavras-chave: Crônica. Sátira. Implícito. Pressuposição. Subentendido. Ironia.

MATEI, Maria Helena Corrêa da Silva. **The irony, the presupposition and the implications in *Os Bruzundangas*, by Lima Barreto.** 2018. 105 p. Thesis (Doctorate in Portuguese Language) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

This postgraduate thesis in Portuguese language at Pontifícia Universidade Católica de São Paulo is in the line of research text and discourse in the oral and written form. It focuses on the textual and discursive elements present in the chronicles of *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. In these texts, irony is the guiding thread of the author's criticism of his society and, above all, involves the implicit content, detected, sometimes through the presupposition, and sometimes through the sub-understanding. In this context, the research questions which guide this study are: 1) how the implicit ones manifest themselves in the analysed chronicles?; 2) what relations can be established between the implicit and the ironic?; 3) In what way presupposition and the implied convey the implicit?; 4) To what extent the context allows the understanding of the implied? In order to answer these questions one must investigate the implicit in the chronicles of Lima Barreto published in *Os Bruzundangas*. As specific objectives one should: a) ascertain how the implicit manifests itself in the chronicles analyzed; b) identify the relations between implicit and irony; c) recognize the linguistic elements that bring the implicit ones, conveyed by the presupposition and the sub-understanding; d) identify the context that pervades each chronicle and allows the understanding of the implied. The theoretical contribution adopted consists primarily of Fargoni (1993), Fávero (2005, 2009), Neves (1992), Candido (1992) and Coutinho (1976). To deal with the chronicles: Nery (1998), Borges (2009) and Minois (2003). To deal with satire: Brait (2008), Moisés (2001), Perelman Tyteca (2014) and Sevcenko (2003) to deal with irony. In order to approach the presupposition adopted by Ducrot's contributions (1972, 1981, 1987, 1991); in relation with the implicit, one sought Ducrot's study (1987), and the notion of the context which adopted the theoretical approach offered by Charaudeau (2010) and van Dijk (2012). The development of this study justifies itself for having less research about *Os Bruzundangas* regarding the linguistic and extralinguistic. This research elucidates that the implicit elements are largely responsible for the construction of meaning, especially with regard to irony.

Keywords: Chronicle. Satire. Implicit. Presupposition. Implication. Irony.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – Contextualização da pesquisa e constituição do <i>corpus</i>	14
1.1 Aspectos biográficos de Lima Barreto.....	14
1.2 Panorama socio-histórico.....	19
1.3 O gênero crônica.....	27
1.4 Constituição do <i>corpus</i>	31
CAPÍTULO II - Fundamentação teórica.....	33
2.1 Sátira.....	33
2.2 Ironia.....	35
2.3 O implícito: pressupostos e subentendidos.....	39
2.4 O fenômeno da pressuposição.....	44
2.5 O papel do contexto.....	56
CAPÍTULO III - Análise do <i>corpus</i>	62
3.1 Categorias de análise.....	62
3.2 Procedimentos metodológicos.....	62
3.3 Análise dos textos.....	63
3.3.1 A nobreza da Bruzundanga.....	63
3.3.2 A sociedade.....	76
3.3.3 Um grande financeiro.....	89
CONCLUSÃO.....	98
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXOS.....	105

INTRODUÇÃO

Esta tese está inserida na linha de pesquisa *Texto e discurso nas modalidades oral e escrita*, do Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e tem como tema os elementos textuais e discursivos presentes nas crônicas que compõem a obra *Os Bruzundangas*¹, de Lima Barreto.

Os conceitos teóricos que embasam o exame desses textos referem-se, principalmente, à pressuposição, ao subentendido e à ironia. Tanto a pressuposição (DUCROT, 1972; 1981; 1987; 1991), que se desdobra em posto e pressuposto, como o subentendido (DUCROT, 1987), veiculam implícitos, porém o fazem de modo diferente. No caso da pressuposição, o implícito é detectado por meio de “pistas”, inscritas na superfície do texto, que aparecem na forma de recursos lexicais ou gramaticais e introduzem o pressuposto. Já no caso do subentendido, o implícito é apreendido por meio de um raciocínio que se faz acerca da situação de comunicação, por exemplo. Caso não haja no enunciado elementos que permitam a identificação do implícito, recorre-se ao contexto. Dessa forma, o conhecimento acerca do contexto de enunciação e o conhecimento de mundo são acionados para que, por meio da reflexão, o interlocutor seja levado a interpretar o implícito.

A pressuposição é uma das maneiras de se identificar o sentido implícito, que já vem expresso no componente linguístico do enunciado, diferentemente do subentendido, cuja origem não está fundamentada nele, mas no componente retórico. As interpretações oriundas desse componente são dependentes do contexto, tanto cognitivo, quanto social e interacional.

A ironia, por sua vez, pode se apresentar tanto no sentido explícito quanto no sentido implícito de um texto. Em ambos os casos, nela está a crítica que se busca fazer. Trata-se de um recurso de linguagem utilizado pelo enunciador para que se faça entender o contrário do que vem marcado em seu discurso. A ironia depende de conhecimentos sobre a situação comunicativa e sobre os fatos abordados. No caso das crônicas de Lima Barreto analisadas nesta tese, *A nobreza da Bruzundanga* (Anexo A), *A sociedade* (Anexo B) e *Um grande financeiro* (Anexo C)², as críticas são direcionadas à sociedade brasileira no período da Primeira República.

¹ As crônicas que compõem *Os Bruzundangas* foram publicadas, primeiramente, no semanário político *A.B.C.*, no Rio de Janeiro, em 1917. Em 1923, foram publicadas em livro.

² Na seção de anexos, os textos são apresentados na íntegra.

Por meio deste estudo, alinhado às concepções apresentadas no capítulo teórico, buscase responder às seguintes perguntas:

- 1) Como os implícitos se manifestam nas crônicas analisadas?
- 2) Que relações podem ser estabelecidas entre os implícitos e a ironia?
- 3) De que modo a pressuposição e o subentendido veiculam os implícitos?
- 4) Em que medida o contexto possibilita a compreensão do subentendido?

Tem-se como objetivo geral investigar o implícito em crônicas de Lima Barreto publicadas na obra *Os Bruzundangas*, e como objetivos específicos: a) averiguar como o implícito se manifesta nas crônicas analisadas; b) identificar as relações entre implícitos e ironia; c) reconhecer os elementos linguísticos que trazem os implícitos, veiculados pela pressuposição e pelo subentendido; d) identificar o contexto que permeia cada crônica e que permite a compreensão do subentendido.

A escolha pelo tema desta pesquisa resultou do fato de que, apesar de a obra *Os Bruzundangas* ser considerada uma das melhores produções ficcionais do autor, ainda é pouco explorada no tocante ao aspecto linguístico e extralinguístico, fundamentalmente no que se refere aos elementos explícitos e implícitos. Entende-se que o conhecimento aprofundado desses componentes pode contribuir para o desenvolvimento de práticas de leitura que transponham a materialidade linguística e, assim, subsidiem a formação de leitores críticos.

Esta tese está organizada em três capítulos, além da Introdução, da Conclusão e das Referências. No primeiro capítulo, *Contextualização da pesquisa e constituição do corpus*, tem-se aspectos da vida e obra do autor, que são importantes para que se proceda à interpretação e à compreensão dos sentidos presentes nos textos analisados; em seguida, apresentam-se os contextos político, social, econômico e educacional da época, dos quais há referências não só nas crônicas analisadas, mas também em *Os Bruzundangas*, de modo geral; posteriormente, passa-se a abordar o gênero crônica do ponto de vista de Fargoni (1993), Fávero (2005; 2009), Neves (1992), Candido (1992) e Coutinho (1976), destacando-se sua relevância na produção de Lima Barreto; por fim, explicita-se a forma como está constituída a obra *Os Bruzundangas*.

No segundo capítulo, *Fundamentação teórica*, destaca-se o aporte teórico que fundamenta este estudo, assim, apresentam-se conceitos basilares, como o conceito de sátira (NERY, 1998; BORGES, 2009; MINOIS, 2003), de ironia (BRAIT, 2008; MOISÉS, 2001; PERELMAN; TYTECA, 2014; SEVCENKO, 2003), de pressuposição (DUCROT, 1972; 1981; 1987; 1991) e de subentendido (DUCROT, 1987). Além disso, aborda-se a noção de contexto, segundo Charaudeau (2010) e van Dijk (2012).

Por fim, no terceiro capítulo, *Análise do corpus*, estão os textos selecionados. Seu exame busca evidenciar que o implícito ora está subentendido, marcado pragmaticamente, ora é depreendido pelo fenômeno da pressuposição, marcado linguisticamente.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

A fim de se contextualizar mais apropriadamente o *corpus* desta investigação, apresentam-se os dados biográficos e bibliográficos de Lima Barreto, elementos essenciais, uma vez que a vida e a obra do autor se confundem, revelando uma unidade de sentido, singular e emocionante, como observa Machado (2002). Os contextos político, social, econômico e educacional da época não constituem apenas um pano de fundo nas produções analisadas, mais do que isso, são as bases para as críticas de Lima Barreto à sociedade da Primeira República. Igualmente importante para se alcançar a compreensão que se busca por meio desta pesquisa é tratar do gênero crônica e explicitar suas especificidades. Posteriormente, aborda-se a obra *Os Bruzundangas*³ em sua totalidade, suas características e como está estruturada. Por fim, explicita-se o *corpus* da pesquisa e como se deu sua seleção.

1.1 Aspectos biográficos de Lima Barreto

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu no Rio de Janeiro, e autor-narram 13 de maio de 1881. Era mulato, de origem humilde e escrava. Após a perda da mãe, em 1887, quando tinha seis anos, a tristeza se instaurou em sua vida e passou a ser uma constante.

Algum tempo depois, em virtude da falta de dinheiro, seu pai, João Henriques, procurou o Visconde de Ouro Preto, do qual Lima Barreto era afilhado, a fim de lhe pedir ajuda para custear a educação do jovem. Após o curso secundário, o literato passou pelos exames preparatórios para ingresso no curso superior para obter o título de doutor, “com pergaminho e anel de grau”, sonho do pai, conforme explica Assis Barbosa (1988 [1952], p. 61).

Assim que realizou os exames preparatórios no Ginásio Nacional⁴, Lima Barreto ingressou, em 1897, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, no entanto, não concluiu o curso, tanto por conta da saúde mental do pai que, em 1902, enlouquecera, obrigando-o a trabalhar para assumir a responsabilidade financeira da família, como por conta de ter sido reprovado

³ O termo *bruzundangas*, também utilizado no singular, tem os seguintes significados: 1) coisa de pouca serventia ou inútil, insignificância, ninharia; 2) amontoado de coisas inúteis ou de pouca serventia; 3) falta de ordem, confusão, barafunda; 4) linguagem confusa, difícil de entender, algaravia; coisa malfeita, mal realizada (HOUAISS, 2001, p. 522).

⁴ Com o advento da República, o Colégio Pedro II passou a ser chamado de Ginásio Nacional. Criado na época de Dom Pedro II, o objetivo, na Primeira República, era transformá-lo em colégio de padrão nacional.

várias vezes em algumas matérias, talvez por não ter simpatia para com as exatas. Não raro, em vez de assistir às aulas de matemática, por exemplo, Lima Barreto dirigia-se à biblioteca da faculdade e mergulhava em seu mundo de leituras, absorto por livros, como os de filosofia. Desde essa época, mostrava ser autodidata.

Durante o tempo em que permaneceu na Politécnica, observou o comportamento burguês que caracterizava a maioria de seus colegas. O título de doutor favorecia esses jovens no momento de conquistarem cargos privilegiados, sem contar a facilidade da qual usufruíam como resultado da influência paterna, que os beneficiava. Mesmo se sentindo perseguido na Politécnica, por pressão do desejo paterno de vê-lo doutor, prosseguiu no curso, ainda que obrigado e desgostoso. Sentia-se também humilhado, inclusive por alguns professores, como o de Mecânica Racional, Dr. Licínio Cardoso, que dizia: “estudou longos anos a alta matemática para curar pela homeopatia” (ASSIS BARBOSA, 1988 [1952], p. 89). Ainda na Politécnica, Lima Barreto começou a escrever crônicas, nas quais ironizava, por exemplo, os professores.

Desde essa época, tinha certa implicância com o título de doutor. Após ser aprovado em concurso para vaga de amanuense na Secretaria da Guerra, na qual passou a trabalhar, começou a sentir desagrado em relação à mesmice da vida de funcionário público, até porque não tinha simpatia para com os militares – preferia os civis. Em muitas de suas obras, como *Triste Fim De Policarpo Quaresma* e *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, externa esse descontentamento. Na primeira obra, o personagem leva uma vida metódica, sempre a obedecer a ordens rotineiras, na segunda, o burocrata conquista o posto de diretor e obtém título de nobreza por ter origem privilegiada e por ser servidor público há muito tempo.

No Café Java, local em que os estudantes da Politécnica se encontravam, Lima Barreto travou amizade com Noronha Santos, que afirmava que o jovem tinha convicções muito pessoais a respeito do funcionalismo público, advindas do período em que estagiara em uma Secretaria de Estado: por anos Lima Barreto havia presenciado o Barão de Itaipu, diretor da referida secretaria, abrir e fechar gavetas, um claro sinal de desocupação. A condição a que se submetia o funcionário público irritava o autor.

Durante o período em que Lima Barreto esteve na Politécnica, o Visconde de Ouro Preto, que havia se comprometido a arcar com as mensalidades, não estava mais disposto a continuar com a ajuda, talvez, conforme observa Assis Barbosa (1988 [1952], p. 89), por conta da recusa de João Henriques à proposta do Visconde, que queria “fazê-lo administrador de uma sua fazenda em Minas Gerais”. O pai de Lima Barreto não queria perder o emprego público que lhe garantia um salário seguro. Então, assumiu a responsabilidade financeira pelo estudo

do filho. Após esse episódio, a relação entre João Henriques e o Visconde de Ouro Preto se rompeu definitivamente.

Como observa Assis Barbosa (1988 [1952], p. 91), não se sabe se por “ingratidão ou por complexo de inferioridade”, Lima Barreto constrói personagens que têm papel de padrinhos, como Quaresma (padrinho de Olga) e Gonzaga de Sá (padrinho de Aleixo Manuel), ambos, porém, na função de padrinhos verdadeiros e protetores.

Lima Barreto também se sentia incomodado pelas mudanças urbanísticas implementadas pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos. Este havia mandado demolir centenas de casas a fim de construir a Avenida Central que, segundo Assis Barbosa (1988 [1952], p. 107), representava “o fim de uma época. Depois de sua construção, estava fadado a desaparecer rapidamente o velho Rio de Janeiro dos tálburis e dos bondes de burro”.

Essas mudanças eram resultado do progresso que chegava e impunha um ritmo incomum à cidade, que ainda mantinha vestígios provincianos dos últimos anos do Império. A transformação acelerada desagradava profundamente Lima Barreto, porque obrigava a população, simples e pobre, a se deslocar para os morros, onde não havia nenhum recurso. O autor acreditava que, embora as ruas fossem estreitas e mal pavimentadas, eram mais interessantes e verdadeiras que avenidas e construções “de fachada” (ASSIS BARBOSA, 1988 [1952], p. 111).

Tal inconformismo advinha do fato de que no início do século XX, o cosmopolitismo e a ânsia de ver o progresso da cidade a qualquer custo se sobrepujam aos direitos da população pobre e oprimida, que sofria todo tipo de problema gerado pelas mudanças urbanas. Esse contingente populacional composto sobretudo por “operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, funcionários públicos e aquela gente que sobrevive de prestar serviços ocasionais ou de biscates”, conforme registra Botelho (2002, p. 53), formou o grupo de moradores do subúrbio, região em que também residia Lima Barreto. Como relata Nascimento (1999, p. 84-85), a atmosfera de “cosmopolitismo desenfreado” que se instalou no Rio de Janeiro

[...] fez com que se invertesse o nosso clássico ‘bom dia’, ‘boa tarde’ por um ‘Viva a França’. A cidade reformulada e introjetada torna-se símbolo de uma concepção de progresso, edificado e decorado para usufruto de quem estivesse nos altos escalões da hierarquia social; expulsando a miséria que incomodava para longe dos olhares dos que queriam apenas aproveitar os encantos e novidades oferecidos pela nova avenida ou pela Rua do Ouvidor, o que importava nesses tempos era ser *chic* (grifo da autora).

O deslocamento dos moradores da cidade para os morros, uma forma de mostrar ao Velho Mundo que o Brasil estava se modernizando, aborrecia Lima Barreto, que expressava em sua literatura militante⁵, como *Os Bruzundangas*, seu descontentamento.

Sevcenko (2003, p. 16) observa que Lima Barreto tinha consciência do papel dos escritores na sociedade da época e de que precisavam fazer algo pelo “povo brasileiro, para retirá-lo da situação de miséria e ignorância em que vivia, abandonado pelos governos, consequência da própria organização social e política do país quer sob o Império, quer sob a República”. Assim, os ideais desse autor, permeados por uma preocupação “embasada pela solidariedade e pelo humanismo”, desembocam “num projeto literário que se caracteriza pelo forte desejo de intervenção social, assumindo o escritor a função de denunciar e combater as mazelas sociais” (ASSIS, 2008, p. 47).

Na fase pré-modernista, Lima Barreto e outros autores, como Euclides da Cunha, viam em suas produções literárias um meio para denunciar as mazelas da sociedade, pois, da perspectiva deles, “um homem de letras devia ser o contrário de um beletista ou afeito exclusivamente ao belo, isto é, apenas interessado pelo papel da literatura, sem qualquer base política ou social” (SEVCENKO, 2003, p. 16).

Lima Barreto também revelou ter admiração pelo anarquismo, posicionamento que fica explícito na crônica *Palavras de um snob anarquista* (1913) e que se mostra como uma forma de ir contra o *status quo*. O autor não expressava somente seu posicionamento social e político, mas também seu ponto de vista sobre aspectos científicos.

No início da Primeira República havia, sobretudo no Rio de Janeiro, uma espécie de ditadura positivista, em que se defendia um ambiente comportado, ancorado no lema “Ordem e progresso”. O positivismo norteava boa parte do discurso científico da época, o que acabou por influenciar a produção de Lima Barreto. Este, ainda na Politécnica, conheceu os preceitos positivistas por meio de seu professor de Mecânica Racional, Licínio Cardoso, positivista estrito que não “admitia, ao menos em sala de aula, nada que contrariasse o esquema Comtiano” (TAVARES, 2015, p. 21). Lima Barreto foi leitor assíduo de Comte e isso, certamente, teve influência em suas obras, como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, em que reflexos da ciência e da técnica são evidenciados no comportamento dos personagens.

O futebol também era fator de contrapontos por parte de Lima Barreto. Esse esporte, muito incentivado no Brasil desde o primeiro quartel do século XX, era visto pelo autor como um gerador de desigualdade social, de discriminação racial. Um dos argumentos que

⁵ De acordo com Assis (2008, p. 49), a literatura militante refere-se à “literatura ativa, em que o palco e o livro são tribunais para as discussões mais amplas de tudo o que interessa ao destino da humanidade”.

embasavam essa visão, como esclarece Assis Barbosa (1988 [1952], p. 230), era o fato de o presidente Epitácio Pessoa ter intervindo “na organização do time brasileiro que iria [...] disputar um *match* com os argentinos, recomendando que não fossem incluídos nem pretos nem mulatos na delegação”. Lima Barreto chegou a considerar a criação de uma liga contra o futebol, porque, para ele, tratava-se de um esporte que era produto da imitação do estrangeiro, a que tinha verdadeira aversão.

Em razão da necessidade de ser reconhecido no meio social e das letras, candidatou-se, algumas vezes, à Academia Brasileira de Letras, mas não teve sucesso. Apesar de respeitar muito a Instituição, atacava-a sarcasticamente, conforme relata Assis Barbosa (1988 [1952], p. 224): “Eu sou escritor e, seja grande ou pequeno, tenho direito a pleitear as recompensas que o Brasil dá aos que se distinguem na sua literatura”.

Uma outra perspectiva da vida do autor está no Prefácio escrito por Sergio Buarque de Holanda para a obra *Clara dos Anjos*. Nele, Holanda, mesmo enaltecendo os méritos de Lima Barreto, revela certa oposição em relação ao juízo benévolo que muitos críticos fazem do literato. Exemplo disso é a seguinte passagem: “A verdade é que Lima Barreto não foi o gênio que nele suspeitam alguns dos seus admiradores e nem é possível, sem injustiça, equipará-lo ao autor de *Brás Cubas*” (HOLANDA, 2012, p. 35, grifo do autor).

Lima Barreto, muitas vezes, insurgia-se contra a literatura machadiana por considerá-la de elite, além disso, não apreciava a linguagem implícita, cheia de subentendidos e entrelinhas, nem a capacidade de dissimulação de Machado. Para Lima Barreto, o diálogo entre a forma clássica de expressão e a mitologia presente em muitas das obras machadianas não correspondia às necessidades de um povo sofredor e oprimido, que necessitava, antes de tudo, de um porta-voz político e social, que podia se mostrar por meio da literatura. Ao comparar os dois autores, Holanda ressalta que “os escritos de Lima Barreto foram, todos eles, uma confissão mal disfarçada [...], os de Machado foram antes uma evasão e um refúgio” (HOLANDA, 2012, p. 39).

Holanda (2012, p. 36) avalia que a obra de Lima Barreto “é, em grande parte, uma confissão mal escondida, confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais, que nos seus melhores momentos ele soube transfigurar em arte”; uma expressão de que o autor não tinha forças para transpor ou não dispunha da sutileza necessária para ocultar, como Machado, o estigma do qual era vítima. De acordo com Holanda (1978, p. 132), a obra de Lima Barreto pode ser considerada como literatura de vingança, que está a serviço de rebater e denunciar todo o mal que a sociedade lhe fazia.

Também é importante lembrar que, a certa altura, Lima Barreto recorreu ao álcool, que consumiu sua vitalidade e o levou ao ponto máximo de degradação humana. Por meio do personagem Isaías Caminha, relata como a bebida entrou pela primeira vez em sua vida:

O álcool não entrava nos meus hábitos [...]. Em minha casa, raramente o bebia. Naquela ocasião, porém, deu-me uma vontade de beber, de me embriagar, estava cansado de sentir, queria um narcótico que fizesse descansar os nervos tendidos pelos constantes abalos daqueles últimos dias. Entrei no café, mas tive nojo. Limitei-me a beber uma xícara de café e caminhei tristemente em direção ao mar, olhando com inveja um carregador que bebia um grande cálice de parati (BARRETO, 2011a, p. 144-145).

Muitas foram as razões que o fizeram buscar refúgio na bebida: dor por ter ficado órfão de mãe aos seis anos de idade, por sofrer o estigma da cor, da raça e da classe social, por morar em um lar com clima depressivo provocado pelos gritos causados pelas alucinações do pai, por ser obrigado a trabalhar como funcionário público em uma repartição, por não poder sobreviver de sua atividade como escritor, por ser rejeitado no mundo intelectual, por não ser compreendido por seus contemporâneos. Muitos motivos o transformaram em um homem triste, inquieto, sofredor, desajustado em seu meio. Lima Barreto sofria do mesmo mal que levou o pai (figura que havia sido seu exemplo de honestidade) à internação. Assim como João Henriques, Lima Barreto foi internado na Colônia de Alienados por três vezes.

Lins (1976, p. 17) assinala que “sua obra tão variada é um bloco coerente e em toda ela reconhecemos, inconfundível, nítida, a personalidade do autor”. Das seis obras de ficção de Lima Barreto⁶, em cinco pode-se observar esse personalismo marcante, sem contar com *Diário íntimo*, livro de memórias publicado em 1953, em que o autor revela todo o drama de sua existência.

Lima Barreto faleceu em 1º de novembro de 1922, aos 41 anos, vítima de um colapso cardíaco. Seu pai faleceu 48 horas depois.

1.2 Panorama socio-histórico

Nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República, os portugueses controlavam o comércio brasileiro, “tanto no que se referia à propriedade das casas quanto ao favorecimento de portugueses na oferta de empregos” (CARVALHO, 2004, p. 80). A ligação dos portugueses com o comércio, principalmente no Rio de Janeiro, foi amplamente contestada

⁶ *Recordações do escrivo Isaías Caminha* (1909), *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), *Numa e a ninfa* (1915), *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá* (1920), *Clara dos Anjos* (1922/1923). *Os Bruzundangas* (1923) também pode ser considerada uma obra de ficção.

por Lima Barreto com base em uma proposta de nacionalização do comércio. Essa nacionalização tomou forma por meio da criação de uma Academia Comercial, defendida pelo autor na crônica intitulada *Ensino prático*, capítulo XVII, de *Os Bruzundangas*.

No último quartel do século XIX, havia um clima de conspiração geral contra o governo de D. Pedro II, principalmente por parte do exército e do militarismo. Na corporação dos militares, por exemplo, estava o tenente-coronel Benjamin Constant, figura muito influenciada pelo positivismo, cujo cerne era a devoção à ciência, guia da vida individual e social. Nesse sentido, o positivismo era visto como uma nova religião para a humanidade. Lima Barreto manifestava-se contrário a esse tipo de pensamento que, no seu entender, representava uma forma de ditadura mental e política. Após a efetivação da República, surgiu uma forte rixa entre monarquistas e republicanos, como retratado nas obras de Lima Barreto, que, em grande parte, expressam de maneira velada certa simpatia em relação à Monarquia, ao passo que criticam intensamente a República.

Carvalho (2004) salienta que a conspiração que envolveu a República não foi organizada apenas pelos militares, havia também agitadores civis, como Rui Barbosa, advogado, e Quintino Bocaiúva, jornalista. Posteriormente, na composição do governo republicano, Rui Barbosa, como primeiro-ministro da República, assumiu a pasta da Fazenda, Quintino Bocaiúva, a das Relações Exteriores, e Benjamin Constant, a da Guerra. Entre esses, destaca-se a figura de Rui Barbosa, que articulou uma grande reforma financeira: decretou a política de expansão de créditos, de maneira a incentivar nas indústrias a importação de matérias-primas, e autorizou a emissão de dinheiro a fim de conceder empréstimos àqueles que desejassem iniciar uma empresa.

Para Sevcenko (2003, p. 63), depois de proclamada a República, o Brasil “se lança à vertigem do Encilhamento e dos empréstimos externos⁷”. Como não houve crescimento proporcional entre a riqueza produzida e a emissão de papel moeda, ocorreu um considerável aumento do dinheiro em circulação, que desencadeou alta dos preços e inflação. Em *Os Bruzundangas*, Barreto (2012a, p. 65) ressalta com ironia a inaptidão de Rui Barbosa: “a exigência principal para um ministro era a de que o candidato não entendesse nada das coisas da pasta que ia gerir”.

Outro aspecto que contribuiu para a queda da Monarquia foi o religioso. De um lado, a Igreja Católica exercia forte influência nas decisões políticas e sociais no Império, de outro, o

⁷ *Encilhamento* refere-se à emissão de papel moeda sem lastro. Deu-se em consequência da inabilidade de Rui Barbosa em gerenciar a pasta da Fazenda no governo de Marechal Deodoro.

Império era aliado da maçonaria⁸, também muito influente nesse regime. Na Primeira República, esse quadro de influência não mudou, o que era criticado por Lima Barreto: “Toda a gente sabe como o pessoal eclesiástico consegue manter a influência sobre os seus discípulos” (BARRETO, 2012a, p. 51).

A República foi instaurada no viés de uma mentalidade conservadora tanto no que se refere a questões políticas como no que se refere a questões econômicas. Como observado em *Os Bruzundangas*, o sistema político havia mudado, mas os chefões continuaram os mesmos. Para Lima Barreto, o que havia era uma república aristocrática, pois “todo o processo de recuperação das finanças e da imagem de estabilidade fez-se sob a égide de uma elite vinda dos mais altos escalões da política e administração do Império” (SEVCENKO, 2003, p. 64-65).

Na mesma obra, o autor aborda o regime de propriedade agrícola vigente no país. Para Lima Barreto (2012a), assim como no feudalismo, esse sistema colocava os trabalhadores à margem da sociedade. Ele aborda, com ironia, o contexto socioeconômico do Brasil nas primeiras décadas da República, em que a atividade agrícola dependia da mão de obra saída recentemente do sistema escravocrata. Craice (2013, p. 28) ressalta a origem agrícola do povo brasileiro:

Foi no campo que se formou nossa raça e se elaboravam as forças íntimas de nossa civilização, tanto no dinâmico período colonial, como na sociedade do período imperial. Esse quadro só começou a ser quebrado a partir da segunda metade do século XIX e nos primeiros anos do século XX.

Holanda (2010) trata da herança agrária brasileira, na qual a escravidão exerceu papel preponderante. Concentrada nas áreas rurais, a mão de obra escrava representava a força de trabalho responsável pela produção açucareira (sobretudo no período colonial) e cafeeira (nos períodos imperial e republicano). Em ambas culturas agrícolas, a mão de obra escrava representava a força econômica brasileira em potencial. O Brasil destinava toda a sua força produtiva para a grande lavoura, base da sustentação imperial, caracterizada por uma agricultura de exportação. Essa base perdurou até meados do século XX.

Como resultado da abolição, a mão de obra escrava somou-se à dos subempregados e desempregados que viviam na área urbana carioca. O aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro foi ocasionado não só por esse tipo de mercado de trabalho livre, mas também por

⁸ A maçonaria tem por objetivo a prática da benevolência, principalmente entre seus membros. No Brasil Império, grande parte da elite governamental, inclusive a aristocrática, era maçônica. Muitos dessa elite intercalavam a prática de maçom com a de católico.

um aumento na imigração estrangeira destinada à região cafeeira desse Estado (CARVALHO, 2004, p. 16).

Craice (2013, p. 29) explica que, nas duas primeiras décadas da Proclamação da República, chegaram ao Brasil aproximadamente um milhão e meio de estrangeiros que se dirigiram não só à cidade do Rio de Janeiro, mas também à de São Paulo, que estava enriquecendo, situação que atraía também brasileiros, vindos de Minas Gerais e do Nordeste, castigados pela seca e pela crise da borracha.

Apesar de o Rio de Janeiro ser a capital do Império e, depois, da República, a partir de 1889, a cidade de São Paulo foi a que mais cresceu em razão da grande quantidade de imigrantes que vinham substituir a mão de obra escrava na lavoura do café. Essa lavoura sustentou o Brasil agrário de meados do século XIX até início do século XX, quando o capital advindo dessa riqueza econômica incentivou o início da era industrial brasileira.

A passagem do sistema agrário (campo) para o industrial (cidade) transformou o interesse capitalista dos barões do café e da nova elite que se formava, apesar de a sociedade agrícola ainda exercer significativa importância no novo quadro social e econômico.

Em virtude da instalação de indústrias, a cidade do Rio de Janeiro passou a ser um grande mercado de consumo e de mão de obra. A avalanche do consumismo transformou amplamente o panorama urbano, fazendo com que o interesse pelas novidades e pela última moda aumentasse de forma substancial. A representação do consumismo da época era a rua do Ouvidor, no centro carioca, que se transformou em principal ponto de comércio internacional.

Lima Barreto, em *Os Bruzundangas*, registra que o centro do país era o lugar da moda e dos acontecimentos que circulavam, por exemplo, na rua do Ouvidor; o que contava era o desenvolvimento da indústria e do comércio. Nesse aspecto, observa de forma irônica que “Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriquecem pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente” (BARRETO, 2012a, p. 81).

Embora o país estivesse em crescimento e vivenciando transformações culturais e sociais, a maioria da população era analfabeta, ociosa, desnutrida e alheia à vida sociopolítica, embora o maior dos ideais republicanos fosse incluir no novo pacto social que se formava os grupos até então marginalizados. Nessa sociedade contraditória, de um lado, estava uma minoria de mulheres que desfilava na rua do Ouvidor com seus vestidos e chapéus *à la française* e uma minoria de homens com sobrecasacas e cartolas *à l'anglaise*; de outro, um grupo de marginalizados que formava uma camada pobre e oprimida. Nesse aspecto, Lima Barreto retrata a segregação existente, que distanciava o subúrbio do centro. No subúrbio e nos morros,

estavam os pobres e marginalizados, empurrados pela reurbanização da cidade, no centro, os privilegiados. O centro era o lugar de desfrute da burguesia, caracterizada pelo autor como elite aristocrática.

A elite burguesa, que detinha o poder político, econômico e social, negava qualquer traço da cultura popular, como a modinha⁹, tão discutida e valorizada por Lima Barreto em muitas de suas obras. O autor, ao debochar da cultura existente na Bruzundanga, ressalta que apenas a música é de qualidade: “[...] todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em música, isto mesmo no que toca somente a executantes, os seus produtos intelectuais são de uma pobreza lastimável” (BARRETO, 2012a, p. 82).

Os conservadores queriam uma cidade idêntica à sociedade parisiense e que fosse aberta aos turistas estrangeiros. A *belle-époque* representava todo o acervo de cultura, moda e prestígio com que o Brasil sonhava, visto que o país se envergonhava dos costumes da maioria da população, pobre e negra. A pretensão era de mostrar ao estrangeiro um país em que não havia miséria. Contudo, como salienta Carvalho (2004), isso só fez aumentar a segmentação social.

O desenvolvimento da sociedade brasileira, que ansiava por ser um Estado moderno, tanto no aspecto econômico como no aspecto cultural, tinha como modelo o desenvolvimento da sociedade europeia, ou seja, o Brasil sonhava com todo o acervo de cultura, moda e prestígio existente na Europa, especificamente em Paris. O crescimento econômico, contudo, não possibilitava a participação popular, quer no que se referia ao sistema produtivo, quer no que se referia aos recursos propiciados. A contradição do regime republicano se estabeleceu, uma vez que o Estado continuou controlando as ofertas de emprego e favorecendo “o patrimonialismo, o nepotismo, [...] e toda forma de submissão e dependência pessoal” (SEVCENKO, 2003, p. 71). Embora com base em outra dinâmica, o estado de submissão continuou existindo na República, assim como existia no Império.

Carvalho (2004) observa que os operários, no regime anterior ao da República, eram tratados como servos da gleba, tinham muitos deveres e nenhum direito. A República representava a esperança de uma sociedade mais justa e igualitária, em que os direitos dos menos privilegiados seriam respeitados. No entanto, o ideal republicano de emancipar os trabalhadores, tornando-os livres e soberanos, em uma relação de igualdade social, era um engodo. Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto aborda a exploração dos trabalhadores rurais por

⁹ Entre o fim do Império e o início da República, instalou-se um embate entre a música popular nacional, representada pela modinha acompanhada de violão, e a música erudita, como a polca, de origem estrangeira. A modinha defendida por Lima Barreto tinha raiz popular, por isso era repudiada pela elite aristocrática, que a via como parte da vida mundana, conforme explicam Schwarcz, Garcia e Galdino, em notas na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* (BARRETO, 2011b, p. 75).

parte dos grandes fazendeiros, como se aqueles fossem os servos da gleba, sem direitos, somente com deveres a cumprir.

Os escravos ainda não libertos eram considerados não cidadãos porque viviam à margem de quaisquer direitos, trabalhavam como párias nas grandes propriedades rurais de mentalidade feudal, onde eram explorados ao máximo. Após a abolição, e já na República, pouco havia mudado em relação à condição humana dos libertos, que sofriam todo tipo de exclusão social e preconceito. Lima Barreto trata com amargor a nova condição desses indivíduos, que não tinham com quem contar para protegê-los nem tinham mais onde se abrigar.

Ao contrário do que se esperava, a República não realizou o sonho da liberdade sem exploração. Os negros, de modo geral, tinham ojeriza ao regime republicano. Lima Barreto fazia parte desse grupo porque, como mulato e descendente de família escrava, sofria todo tipo de discriminação. Essa circunstância de vida refletiu-se em suas obras, nas quais trata de problemas relacionados à exclusão, como é o caso de *Recordações do escrivo Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos*. Particularmente em *Os Bruzundangas*, o autor ocupa-se de uma questão central: a injustiça sofrida pelas camadas marginalizadas da sociedade, que perdurou na República, a despeito do que dela se esperava: o que conhecemos hoje como inclusão social que, efetivamente, não ocorreu.

Além dos negros, pessoas mal remuneradas, desocupados, gatunos e prostitutas povoavam o Rio de Janeiro, um retrato da intensa desigualdade, contra a qual a elite governamental nada fazia. Essa população não tinha nem direitos nem deveres, era considerada não cidadã. As promessas das propagandas republicanas sequer davam expectativa de participação na sociedade a esse contingente populacional.

Com a superpopulação urbana, surgiram problemas como custo de vida alto, desemprego e miséria, o que fez aumentar a criminalidade. A maioria dos imigrantes era composta por operários que trabalhavam em um regime de opressão. Esse fato estimulou o surgimento de “organizações populares e operárias, que se dedicavam a pressionar o governo central, [...] por meio de greves” (SEVCENKO, 2003, p. 74-75).

É relevante destacar que foi no período da Primeira República que surgiu o interesse pela noção de cidadania, de direitos civis (como os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade), políticos (como o direito de participação do cidadão no governo da sociedade) e sociais (como os direitos à educação, à saúde e ao trabalho) (CARVALHO, 2006, p. 9-10).

Em *Os Bruzundangas*, Lima Barreto faz críticas severas ao sistema econômico brasileiro porque, por um lado, a população sofria com o encarecimento de produtos, como o

açúcar, por outro, esses mesmos produtos eram vendidos a preços bem mais baixos para outros países. Nessa obra, o alto custo de vida é mais um dos aspectos que o autor aborda com ironia sarcástica, de maneira a externar o sentimento amargo que experimentava ao ver o Brasil dar tratamento diferenciado aos estrangeiros, ao passo que os brasileiros eram deixados para segundo plano.

Em fevereiro de 1891 foi homologada a primeira Constituição da República, que tinha as seguintes características: a) federalismo (autonomia dos Estados, antigas Províncias); b) organização dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário); c) separação da Igreja e do Estado e criação do registro civil para nascimento, casamento e óbito; d) liberdade de expressão e de pensamento; e) declaração do voto, reservado para homens maiores de 21 anos, brasileiros e alfabetizados.

Dessa forma, foi introduzida na Constituição a obrigatoriedade da alfabetização: só votava quem soubesse ler e escrever. A República, assim como o Império, excluía o voto dos marginalizados, dos mendigos, das mulheres e dos pobres (quer pela renda, quer pela falta de alfabetização). Dessa forma, na Primeira República, pouca mudança houve em relação aos direitos políticos. Muito daquilo que a nova Constituição propunha já era foco do liberalismo imperial, que também se preocupava com os direitos civis e sociais.

Mesmo que a Constituição de 1891 tenha estabelecido o direito ao voto apenas aos cidadãos alfabetizados, o que poderia fortalecer um voto livre e consciente, a maioria dos eleitores, tanto da área rural como da urbana, votava nos candidatos que os políticos exigiam. Nesse sentido, Queiroz (1977, p. 155) esclarece que a

[...] base da antiga estrutura eleitoral se alargava, porém os chefes políticos locais e regionais se mantiveram praticamente os mesmos, e continuaram elegendo para as Câmaras, para as presidências dos Estados, para o senado, seus parentes, seus aliados, seus apaniguados, seus protegidos.

O voto, muitas vezes, também era exigido por meio de opressão, violência e crueldade, cometidas pelos coronéis. Essa situação fez com que conhecidos assassinos aparecessem desfilando em carros pelas ruas ao lado dos candidatos que, além de tudo, eram chamados de doutor. Lima Barreto, na crônica *As eleições*, capítulo XIV de *Os Bruzundangas*, ilustra tal ocorrência da seguinte forma: “O doutor-candidato vai neles [carros e automóveis] com os mais cruéis assassinos da cidade, quando ele mesmo não é um assassino [...]” (BARRETO, 2012a, p. 86). Segundo Carvalho (2004, p. 89), o cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo. Os representados não existiam e o ato de votar era uma operação de capangagem.

A eleição de políticos incapacitados ao governo também é retratada por Lima Barreto em *Os Bruzundangas*. Para o autor, não conferir aos pobres e analfabetos o direito de votar era motivo para extinguir o voto. Por isso e por ser fraudulento, o voto, na República bruzundanguense, assim como no Brasil, não tinha valor.

Em relação à titulação, sabe-se que, na Europa, os títulos de nobreza eram hereditários, passados de pais para filhos. No Brasil, isso não ocorria; esses títulos findavam após a morte dos respectivos detentores. No entanto, ao contrário daquilo que acontecia, muitas vezes, em outros países, o título de nobreza era, já na época colonial, consequência de um acordo interno entre coroa e senhores de terra.

Para a sociedade bruzundanguense, em especial, para as moças casadouras da época, o título de doutor, por exemplo, era muito importante, uma vez que lhes permitiria ostentar uma união com alguém destacado na sociedade, como se pode constatar no seguinte trecho, extraído da crônica *A nobreza da Bruzundanga*:

As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais, e os afins. Não é raro ouvir alguém dizer com todo o orgulho: – Minha prima está casada com o doutor Bacabau [...] O título – doutor – anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito do – dom – em terra de Espanha (BARRETO, 2012a, p. 42).

Lima Barreto é igualmente contundente em relação à educação no Brasil, especialmente no que diz respeito à falta de escolas primárias e à valorização do ensino superior. No que se refere este último, por exemplo, o autor considerava os cursos de direito, de engenharia e de medicina como medíocres, ao alcance somente de jovens de famílias abastadas. Não raro, segundo o autor, essas famílias se valiam de manobras escusas para conseguir uma vaga em determinado curso, o que, no futuro, garantiria a esses jovens “gordas sinecuras com a sua importância de doutor” (BARRETO, 2012a, p. 56). Em *Os Bruzundangas*, o autor propõe até a extinção dos cursos superiores.

No que se refere ao contingente populacional menos favorecido, passou-se a exigir dele um mínimo de escolaridade em razão do ingresso do país no sistema urbano industrial, baseado na mão de obra livre. Assim, o analfabetismo que atingia grande parte dos brasileiros tornou-se um grande problema para o avanço urbano-comercial da época. Saber ler e escrever passou a ser essencial para integrar as pessoas no novo contexto socioeconômico.

As primeiras manifestações por uma reforma educacional que privilegiasse a educação popular surgiram antes do período republicano, motivadas especialmente pelo liberal Rui Barbosa que, em 1883, fez uma ampla crítica à escola tradicional.

Na Primeira República, houve várias reformas educacionais em que o espírito científico prevaleceu, inclusive nos cursos de Letras. Em um país sem tradição científica, manteve-se o funcionamento do curso secundário voltado para o ingresso no ensino superior, controlado pelo Governo Federal. Fávero (2009) explica que os estabelecimentos estaduais e particulares tinham de seguir as normas federais, assim seriam equiparados ao Colégio Pedro II, inclusive no que se referia aos alunos terem os mesmos direitos, como o de ingressar em cursos superiores sem prestar novos exames. É importante ressaltar que, nesse aspecto, conforme destaca Assis (2008, p. 137), Lima Barreto, “revela esperança na conscientização das pessoas, que um dia reclamariam a igualdade a que têm direito”, apesar da frustração do escritor quanto à melhoria na educação brasileira.

Após essa contextualização, que subsidiará a análise do *corpus*, passa-se, na próxima seção, à apresentação do gênero crônica em detalhes.

1.3 O gênero crônica

O termo *crônica* tem origem na palavra grega *khronos*, que significa tempo. Em um primeiro momento, a crônica estava relacionada ao relato cronológico de fatos históricos, assim, era vista como uma maneira de registrar, ou melhor, de retomar o tempo na descrição desses fatos. Em relação ao sentido temporal, Arrigucci Júnior (1987, p. 51) ressalta sua presença no próprio termo:

São vários os significados da palavra *crônica*. Todos, porém, implicam a noção de tempo, presente no próprio termo [...]. Um leitor atual pode não se dar conta desse vínculo de origem que faz dela uma forma do tempo e da memória, um meio de representação temporal dos eventos passados, um registro da vida escoada. Mas a crônica sempre tece a continuidade do gesto humano na tela do tempo [...] trata-se de um relato em permanente relação com o tempo, de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido – uma definição que se poderia aplicar igualmente ao discurso da História, a que um dia ela deu lugar. Assim, a princípio ela foi crônica histórica, como a medieval: uma narração de fatos históricos segundo uma ordem cronológica, conforme dizem os dicionários, e por essa via se tornou uma precursora da historiografia moderna. Tal gênero supõe uma sociedade para a qual importa a experiência progressiva do tempo, um passado que se possa concatenar significativamente, a História, enfim, e não apenas um tempo cíclico ou repetitivo, implicando noutra forma de narrativa – o mito [...] a crônica pode constituir o testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um de se inscrever a História no texto (grifo do autor).

Ao longo do tempo, a crônica passou por várias transformações. Na Idade Média e no Renascimento, por exemplo, havia os cronicões, cuja natureza era de relato histórico. Esses textos eram escritos em latim; posteriormente, passaram a ser produzidos nas línguas vulgares, o que pode ter conferido ao gênero o estilo coloquial que passou a caracterizá-lo em época mais recente (SANTANA, 2006).

Os primeiros cronistas portugueses, por exemplo, preocupavam-se em narrar os fatos de forma objetiva, o que alcançavam por meio da observação. Posteriormente, essa característica foi dando lugar à subjetividade. Santana (2006, p. 17) explica que, nos dias atuais, “a subjetividade do cronista é a maior característica desse gênero” e o tempo, ainda presente, passa englobar o tempo “vivido também pelo cronista e dominado por suas impressões e expectativas”.

Foi a partir de 1418 que Fernão Lopes, guarda-mor da Torre de Tombo e escrivão de D. João I, começou a compor crônicas e a considerar também a ficção. Nesse sentido, Silveira (1992, p. 27) destaca que “[...] a matéria-prima não ficcional, portanto, transforma-se em ficção, se aceite o princípio de que a História – pela interpretação, pelo subjetivismo, pela comunicação, pela ideologia – é também uma ficcionalização do real”.

Candido (1992, p. 15) esclarece que, em tempos passados, a crônica era um texto de rodapé que tratava de questões cotidianas relacionadas a política, arte e literatura. Exemplo disso eram os textos da seção *Ao correr da pena*, para a qual José de Alencar redigia semanalmente no *Correio Mercantil*, entre 1854 a 1855. Aos poucos, essa produção “foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje” (CANDIDO, 1992, p. 15). Dada a recepção da crônica em nosso contexto, Candido (1992, p. 15) observa que “sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu”.

A crônica como conhecemos hoje surgiu no Brasil no século XIX, durante o Romantismo. Fávero (2009) observa que, provavelmente, Francisco Otaviano de Almeida Rosa foi o primeiro cronista brasileiro. Em 1852, começou a escrever para o *Jornal do Comércio* e para o *Correio Mercantil*, na seção denominada *Folhetim*, em que, posteriormente foi substituído por Alencar e Manuel Antônio de Almeida. Embora a crônica não tenha nascido com o jornal, foi por meio desse veículo de comunicação e pelo impulsionamento da imprensa no país que ganhou notoriedade.

A qualquer época, um dos aspectos que se pode considerar como de natureza da crônica é seu caráter de descomprometimento, ou seja, a leveza com que trata assuntos sérios e a

possibilidade de propiciar momentos de entretenimento. Apesar disso, a crônica traz expressões de ver e sentir o mundo, conforme explica Fávero (2005, p. 327):

Fingindo-se descompromissado, o cronista (e, portanto, a crônica) está inserido num momento histórico, imprimindo em seu texto marcas de seu tempo, de sua sociedade, revelando sua ótica de ver e sentir o mundo; e ele historia não só esse momento como a própria língua, instrumento do qual se vale.

Apesar da forte relação com a narração de fatos localizados no tempo, a prosa da crônica muitas vezes se aproxima da poesia, o que revela subjetividade. Nas palavras de Candido (1992, p. 14), a crônica “é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas, – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor”.

Nesse ponto, Fávero (2009, p. 134), apoiada em Fix (1997), salienta que é comum definir a crônica como um gênero *híbrido* porque ela “oscila entre a subjetividade da literatura e a objetividade do jornalismo”, além do que, nesse gênero podem coexistir as modalidades oral e escrita da língua, já que a crônica apresenta fortes vinculações entre essas duas modalidades, como esclarece Fargoni (1993, p. 3-4):

Na medida em que a crônica é um exemplar de texto que cruza a linguagem oral e a escrita, seu discurso, embora escrito, é analisável pelo mesmo modelo teórico com que se analisa a fala e o resultado daí obtido assenta as bases de um novo código, cujos índices de oralidade o definem como terceiro código, [...] entre o primeiro (a fala) e o segundo (a escrita). [...]

Se a crônica realmente representa o terceiro código, então, ela é, dos gêneros literários, o que melhor reflete a dinamicidade do discurso, reproduzindo a linguagem de modo vivo e autêntico.

Para essa pesquisadora, a crônica está entre os gêneros literários que mais se aproximam da fala do dia a dia. Criam-se determinados efeitos de sentido por meio de elementos gráfico-linguísticos que levam o leitor a vivenciar uma situação de conversação que se mostra concreta e dinâmica em razão da presença de marcas da oralidade (FARGONI, 1993).

Para Fávero (2009, p. 139), as “características das modalidades falada e escrita nela [na crônica] convivem e criam um efeito de realidade e atualidade”. As marcas de oralidade envolvem a conversação expressa na crônica e são responsáveis pela textualidade. Tais marcas podem ser observadas “tanto em crônicas do início do século, como nas de Lima Barreto e João do Rio, quanto nas crônicas atuais [...], revelando seu vínculo com a história” (FÁVERO, 2009, p. 139).

Quanto ao caráter híbrido relacionado à oscilação entre a subjetividade da literatura e a objetividade do jornalismo, Fargoni (1993, p. 45-46), ao referir-se a Sá (1987, p. 11), ressalta

que “a crônica tem do jornal, a pressa e a concisão; da literatura, a mágica que transforma o insignificante em significativo, através da recriação do cotidiano, que é feito de ‘breves instantes fugidios’ que são apenas pretexto para a criação”.

Da perspectiva de Neves (1992, p. 76), “as crônicas recolocam a seus leitores a relação entre ficção e História. Ao tratar das crônicas cariocas produzidas na transição do século XIX para o século XX, a autora observa que é possível considerá-las como documentos históricos

[...] na medida em que se constituem como um discurso polifacético que expressa, de forma certamente contraditória, um ‘tempo social’ vivido pelos contemporâneos como um momento de transformações. ‘Documentos’ portanto, porque se apresentam como um dos elementos que tecem a novidade desse tempo vivido. ‘Documentos’, nesse sentido, porque imagens da nova ordem. ‘Documentos’, finalmente, porque ‘monumentos’ de um tempo social que conferirá ao tempo cronológico da passagem do século no Rio de Janeiro uma conotação de novidade, de transformação, que cada vez mais tenderá a se identificar com a noção de ‘progresso’.

Nesse sentido, as crônicas ofereceriam ao leitor momentos não só prazerosos, mas também de reflexão acerca dos fatos, e o cronista teria um papel não só de literato, mas também de historiador.

Considerando o contexto da época, a Primeira República, Neves (1992, p. 79) questiona o valor, em uma sociedade predominantemente iletrada, que teria o texto escrito, e mais especificamente a crônica, “gênero reconhecidamente menor¹⁰, na análise de uma época em que não faltam exemplos dos chamados gêneros literários maiores.

Ao responder a tais questionamentos, a autora enfatiza a possibilidade de o historiador poder lidar com fatos históricos de uma perspectiva que adotasse um modo de registro ficcional. Embora fosse grande a quantidade de iletrados (entre 75% e 80% da população), a crônica atingia um número de leitores bem maior que qualquer outro gênero, quer por seu estilo próprio, quer por ser veiculada em jornais, uma novidade na época. Nessa direção, Neves (1992, p. 81) destaca as palavras de Lima Barreto na *Gazeta da Tarde*, edição de 20 de outubro de 1911, sobre a relevância da crônica na nova imprensa, reflexo do modelo parisiense:

[...] mesmo quem não é diretor de um jornal parisiense e não está habituado à imprensa européia, pode, do pé para as mãos, indicar muitos (defeitos dos nossos jornais) [...] isso de jornal sem folhetins, ‘sem crônicas’, sem artigos, sem comentários, sem informações, sem curiosidades, não se compreende absolutamente.

¹⁰ De acordo com Candido (1992, p. 13), não se pode imaginar “uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor”, por esse motivo, “ela fica perto de nós”.

Mesmo que muitos críticos admitam ser a crônica um “gênero menor”, intelectuais de grande prestígio, como Machado de Assis, Lima Barreto, Olavo Bilac, Júlia Lopes de Almeida, Euclides da Cunha, Coelho Neto, entre outros, “deixaram gravadas nesse que se tornou praticamente um ‘gênero compulsório da época’ suas visões sobre esse período efervescente da vida carioca”, quer com seus próprios nomes, quer por meio de pseudônimos (NEVES, 1992, p. 81-82).

Lima Barreto também foi um excelente cronista de seu tempo. Suas crônicas são documentos vivos de fatos corriqueiros ocorridos na época. Esses documentos equivaleriam, conforme destaca Vasconcellos (1992, p. 255), aos “‘*faits divers*’, que alimentam o noticiário do jornal” (grifo da autora). Entre os acontecimentos ocorridos por ocasião da Primeira República, Lima Barreto destaca em suas crônicas “a febre amarela, a Primeira Grande Guerra, as greves operárias de 1917 e 1918, a Revolução Russa, a construção do Teatro Municipal, a seca do Nordeste e o binômio instrução/igreja” (VASCONCELLOS, 1992, p. 256). Assim, as crônicas do autor chamam a atenção não só de estudiosos da literatura, mas também de historiadores, sociólogos e, de certa forma, do público. Constituem fontes históricas por meio das quais é possível compreender de forma mais aprofundada não só o período da Primeira República, mas também as fragilidades sociais, políticas, econômicas e educacionais que persistem ainda hoje.

1.4 Constituição do *corpus*

A obra *Os Bruzundangas* é composta por 22 capítulos em que Lima Barreto critica ironicamente a estrutura de um país fictício, a República Bruzundanga, uma alegoria do Brasil. São alvos do autor os políticos e as eleições, as instituições, como a Escola e a Igreja, a Constituição, os privilégios, as desigualdades, a saúde e os costumes. Os capítulos são independentes, dessa forma, os textos podem ser lidos sem que seja necessário seguir uma ordem cronológica.

Para a seleção das crônicas a serem analisadas, em um primeiro momento, procedeu-se à leitura de todos os capítulos da obra mencionada. Posteriormente, efetuou-se a análise de 12 crônicas, escolhidas aleatoriamente. Observou-se, então, que os elementos linguísticos presentes nesses textos e a forma como eram explorados mostravam-se recorrentes, ou seja, em qualquer crônica que se analisasse, os fenômenos da pressuposição e do subentendido veiculavam implícitos, que, por sua vez, tinham relação com a ironia, depreendida, ora na

utilização de elementos lexicais e gramaticais para introduzir o pressuposto, ora no reconhecimento do contexto, pelo qual perpassa o subentendido.

Nesta tese, a título de exemplificação, apresenta-se a análise de três crônicas, *A nobreza da Bruzundanga* (capítulo II), *A sociedade* (capítulo XIII) e *Um grande financeiro* (capítulo I), a fim de se explicitar como os elementos linguísticos e pragmáticos se articulam na construção de sentidos, tanto explícitos quanto implícitos, notadamente em relação à ironia. Os textos escolhidos trazem exemplos relevantes dos fenômenos aqui investigados e as constatações podem ser aplicadas aos demais textos que compõem a obra.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, explicita-se o aporte teórico que embasa a análise do *corpus* selecionado. Em um primeiro momento, aborda-se a sátira (NERY, 1998; BORGES, 2009; MINOIS, 2003) e a ironia (BRAIT, 2008; MOISÉS, 2001; PERELMAN; TYTECA, 2014; SEVCENKO, 2003). Em seguida, apresentam-se os conceitos de implícito, de pressuposto e de subentendido, bem como explora-se o fenômeno da pressuposição (DUCROT, 1972; 1981; 1987; 1991). Por fim, discorre-se sobre a noção de contexto (CHARAUDEAU, 2010; VAN DIJK, 2012).

2.1 Sátira

No Brasil, a tradição da sátira vem do Barroco, no século VXII, notadamente das produções do poeta Gregório de Matos, um dos precursores dos poemas satíricos. Por conta de suas sátiras, foi perseguido pelo então governador do Estado da Bahia, Antônio de Souza Menezes, e exilado em Angola. Suas poesias satíricas tinham como propósito censurar governantes, fidalgos, clero, comerciantes, escravos, mulatos e os costumes da sociedade baiana.

Por volta de 1800, a sátira, com as características consideradas neste trabalho, tornou-se mais representativa. Nessa época, em São Paulo, surgiu um periódico de humor denominado *O cabrião*, que, embora trabalhasse com charges, tinha como principal característica a construção de personagens-caricatura (SILVA, 2004). Muitos semanários de conteúdo satírico começaram, então, a circular no país. Na Primeira República, por exemplo, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, surgiram periódicos que acabaram por se tornar importantes veículos de críticas humorísticas, particularmente direcionadas à política. Nesse âmbito, pode-se citar *O pirralho*, semanário idealizado por Oswald de Andrade. Essa publicação circulou nas referidas cidades principalmente entre 1911 e 1917, com o objetivo de satirizar o presidente Marechal Hermes da Fonseca e seus aliados (BORGES, 2009, p. 15).

Nos primeiros anos de República, o cenário de agitações político-sociais contribuiu para o surgimento de semanários, que se insurgiam, irreverentemente, contra a oligarquia, contra as condições de sobrevivência dos mais humildes, contra os privilégios, contra a condição do negro na sociedade, contra os políticos corruptos, seus favoritismos e apadrinhamentos, e contra

a marginalização do indivíduo na sociedade. Com uma linguagem inovadora e coloquial, que se contrapunha à dos academicistas, tais publicações criticavam as relações políticas e sociais estabelecidas no país. Nota-se que a relação da sátira com o meio social é muito próxima, uma vez que “para compreender o riso, é preciso colocá-lo em seu meio natural, que é a sociedade; é preciso sobretudo determinar sua função útil, que é uma função social” (BERGSON, 2001, p. 6).

Moisés (2002) esclarece que a sátira diz respeito a um tom literário ou narrativo que expressa a crítica a instituições ou indivíduos no que se refere à censura de males que se fazem presentes na sociedade ou na esfera individual. A sátira, que guarda relação com a comédia, com o humor e com o burlesco, pressupõe, na visão do autor, “uma atitude ofensiva, ainda quando dissimulada: o ataque é sua marca indelével, a insatisfação perante o estabelecido, a sua mola básica” (MOISÉS, 2002, p. 470).

No tocante às figuras políticas, a sátira frequentemente coloca o satirizado em uma situação que explora seu aspecto ridículo, desse modo, sua qualificação e capacidade de governar são questionadas. Como Nery (1998, p. 189) observa, desprovidos de “máscara, são ridicularizados diante do público que ri daquele que pretende representá-lo seriamente no cenário político”. Nesse sentido, o realce dos traços cômicos faz que o personagem ridicularizado seja reinventado. Borges (2009, p. 68) argumenta que “o desdém no trato com a pessoa satirizada, a desqualificação pessoal e a colocação de figuras tidas como ilustres em situações corriqueiras e cotidianas da existência” fazem-na humana, uma vez que está destituída daquela “aura que parece pairar em cima de indivíduos de grande destaque social”.

Lima Barreto soube aproveitar a tradição da sátira¹¹. Ele fazia críticas fortes, que estavam longe de serem inofensivas, ao poder e à sociedade brasileira em geral. Em suas sátiras, incorporava caricaturas, expressas não por meio de imagens, mas por meio da linguagem, o que servia para reforçar o caráter crítico de suas produções. Nessa direção, Sevchenko (2003, p. 198) destaca que, na obra de Lima Barreto, a caricatura deriva da convicção do autor

[...] de que a realidade não fala por si; é preciso que ela seja exagerada criticamente para revelar os seus defeitos e expor as deformações que despertem o desprezo geral. Um recurso particularmente eficaz no contexto da arte de Lima Barreto, pois ao mesmo tempo comove e revolta, suscitando assim uma reação seguida de um desejo de ação.

¹¹ No caso das crônicas de *Os Bruzundangas*, o teor satírico é uma constante, como bem lembra Bosi (2003 [1970], p. 323): “com os Bruzundangas Lima Barreto fez obra satírica por excelência”. Dessa forma, ao longo da análise empreendida no próximo capítulo, os textos examinados são tratados ora como crônica, ora como crônica satírica. Deve-se observar que a crônica *A nobreza da Bruzundanga* não é permeada pela sátira da mesma forma que *A sociedade* e *Um grande financeiro*, estas caracterizadas neste estudo como crônicas satíricas.

Minois (2003, p. 469), por sua vez, explica que a caricatura “é a destruição dos ídolos pelo riso, sua redução ao estado de patifes [...] a função essencial da caricatura revolucionária é a dessacralização, o rebaixamento dos antigos valores, dos antigos mestres, dos antigos ídolos [...]”.

A diferença entre a caricatura expressa pela imagem e a expressa pelas palavras é que esta, para ser compreendida, exige que o leitor seja letrado, no caso daquela, a imagem fala por si. A imagem costuma apresentar-se violenta, ao passo que a linguagem é “mordaz e velada” (BAUDELAIRE, 1998, p. 13). Em se tratando das caricaturas de Lima Barreto, cujo propósito era conscientizar e alertar o povo sobre as condições sociais, isso soa como um paradoxo, uma vez que seria necessário que a população tivesse o mínimo de escolarização, fato que não ocorria na época, posto que a taxa de analfabetismo no Brasil era de 82,6%, segundo censo realizado em 1890 (FERRARO; KREIDLOW, s.d.).

Corrêa (2016, p. 13), na introdução da obra *Sátiras e outras subversões*, destaca que, para Lima Barreto, a sátira “tinha a potência de ser combativa, revolucionária e mortal no âmbito do embate das ideias e das práticas daquele começo de século XX”. Observa, ainda, que no sentido barretiano, a sátira “é um engajamento com o contexto ao redor através de uma perspectiva ou de um comentário que forneçam uma interpretação para o leitor” e a caricatura “tem mais potência que a evidência fotográfica [...], como elemento satírico, fornece mais ferramentas de intervenção subversiva tanto através de imagens como através de textos, como era o seu caso” (CORRÊA, 2016, p. 14).

O recurso estilístico mais utilizado em uma sátira, de modo geral, é a ironia, apresentada em detalhes na próxima seção. Por meio desse recurso, os autores atacam não só determinados comportamentos da vida em sociedade, como também certas organizações, certos hábitos e certas concepções de época, assim como faz Lima Barreto.

2.2 Ironia

Como registra Moisés (2001, p. 294), a origem do termo *ironia* está na palavra grega *eironeia*, que significa interrogação dissimulada. O interesse pela ironia vem desde a Antiguidade. A ironia satírica, por exemplo, tem a ver com o estilo de Sócrates, que utilizava do deboche para tratar da condição humana. Para esse filósofo, a ironia é “a arte de se fazer humilde, de colocar suavemente as pessoas em contradição com elas mesmas, sob o pretexto de obter esclarecimento, de expor a presunção e a impertinente ignorância” (AUBÉ, 1874 apud BRAIT, 2008, p. 24).

Entretanto, há autores, como Muecke, citado por Santana (2006), para quem o significado que a modernidade deu ao termo distancia-se daquele visto na Antiguidade e em séculos posteriores. De acordo com Santana (2006, p. 35),

[...] a evolução semântica da palavra, historicamente, é o resultado cumulativo de termos, de tempos em tempos, no decurso dos séculos, inferindo, a partir do uso conceitual do termo e talvez erradamente, fenômenos que pareciam semelhantes, usando a palavra ironia sem saber ou procurar saber como ela era empregada anteriormente.

Dessa forma, a ironia, consoante uma perspectiva mais moderna, seria um desvio que alteraria a coerência lógica da língua, fazendo com que o sentido de uma expressão fosse transferido ao repertório tradicional dos usuários da língua.

Perelman e Tyteca (2014), por sua vez, destacam a ironia como uma figura que traduz o ridículo¹² e um recurso do qual o enunciador se vale para dar a entender o contrário daquilo que está materializado em seu discurso. Esse rodeio constitui uma forma de argumentar, mas de forma indireta. De acordo com os autores, a ironia requer daquele que interpreta conhecimentos adicionais sobre fatos e regras, e somente “a concepção que se faz das convicções de certos meios pode fazer-nos adivinhar se determinados textos são ou não irônicos” (PERELMAN; TYTECA, 2014, p. 236).

Nessa direção, Brait (2008, p. 73) destaca que, sem desprezar os aspectos linguísticos, a ironia

[...] pode ser enfrentada como um discurso que, por meio de mecanismos dialógicos, se oferece basicamente como argumentação direta e indiretamente estruturada, como paradoxo argumentativo, como afrontamento de idéias e de normas institucionais, como instauração da polêmica ou mesmo como estratégia defensiva.

A autora enfatiza que a ironia coloca em relevo o que não é compatível e, assim, é dimensionada como um posicionamento, “fazendo funcionar a argumentação indireta como maneira de informar ou mesmo de educar. Assim sendo, se a ironia ridiculariza um alvo, por outro lado, ela procura, por sua engenhosidade e pelo risco de não se efetuar, o rir da cumplicidade, da conivência” (BRAIT, 2008, p. 68-69).

¹² Perelman e Tyteca (2014, p. 233-234) esclarecem que “o ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso” considerado, nesse contexto, como “riso de exclusão” porque é “a sanção da transgressão de uma regra aceita, uma forma de condenar um comportamento excêntrico, que não se julga bastante grave ou perigoso para reprimi-lo com meios mais violentos”. Embora, normalmente, o ridículo seja “vinculado ao fato de uma regra [ser] transgredida ou combatida de um modo inconsciente, por ignorância seja da própria regra, seja das consequências desastrosas de uma tese ou de um comportamento”, segundo os teóricos, o ridículo “é uma arma poderosa de que o orador dispõe” para combater os que podem, provavelmente, “abalar-lhe a argumentação, recusando-se, sem razão, a aderir a uma ou outra premissa de seu discurso” (PERELMAN; TYTECA, 2014, p. 233-234).

A ironia depende de estratégias que a levem a ser percebida tanto no âmbito superficial (explícito) quanto no âmbito subjacente (implícito), os quais se sobrepõem na exposição textual. É nesse aspecto da textualidade que transitam as crônicas de Lima Barreto, cuja ironia impressa nos textos desencadeia, muitas vezes, o humor, uma vez que transmite uma contradição. Entretanto, diferentemente do humor, pode causar espanto e revolta, dessa forma, não se pode enquadrar ironia e humor em um conceito único.

De acordo com Brait (2008, p. 74),

[...] a vítima aparente de uma ironia pode, num romance como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, por exemplo, provocar o riso do leitor, graças à ingenuidade ou aos traços obsessivos de algumas de suas atitudes. Entretanto, o conjunto do texto não parece apontar para a comicidade, quer da personagem, quer das situações por ela vividas. Ao contrário, se o riso aflora em muitos momentos do texto, o conjunto aponta para a tragicidade instaurada a partir de um confronto entre o nacionalismo ingênuo e a realidade vivida pelo país habitado por Quaresma. Isso permite repensar as relações existentes entre humor e ironia, já que a dimensão irônica no caso de Policarpo é muito mais trágica que cômica.

Pode-se depreender dessa perspectiva que a ironia deve ser tomada como uma forma de discurso em que é possível perceber e compreender o humor, visto que este é um dos mecanismos que se faz presente no discurso irônico e que se oferece como desencadeador de determinado efeito de sentido.

Quando um autor faz uso da ironia, é possível que seu objetivo seja se fazer compreendido e interpretado. De modo sutil e por meio do contexto (assim como da entonação, dos gestos ou de qualquer outro tipo de marca), a ironia sinaliza uma contradição. O leitor, por sua vez, deve ter habilidade para identificar a ironia em um texto. Ao fazê-lo, está apreendendo a intenção do autor, que espera essa reação, pois também dela depende a produção de sentido.

Para que o leitor compreenda a ironia, é necessário identificar e conhecer o aspecto ironizado. Assim, o leitor precisa compreender o texto, considerando, sobretudo, o contexto de produção. Como preconiza Hutcheon (2000, p. 20), a ironia é um processo comunicativo que acontece em determinado contexto e “no discurso, no uso, no espaço dinâmico da interação de texto, contexto e interpretador”.

Em tal compreensão, é fundamental considerar a noção de diálogo, porque a ironia pressupõe que os interlocutores estejam em uma relação discursiva e “submetidos às especificidades do discurso irônico” (SEVCENKO, 2003, p. 25). Dessa perspectiva, pode-se inferir que o contexto tem papel preponderante na compreensão da ironia, uma vez que nele pode haver o que Charaudeau (2010) denomina de saberes comuns, os saberes tanto do enunciador quanto do interpretante que estão em continuada interação, são intercambiáveis.

Nesse sentido, quando um enunciador diz a seu interpretante “São vinte e duas horas”, pode-se compreender o sentido literal desse enunciado ao considerá-lo como resposta à pergunta: “Que horas são?”. No entanto, o sentido não será único se se admitir que essa pergunta está inserida em determinado contexto. Se o interpretante entender que já está na hora de dormir, ou de ir embora, o sentido deixa de ser literal. Assim, o contexto é de fundamental importância porque elucida se o locutor quer dizer outra coisa além daquela que é dita. Nesse quadro de interpretação, é possível identificar e compreender a ironia relacionada ao contexto.

A essa mesma visão soma-se a ideia de que a articulação entre tempo, espaço e personagens, considerando uma obra literária, assume um valor que, para existir, necessita de “dois elementos em oposição: pela diferença se conhecerá o valor de cada um” (BRAIT, 2008, p. 119). Por exemplo, quando uma mãe diz a seu filho “A hora não poderia ter sido mais bem escolhida, realmente”, ela pode estar sendo irônica e, nesse caso, tem-se um tipo conhecido como ironia frástica; em vez de a mãe dizer de modo direto e explícito “A hora foi mal escolhida”, diz o contrário, “acrescentando ainda o advérbio ‘realmente’, que mobiliza o enunciado como um todo e sinaliza uma apreciação enunciativa” (BRAIT, 2008, p. 119). É nesse mecanismo proposto pela linguagem que a ironia é construída.

Para Kerbrat-Orecchioni (1977), a ironia pode ser entendida com base em dois aspectos: um de natureza ilocucionária e outro de natureza propriamente linguística. O primeiro, visa a um alvo, denuncia; o segundo, por meio do significante, apresenta dois sentidos: sentido literal (S1) (manifesto e patente) e sentido intencional (S2) (sugerido e latente).

Essa pesquisadora sinaliza que o sentido sugerido sustenta a coerência de um enunciado irônico. Dessa maneira, aquilo que poderia parecer contraditório, não o é. A ambiguidade e a dissonância, definidoras da ironia, imprimem-lhe uma característica paradoxal, isto é, a ironia é construída para ser entendida de modo ambíguo. Kerbrat-Orecchioni (1977) reforça que, para compreendermos um enunciado irônico, é necessário considerar o sentido sugerido, este o sentido verdadeiro, aquele em que está a ironia.

No caso dos textos de Lima Barreto, observa-se que ele utiliza um léxico popular em contraposição ao que ditava a aristocracia da época, que falava e escrevia segundo a norma culta. O autor faz uso dessa linguagem justamente para atacar os conservadores. Entende-se que sua seleção lexical pode “completar informações que não estão presentes nos enunciados e explicitar sua reação, produzindo os desejados efeitos de humor e ironia” (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 88). Assim, para ter o efeito de ironia, a escolha lexical, assim como dos qualificativos, é de fundamental importância, especialmente no que se refere às críticas de Lima Barreto.

Nessa direção, Brait (1996, p. 107, apud FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 89) observa que tais formas assim irônicas não têm “função de erudição, no sentido de invocação de autoridade e muito menos de simples ornamento. Ao contrário, são formas de contestação da autoridade, de subversão de valores estabelecidos”. Como pontuam Fávero e Molina (2006, p. 89), isso é o que Lima Barreto parece ter realizado, “contestou autoridades e subverteu valores preestabelecidos”.

Ainda com base em Brait (1996, p. 106), as pesquisadoras observam:

[...] o fato é que para haver ironia deve haver a opacificação do discurso, ou seja, o enunciador deve produzir um enunciado de tal forma a chamar a atenção não apenas para o que está dito, mas para a forma de dizer e para as contradições existentes entre as duas dimensões (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 90).

Sevcenko (2003) sublinha que a estética mais prestigiada no período que compreende o final do século XIX e o início do século XX estava baseada nos processos de ironia. Na época, José Veríssimo foi o intelectual que mais difundiu essa estética no Brasil. A despeito das severas críticas que fazia a Lima Barreto, Veríssimo demonstrava sua preferência pela ironia construída por esse autor e a caracterizou como de natureza social e dotada de solidariedade humana.

A ironia, que Lima Barreto declarou certa vez vir da dor, perpassa grande parte da produção desse autor e vai da “simples malícia ao mais profundo humor” (SEVCENKO, 2003, p. 197).

A ironia é um recurso de linguagem que pode se apresentar tanto por meio de uma pressuposição como por meio de um subentendido. De modo a reunir os subsídios para evidenciar esse aspecto na análise dos textos selecionados, abordam-se, a seguir, o implícito e seus procedimentos, os pressupostos e os subentendidos.

2.3 O implícito: pressupostos e subentendidos

De maneira a buscar o entendimento acerca do fenômeno da pressuposição, faz-se necessário, em um primeiro momento, tecer algumas considerações sobre o implícito e como ele se inscreve na linguagem por meio dos pressupostos e dos subentendidos.

De acordo com Ducrot (1991), dizer que a língua é um código do qual os indivíduos se servem para transmitir informações é admitir que os conteúdos veiculados são expressos de modo explícito. Entretanto, como ele ressalta, “ce qui est dit dans le code est totalement dit, ou

n'est pas dit du tout"¹³ (DUCROT, 1991, p. 5). Nesse sentido, “Or on a bien fréquemment besoin, à la fois de dire certaines choses, et de pouvoir faire comme si on ne les avait pas dites, de les dire, mais de façon telle qu'on puisse refuser la responsabilité de leur énonciation”¹⁴ (DUCROT, 1991, p. 5). Assim, o implícito subjaz ao discurso, independentemente da natureza deste.

É possível identificar pelo menos duas origens teoricamente distintas do implícito:

[...] il y a, pour chaque locuteur, dans chaque situation particulière, différents types d'informations qu'il n'a pas le droit de donner, non qu'elles soient en elles mêmes objets d'une prohibition, mais parce que l'acte de les donner constituerait une attitude considérée comme répréhensible. Pour telle personne, à tel moment, dire telle chose, ce serait se vanter, se plaindre, s'humilier, humilier l'interlocuteur, le blesser, le provoquer, ... etc. Dans la mesure où, malgré tout, il peut y avoir des raisons urgentes de parler de ces choses, il devient nécessaire d'avoir à sa disposition des modes d'expression implicite, qui permettent de laisser entendre sans encourir la responsabilité d'avoir dit.

Une seconde origine possible au besoin d'implicite tient au fait que toute affirmation explicitée devient, par cela même, un thème de discussions possibles. Tout ce qui est dit peut être contredit. De sorte qu'on ne saurait annoncer une opinion ou un désir, sans les désigner du même coup aux objections éventuelles des interlocuteurs. Comme il a été solvemment remarqué, la formulation d'une idée est la première étape, et décisive, vers sa mise en question. Il est donc nécessaire à toute croyance fondamentale, qu'il s'agisse d'une idéologie sociale ou d'un parti-pris personnel, de trouver, si elle s'exprime, un moyen d'expression qui ne l'étale pas, qui n'en fasse pas un objet assignable et donc contestable. Or elle a cependant besoin de s'exprimer, trouvant sa principale force, et sa source première d'évidence, dans son perpétuel rabâchage. D'où une deuxième raison à l'existence de façons de parler implicites, à l'existence d'une certaine utilisation du langage qui ne peut pas se comprendre comme un codage, c'est-à-dire comme la manifestation d'une pensée, en elle-même cachée, au moyen de symboles qui la rendent accessible.

Qu'il y ait ainsi une utilisation du langage qui ne relève pas du codage, cela ne prouve cependant pas que le langage lui-même est autre chose qu'un code. Peut-être, en effet, la part d'implicite qu'on arrive à introduire dans le discours, on l'introduit toujours de l'extérieur, au moyen de procédés étrangers à la langue proprement dite, et qui tiennent seulement à l'habileté avec laquelle on l'utilise. Il est donc indispensable, pour nous, de recenser d'abord les formes d'implicite qui peuvent être attribués à de tels procédés, afin de faire apparaître ensuite, par contraste, un implicite dont la possibilité serait inscrite dans la langue d'une façon plus directe. En ce qui concerne les 'procédés d'implication', nous proposons de les ranger dans deux catégories principales, en distinguant ceux qui se fondent sur le contenu de l'énoncé, et ceux qui mettent en cause le fait de l'énonciation (DUCROT, 1991, p. 5-6)¹⁵.

¹³ Aquilo que é dito, por meio do código, é totalmente dito ou não dito de todo.

¹⁴ Muitas vezes, temos a necessidade de dizer certas coisas e de poder agir como se não as tivéssemos dito, mas dizê-las de uma forma tal que possamos nos ausentar da responsabilidade de tê-las dito.

¹⁵[...] Há, para cada emissor, em cada situação particular, diferentes tipos de informação que não têm permissão de serem ditas. Não que elas sejam, por elas mesmas, objetos de uma proibição, mas porque o ato de dizê-las constitui uma atitude considerada repreensível. Para cada determinada pessoa, em cada determinado momento, dizer determinada coisa seria se vangloriar, se humilhar, humilhar o interlocutor, feri-lo, provocá-lo, ... etc. Apesar de haver razões urgentes para falar sobre determinadas coisas, torna-se necessário dispor de modos de expressão implícitos que permitem se fazer entender sem incorrer na responsabilidade de ter dito. Uma segunda origem possível da necessidade de implicite reside no fato de que qualquer afirmação explícita se torna, por isso mesmo, um tema para possíveis discussões. Tudo que é dito pode ser contradito, de forma que não se pode anunciar uma opinião ou um desejo sem identificá-los, ao mesmo tempo, com as possíveis objeções dos interlocutores. Conforme já previamente observado, a formação de uma ideia é a primeira etapa, e decisiva, para o questionamento. Assim,

Cabral (2010, p. 60) observa que três razões principais levam ao emprego do implícito: “a existência de um impedimento em relação a determinada informação, o medo de ofender o interlocutor ou de gerar um constrangimento, um tabu dentro da comunidade de que participamos [...]”. A autora esclarece que “[...] toda afirmação explicitada pode tornar-se tema de discussão e, por esse motivo, é passível de ser rebatida. Ao enunciar uma opinião ou uma ideia, automaticamente a expomos a possíveis críticas de nossos interlocutores” (CABRAL, 2010, p. 60). Então, para se resguardar de um eventual confronto, o indivíduo seleciona determinadas formas de dizer, formas que não o exponham à contestação.

Os implícitos estão presentes na interação verbal e frequentemente são dotados de força argumentativa. Ao passo que a pressuposição carrega o implícito inscrito no próprio enunciado, o subentendido depende da reflexão do interlocutor em relação ao enunciado. Nessa direção, Ducrot (1987, p. 15) observa que é preciso considerar

[...] além dos conhecimentos habitualmente chamados linguísticos, um certo número de leis de ordem psicológica, lógica ou sociológica, um inventário das figuras de estilo empregadas pela coletividade que fala a língua L, com suas condições de aplicação, em suma, informações referentes às diferentes utilizações da linguagem nessa mesma comunidade. Caso contrário, como dar conta do fato de que, em certas circunstâncias, o enunciado *Que tempo bom!* possa ser dotado de um valor aproximadamente equivalente a *Que tempo feio!*, e, em outras circunstância, ser compreendido como *Não temos muita coisa a dizer um ao outro*, etc. (grifo do autor)

Para Cabral (2010), os procedimentos de implicação podem ser classificados em duas categorias: categoria dos procedimentos discursivos, os quais, para serem reconstruídos, dependem do contexto de enunciação e de determinado raciocínio do interlocutor, e categoria dos procedimentos não discursivos, os quais estão inscritos na significação dos elementos que formam o enunciado. O subentendido está na categoria dos aspectos discursivos, já o pressuposto está na categoria dos aspectos não discursivos.

é necessário que qualquer crença fundamental, quer se trate de uma ideologia social, quer se trate de um viés pessoal, encontre, caso seja expressa, um meio de expressão que não a difunda, que não a faça um objeto definido e, portanto, contestável. Todavia, faz-se necessário expressar-se, encontrando a força principal e, como fonte principal de evidência, sua repetição perpétua. Desse fato é que se identifica uma segunda razão da existência de formas implícitas de se falar, da existência de um certo uso de linguagem que não pode ser entendido como codificação, ou seja, como manifestação de um pensamento, mesmo escondido, por meio de símbolos que o tornam compreensível. Dessa forma, há um uso da linguagem que não pertence à codificação, provando que a própria linguagem é algo diferente de um código. Talvez, de fato, a parte da implicação que se acaba efetivando em um discurso é sempre introduzida de fora, de um exterior, por meio de processos estranhos ao idioma propriamente dito, e que têm apenas habilidade de o fazer aqueles que o utilizam. Portanto, é indispensável identificar primeiro as formas de implicação que podem ser atribuídas a tais processos, a fim de fazer aparecer, por contraste, um implícito cuja possibilidade esteja inscrita na linguagem de uma maneira mais direta. No que diz respeito aos ‘processos de implicação’, propomos classificá-los em duas categorias principais, distinguindo-os entre aqueles que se fundamentam no conteúdo do enunciado e aqueles que envolvem o ato de enunciação.

Oswald Ducrot desenvolveu seus estudos sobre pressupostos e subentendidos na segunda fase da Linguística Textual, no final da década de 1970 e início da década de 1980, ainda de uma perspectiva estruturalista. Em 1987, o estudioso revisitou esses conceitos, considerando uma abordagem pragmática, segundo a qual, a linguagem passa a ser investigada em relação a seu uso e ação, e o texto passa a ser considerado em seu contexto, o qual ganha relevância como elemento que influencia na construção de sentido.

No texto, os pressupostos são reconhecidos com base em uma perspectiva estruturalista, pois estão inscritos na língua, e os subentendidos são reconhecidos com base em uma abordagem pragmática, pois dependem do contexto, o qual se aborda mais detalhadamente adiante.

Ducrot salienta que todo enunciado afirma algo, isto é, “põe” alguma coisa de forma clara, como observa Cabral (2010, p. 59). Em estudo realizado em 1972, o autor já considerava que a pressuposição fazia parte do sentido e a via como uma forma particular de linguagem, cujos pressupostos constituem o conteúdo semântico visado por essa pressuposição, como em

(1) *João parou de beber bebida alcoólica.* Esse enunciado coloca que *João não bebe bebida alcoólica* e pressupõe que *João bebia antes*.¹⁶

Para Vogt (2009, p. 29), Ducrot estabeleceu “critérios objetivos para validar a distinção, no nível linguístico, entre o elemento posto, de um enunciado, e o elemento pressuposto”. Vogt apresenta como exemplo o seguinte enunciado:

(2) “O povo continua a exigir mudanças”. Esse enunciado admite, semanticamente, dois elementos: a) “o povo exigia mudanças” e b) “o povo exige mudanças”; “o elemento a) é que constitui o elemento pressuposto, enquanto que o elemento b) constitui o elemento posto. É nesse sentido que o posto constitui a significação explícita do enunciado e o pressuposto, a sua significação implícita” (VOGT, 2009, p. 29).

O conteúdo pressuposto é de natureza diferente da natureza do subentendido. No caso do pressuposto, o conteúdo já está no significado da frase que compõe o enunciado e é válido em qualquer enunciado, em qualquer contexto. Já no caso do subentendido, isso não acontece porque é possível dizer uma coisa para fazer entender outra. Tentando distinguir pressuposto de subentendido, Ducrot (1987) argumenta que o primeiro é descrito por meio do componente linguístico, o segundo, por meio do componente retórico. Assim, as orientações para se detectar o pressuposto são diferentes daquelas para se detectar o subentendido.

¹⁶ A fim de organizar a exposição e facilitar a localização dos exemplos, optou-se por numerá-los em sequência.

Um dos modos que possibilita a verificação dessa diferença é saber que há um comportamento particular em relação ao pressuposto no momento em que se submete o enunciado “a certas modificações sintáticas, tais como a negação ou interrogação” (DUCROT, 1987, p. 18). Já os subentendidos têm natureza diferente: seus enunciados não podem ser submetidos à mesma regra da negação, interrogação e subordinação. Assim, contrariamente aos pressupostos, não apresentam traços ligados diretamente à sintaxe.

O pressuposto pertence ao sentido literal, é inerente ao próprio enunciado, que é utilizado “com a intenção principal de tornar conhecida do ouvinte a verdade de seus pressupostos” (DUCROT, 1987, p. 18). O subentendido, ao contrário, ocorre em um momento posterior ao ato de comunicação; é originário da interpretação do ouvinte e está ausente do enunciado. Só aparece quando, em um momento posterior, o ouvinte faz uma reflexão sobre o enunciado. Para interpretá-lo, deve-se considerar as condições de produção.

Como do subentendido se exclui o sentido literal, o ouvinte só pode interpretá-lo por meio de um raciocínio, isto é, por meio de um procedimento discursivo. Para isso, é preciso considerar a enunciação; nela, o enunciado se circunscreve em um momento pontual e em circunstâncias específicas. Desse modo, o raciocínio do ouvinte pode manifestar-se quase que automaticamente e se baseia na enunciação.

Com base em um exemplo do próprio Ducrot (1987, p. 17), é possível perceber que o subentendido tem origem na reflexão realizada sobre o ato da enunciação, como neste exemplo:

(3) “Se Pedro vier, Jacques partirá”. Por meio dessa reflexão, pode-se concluir que a partida de Jacques está subordinada à vinda de Pedro.

Isso já não acontece em se tratando dos pressupostos, que não podem ser justificados por meio de nenhum raciocínio. Para mostrar que o reconhecimento dos pressupostos não está vinculado a uma reflexão individual dos falantes, o autor dá o seguinte exemplo:

(4) “Jacques continua fumando”. Ele confere a divisão entre o posto “Jacques fuma atualmente” e o pressuposto “Jacques fumava antigamente” à arbitrariedade linguística (DUCROT, 1987, p. 17-18).

Assim, se dividirmos a descrição semântica em um componente linguístico e outro retórico, o pressuposto aparece ligado ao próprio enunciado e aos fenômenos sintáticos, já o subentendido aparece como resultado de uma reflexão do destinatário, tendo em vista as circunstâncias de enunciação. Ele é obtido por meio de uma descrição, cujo processo considera não só as condições de ocorrência, mas também o sentido do enunciado.

Para exemplificar tal fato, Ducrot (1987, p. 25-26) apresenta os seguintes enunciados:

(5) “Se Pedro tivesse vindo, Jacques teria partido”;

(5a) “A vinda de Pedro implicava a partida de Jacques”;

(5b) “Pedro não veio”;

(5c) “Jacques não partiu”.

Por meio desses exemplos, o autor estabelece o estatuto dos três elementos semânticos ligados a (5), em que o elemento (5c) é produzido com base em (5a) e (5b). Assim, os elementos semânticos (5a), (5b) e (5c) têm estatutos diferentes, uma vez que em (5a) reconhece-se o posto, em (5b), o pressuposto, que pode ser submetido à interrogação e à negação. O mesmo não ocorre em (5c), pois este não resiste nem à interrogação nem à negação, por isso não pode ser considerado um pressuposto. Em (5c), tem-se, então, um subentendido confiado ao componente retórico que, para ser descrito, conta com os resultados oriundos dos componentes linguísticos (5a) e (5b).

Se se levar em conta a lei de economia, em que o locutor entende que só poderá falar na partida de Jacques se considerar a hipótese da vinda de Pedro, o ouvinte terá um motivo para concluir que a partida de Jacques está ligada à vinda de Pedro. Esse raciocínio é atribuído ao subentendido. Para explicar tal ocorrência, o linguista afirma que se o pressuposto (5b) “for combinado com a idéia de que a vinda de Pedro é necessária à partida de Jacques, é natural concluir que Jacques não partiu, o que constitui exatamente o subentendido” (DUCROT, 1987, p. 26). Desse modo, para o autor, “a determinação dos subentendidos leva em conta um conhecimento prévio dos pressupostos” (DUCROT, 1987, p. 26).

Após a exposição dos aspectos relacionados ao pressuposto e ao subentendido, na próxima seção, discorre-se sobre a pressuposição, fundamental para a análise do *corpus*, uma vez que ela também concorre para a construção de sentido.

2.4 O fenômeno da pressuposição

É importante salientar que o fenômeno da pressuposição tem despertado interesse, sobretudo dos estudiosos da lógica, desde o final do século XIX. Como Ducrot (1991, p. 27) observa, já em 1892, Frege, em artigo intitulado *Sens et référence*, apresentou, pela primeira vez, a noção de pressuposição de modo sistemático, atribuindo valor de verdade à referência de uma proposição. Frege era um semanticista que analisou as ocorrências da língua considerando a perspectiva lógica, a qual Koch (1984, p. 49) esclarece da seguinte maneira: “substituindo-se uma parte de uma proposição por uma expressão que possua o mesmo valor de verdade, toda proposição manterá o mesmo valor de verdade, isto é, a mesma referência”.

Segundo Ducrot (1972, p. 38), Frege introduziu a noção de pressuposição por meio do seguinte exemplo:

(6) “Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria”. Dessa proposição, pode-se identificar como pressuposto o segmento “Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica”, e como posto, “morreu na miséria”.

Foi também depois dos estudos de Frege que houve um entendimento de que os pressupostos são afirmados pela negação e pela interrogação. Desse modo, em

(7) “Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica não morreu na miséria” e em

(8) “Aquele que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica morreu na miséria?”, o pressuposto é o mesmo: “Existe alguém que descobriu que a órbita dos planetas é elíptica” (DUCROT, 1972, p. 38-39). Tanto o pressuposto quanto o posto comportam um valor de verdade, isto é, tanto a sentença precedente quanto a seguinte são verdadeiras, se for verdade que Kepler (aquele que descobriu como é a órbita dos planetas) morreu na miséria. Assim, pode-se dizer que o pressuposto remete a um ser e esse ser é Kepler, dessa forma, estabeleceu-se uma referência.

Ducrot (1981, p. 168) também cita Russel, que, com base na lógica, examina expressões da linguagem comum que afirmam algo acerca de um objeto inexistente. O exemplo dado é o seguinte:

(9) “O rei de França é sábio”. Em uma linguagem científica, diz o autor, “todo enunciado que não é absurdo deve poder ser verdadeiro ou falso” (DUCROT, 1981, p. 168), isto é, “para traduzir na linguagem da lógica os enunciados da linguagem comum, dever-se-á, pois, mostrar que são, também eles, desde que tenham um sentido, candidatos à verdade ou à falsidade” (DUCROT, 1981, p. 168). Dessa maneira, se a frase “O rei de França é sábio” for verdadeira, o seu pressuposto “Existe um rei de França” também será. Pressupõe-se, assim, que se “O rei de França é sábio”, “Existe um rei de França”, a verdade da primeira implica a verdade da segunda. Esse fato pode ser representado do seguinte modo: $F_1V \rightarrow F_2V$.

No século XX, outros estudiosos considerados semanticistas também abordaram a pressuposição, como o próprio Russel, e também Strawson, que a consideravam como o emprego lógico dos enunciados. Da mesma forma, Collingwood, Austin, Fillmore, Stalnaker, Ducrot, entre outros, lançaram-se ao estudo dos pressupostos.

Collingwood (s.d. apud DUCROT, 1972, p. 52), por exemplo, em sua teoria sobre os pressupostos, considerou apenas os enunciados asseverativos. Para esse filósofo, toda

afirmação apresenta-se como resposta a uma pergunta. Nos exemplos de Collingwood citados por Ducrot (1972, p. 52), tem-se:

(10) “Ele parou de bater em sua mulher”. Para o filósofo, esse enunciado só terá utilidade se responder à pergunta:

(11) “Parou ele de bater em sua mulher?” Pode-se entender, com base nessa questão, que o pressuposto seria: “Ele tinha o hábito de bater em sua mulher”.

Na voz de Ducrot (1972, p. 58), Fillmore (s.d.) entende que a pressuposição envolve condições de emprego. Em uma frase imperativa como

(12) “Feche a porta!”, pode-se pressupor algumas condições, denominadas condições de felicidade, para que o ato se realize, tais como: (a) locutor e alocutário estão em uma relação que permite àquele encaminhar seu pedido a este; (b) o alocutário está em uma situação que lhe permite fechar a porta; (c) o locutor tem em mente certa porta e tem razões para supor que o alocutário pode identificá-la sem descrição suplementar de sua parte; (d) a porta considerada está aberta no momento da enunciação e (e) o locutor intenciona que se feche a porta. Fillmore (s.d. apud DUCROT, 1972, p. 58) salienta que, com exceção da última, as quatro primeiras, as quais chama de condições de sucesso, não se alteram se submetidas à negação. Dessa forma, sugere que a situação de comunicação verbal seja analisada de dois modos: um denominado ilocucionário, em que o explícito ganha forma, outro denominado pressuposicional, em que o implícito se destaca.

O objetivo de Ducrot (1972) era, pois, fazer que a pressuposição fosse entendida como um ato de linguagem, cujo pressuposto seria o seu conteúdo semântico. Para o estudioso,

[...] o que reteríamos então da filosofia analítica inglesa seria sobretudo uma concepção de conjunto, a idéia de que a língua constitui algo assim como um gênero teatral particular, que oferece ao sujeito falante um certo número de empregos institucionais estereotipados (ordenar, afirmar, prometer ... etc.). Mas, em lugar de considerar os pressupostos como condições e preencher para que esses papéis possam ser representados, gostaríamos de fazer da pressuposição em si mesma um papel – talvez o mais importante – na grande comédia da fala (DUCROT, 1972, p. 59-60).

Em relação ao pressuposto, o autor assume um ponto de vista especial, ao considerá-lo um ato de fala. Isso porque, para ele, uma vez que enunciados portadores de pressupostos realizam uma ação, assim, a pressuposição seria um “ato ilocutório, análogo ao de interrogar, de ordem, de asserção” (DUCROT, 1987, p. 34). Nesse sentido, realizar um ato ilocutório, envolveria

[...] *apresentar* suas próprias palavras como induzindo, *imediatamente*, a uma transformação *jurídica* da situação: apresentá-las, por exemplo, como criadoras de

obrigação para o destinatário (no caso da ordem ou da interrogação), ou para o locutor (no caso da promessa) (DUCROT, 1987, p. 34, grifos do autor).

Por exemplo, em

(13) “Faça isso!”, tem-se como conteúdo proposicional a ação de fazer do interlocutor, e como força ilocucional, uma ordem. Se esse mesmo enunciado fosse transformado no esquema em que são realizados os atos ilocucionários, o resultado seria “Eu ordeno que faça isso!”. O mesmo ocorre em enunciados portadores de pressuposição. Em

(14) “Pedro parou de fumar”, tem-se como conteúdo proposicional “Pedro fumava antes”, e como força ilocucional, a própria pressuposição (DUCROT, 1987, p. 31).

Por considerar a pressuposição um ato de fala, Ducrot (1987) parte para a abordagem pragmática, sem deixar de lado a abordagem semântica. Para o autor, o estatuto do pressuposto é considerado uma evidência, isto é, “um quadro incontestável no interior do qual a conversação deve necessariamente inscrever-se, ou seja, como um elemento do universo do discurso” (DUCROT, 1987, p. 20).

O pressuposto não pode deixar de ser aceito nem pelo locutor nem pelo interlocutor. O que se apresenta no pressuposto é o que pertence ao domínio comum dos participantes do diálogo; assim, o pressuposto é o que se apresenta “como o objeto de uma cumplicidade fundamental que liga entre si os participantes do ato de comunicação” (DUCROT, 1987, p. 20). Considerando a relação dos pronomes, nas palavras de Ducrot (1987, p. 20), “o pressuposto é apresentado como pertencendo ao ‘nós’, enquanto o posto é reivindicado pelo ‘eu’”.

A pressuposição é perpassada pelo sentido implícito da linguagem e pode ser abordada de dois pontos de vista: 1) ponto de vista caracterizado por um enfoque lógico-semântico, em que a pressuposição é considerada em termos de valor de verdade, tendo a negação como critério de identificação; 2) ponto de vista caracterizado por um enfoque pragmático, em que se considera o conhecimento partilhado entre os interlocutores no momento da fala.

Como já mencionado, Ducrot (1987) admite que um dos critérios que favorece a identificação do pressuposto é submeter o enunciado à negação ou à interrogação. O autor oferece exemplos por meio dos quais evidencia que os pressupostos de um enunciado não se alteram em razão de sofrerem transformações pela negação ou pela interrogação (DUCROT, 1987, p. 18):

(15) “Jacques continua fumando”;

(16) “Será que Jacques continua fumando?”;

(17) “É falso que Jacques continua fumando”.

O pressuposto “Jacques fumava antigamente” continua valendo para os três enunciados, cujo posto é “Jacques fuma atualmente”. O autor observa, ainda, que, mesmo introduzindo uma subordinação no conteúdo proposicional de “Jacques continua fumando”, isto é, fazendo-lhe uma conexão, o pressuposto se mantém:

(18) “Jacques continua fumando, ainda que o médico lhe tenha proibido o cigarro”. Ducrot (1987, p. 18) explica que “o elo de subordinação [...] não se refere ao elemento pressuposto, mas apenas ao resto do conteúdo”, no caso, “Jacques continua fumando”, chamado de conteúdo posto, que indica “Jacques fuma atualmente”.

Em 1987, ao revisitar o fenômeno da pressuposição, o estudioso considerou, além dos critérios da negação e da interrogação, o critério do encadeamento. Em um exemplo como

(19) “Beatriz não vai mais à escola durante a noite porque tem medo do escuro”, tem-se como posto “Atualmente, Beatriz não vai mais à escola durante a noite” e como pressuposto “Antes, Beatriz ia à escola durante a noite”. O encadeamento que é compreendido por “porque tem medo do escuro” veicula causalidade em relação à “Atualmente, Beatriz não vai mais à escola durante a noite”. Segundo esse critério, o encadeamento se dá em relação ao posto, não em relação ao pressuposto.

Apesar de os recursos da negação, da interrogação e do encadeamento apresentarem algumas restrições no momento de sua aplicação, ainda são os privilegiados na detecção dos pressupostos no fenômeno da pressuposição. Nesse sentido, Souza (2000, p. 36) observa que a “negação, em especial, é o recurso que se apresenta menos problemático para a tarefa de identificar pressupostos, e é herança dos estudiosos lógicos da linguagem”; os pressupostos resistem à negação e sempre reativam um valor de verdade.

O trabalho sobre argumentação na língua que Ducrot realizou com Anscombe, em 1988, baseou-se na perspectiva estruturalista, segundo a qual os elementos da argumentação seriam identificáveis na materialidade do texto, assim, a argumentação estaria inscrita na própria língua. Por considerarem que o discurso estaria relacionado diretamente com encadeamentos de enunciados, e não com conhecimento extralinguístico, os estudiosos acreditavam estar respeitando os preceitos estruturalistas (PINTO, 2010).

Por conta da constatação em relação à argumentatividade estar inscrita na própria língua, Anscombe e Ducrot (1988) apresentaram uma série de instruções que serviriam de estratégias para a compreensão dos enunciados argumentativos. Essas instruções, conforme pontua Koch (1984, p. 104), são “**codificadas, de natureza gramatical**, o que leva, portanto, ao reconhecimento de um **valor retórico (ou argumentativo) da própria gramática**” (grifo da autora).

Alguns pesquisadores, como Vogt (2009), Guimarães (2001), Koch (1984) e Cabral (2010), apoiando-se na tese defendida por Ducrot e Anscombre, apresentam instruções codificadas na forma de recursos lexicais e gramaticais. Esses elementos, que servem ao fenômeno da pressuposição, visam a orientar os enunciados argumentativos que induzem a determinadas conclusões, e não a outras. Ducrot (1987, p. 40), ao caracterizar pressuposição, no nível do enunciado, argumenta que ela “aparece como uma tática argumentativa dos interlocutores”. Entre os recursos, tem-se os seguintes:

- verbos factivos ou contrafactivos, pressupõem a verdade ou a mentira do conteúdo expresso no complemento verbal. De acordo com Ducrot (1987, p. 40), “verbos ‘factivos’ [...] pressupõem que sua subordinada é verdadeira”. O emprego do verbo *saber* (ter conhecimento de), por exemplo, pressupõe a verdade desse conteúdo. Exemplo:

(20) *João soube que Maria havia sido premiada no concurso*¹⁷. Nesta frase, o emprego do verbo *saber* pressupõe o valor de verdade contido na informação de que alguém foi premiado no concurso e que esse alguém é Maria (3ª pessoa do discurso = pessoa de quem se fala). Posto: *João soube que Maria havia sido premiada no concurso*. Pressuposto: *Maria foi premiada em algum concurso*.

Outros verbos também considerados factivos, como *ver, ignorar, perceber, lamentar, alegrar-se, comprovar, demonstrar, mostrar, dizer, confessar* e *informar*, pressupõem a verdade da completiva, mesmo que essa necessite de certos ajustamentos sintáticos. Por exemplo, em

(21) *Pedro informou que o professor faltou hoje*, o ato de argumentar de Pedro leva o interlocutor ao dever de crer e, portanto, de concluir, que o que diz o locutor é expressão da verdade.¹⁸

- verbos de julgamento, pressupõem atitude avaliativa por parte do locutor/enunciador. O verbo *lamentar*, por exemplo, implica avaliação negativa por parte do enunciador em relação ao objeto avaliado. Exemplo:

(22) *João lamentou que Maria não tenha sido premiada no concurso*. Posto: *João teve conhecimento de que Maria não havia sido premiada no concurso*. Pressuposto 1: *Maria não foi, de fato, premiada*. Pressuposto 2: *João avaliou como ruim o fato de Maria não ter sido premiada*. Outro exemplo é o próprio verbo *julgar*.

¹⁷ Os exemplos que foram elaborados para ilustrar os recursos lexicais e gramaticais seguem os mesmos moldes dos citados por seus autores, como Cabral (2010).

¹⁸ “[...] locutor é aquele que se representa com eu na enunciação, representando-se internamente ao discurso, como o responsável pela enunciação em que ocorre o enunciado”; o interlocutor é o próprio alocutário, o tu do discurso, portanto, “representado enquanto correlato do locutor pelo próprio locutor” (GUIMARÃES, 2001, p. 21).

- verbos de mudança de estado, como *tornar*, *tirar*, *começar*, *ganhar*, *deixar*, *parar*, *perder*, *surgir*, *aumentar*, *criar*, *isentar*, *aparecer*, pressupõem que um tipo de ação que vinha acontecendo normalmente deixa de ocorrer. Exemplo:

(23) *João deixou de cantar*. Posto: *João não canta*. Pressuposto: *João cantava antes*.

- verbos que indicam sucessão de estados, como *continuar* e *manter*, trazem conteúdos pressupostos. Exemplo:

(24) *Maria mantém sua dieta saudável*.

- Verbos como *parecer* e *continuar*, trazem conteúdos pressupostos. Eles sempre se mantêm afirmativos, quer na negação, quer na interrogação. Exemplos:

(25) *Paulo continua bonito*. Posto: *Paulo é bonito*. Pressuposto: *Paulo era bonito antes*;

(26) *Paulo não continua bonito*. Posto: *Paulo não é bonito*. Pressuposto: *Paulo era bonito antes*;

(27) *Paulo continua bonito?* Posto: *Eu ou meu interlocutor vemos se Paulo é bonito ou não*. Pressuposto: *Paulo era bonito antes*.

Como já se destacou, há critérios para o pressuposto, isto é, é necessário que ele se mantenha tanto na afirmação, como na negação e na interrogação. Na linha desse raciocínio, Vogt (2009, p. 29) salienta:

[...] sabemos hoje, graças aos trabalhos de Ducrot, que há critérios objetivos para validar a distinção, no nível linguístico, entre o elemento posto, de um enunciado, e o elemento pressuposto. Assim, se considerarmos um enunciado como: *O povo continua a exigir mudanças*, é fácil admitir que, semanticamente, ele comporta dois elementos: a) ‘o povo exigia mudanças’; b) ‘o povo exige mudanças’. Quando submetemos este enunciado à negação, verificamos que só o elemento b) é modificado, da mesma forma que se o submetermos à interrogação (grifo do autor).

Dessa forma, o elemento a) constitui o pressuposto, ao passo que o elemento b) constitui o posto.

Alguns marcadores temporais, como *hoje*, também podem deixar pressuposto o fato de que a ação expressa pelo verbo não acontecia antes, mas acontece *hoje*. Exemplo:

(28) *João, você acordou cedo!* Sem inserir o marcador temporal *hoje* nesse enunciado, a mãe de João poderia deixar subentendido que o filho acorda sempre tarde. É possível que a mãe tenha utilizado o recurso da ironia para dizer que o filho não costuma acordar cedo. Entretanto, para deixar esse conteúdo pressuposto, é imprescindível inserir um marcador temporal, no caso, *hoje*. Exemplo:

(29) *João, hoje você acordou cedo!* “É o caráter pontual de *hoje* que atribui ao enunciado o conteúdo pressuposto” (CABRAL, 2010, p. 71).

As circunstâncias temporais (manhã/tarde/noite) têm função relevante no fenômeno da pressuposição, na medida em que marcam um tempo específico para um estado de ser ou para a realização de determinada ação. Exemplos:

(30) *Maria está sempre de bom humor pela manhã.* Posto: *Maria está bem-humorada pela manhã.* Pressuposto: *Maria não costuma ficar bem-humorada o tempo todo.* O advérbio *sempre* marca a certeza de que tal fato acontece;

(31) *Maria estuda pela manhã.* Posto: *Maria estuda pela manhã.* Pressuposto: *Maria não estuda o dia inteiro.*

- *nominalizações*, ou seja, casos em que uma frase se transforma em sintagma nominal. Exemplo:

(32) *A alegria de Maria contagia todos.* O sintagma nominal *a alegria de Maria* equivale à nominalização *Maria está alegre*, conteúdo pressuposto. Posto: *A alegria de Maria contagia todos.* Pressuposto: *Maria está alegre.*

De acordo com Cabral (2010, p. 72), “quando a nominalização é fruto da derivação de adjetivo ou de verbo **avaliativo**¹⁹, o substantivo derivado traz o valor avaliativo do verbo ou adjetivo de que derivou” (grifo da autora). Exemplo:

(33) *A excelência de nosso método de aprendizagem é nosso orgulho.* Pressuposto: *nosso método de aprendizagem é excelente.*

- epítetos não restritivos, isto é, adjuntos adnominais que acrescentam uma peculiaridade ao objeto ao qual se refere, como os expressos por substantivo. Exemplo:

(34) *Maria comprou uma deliciosa torta de maçã.* Pressuposto: *A torta de maçã é deliciosa.*

- relativas apositivas, conhecidas como adjetivas explicativas, que explicam uma especificidade do seu antecedente. Exemplo:

(35) *O homem, que é um ser mortal, tenta prolongar ao máximo a vida.* Pressuposto: *O homem existe e é um ser mortal.*

- o elemento comparativo *tão ... quanto* estabelece comparações por semelhança ou não entre dois elementos e pode introduzir pressupostos. Exemplo:

(36) *João é tão trabalhador quanto Paulo.* Pressuposto: *Paulo é trabalhador.*

- orações temporais pressupõem a verdade de um fato. Exemplo:

(37) *O bebê chorou quando sua mãe saiu para trabalhar fora.* Pressuposto: *A mãe do bebê trabalha fora.*

¹⁹ Adjetivos e verbos avaliativos são aqueles que expressam um julgamento do locutor, positivo ou negativo (CABRAL, 2010, p. 72).

- a conjunção conformativa **como** também pode trazer conteúdo pressuposto. Exemplo:

(38) *Isabella é inteligente como sua tia*. Pressuposto: *A tia de Isabella é inteligente* (relação de semelhança).

Os operadores argumentativos são elementos lexicais que também podem ser considerados introdutores de pressuposição. No entanto, têm como primeira função orientar argumentativamente o enunciado para que o interlocutor chegue a determinada conclusão. Conforme assinala Guimarães (2001, p. 25), Ducrot, nos estudos que fez juntamente com Anscombe, em 1976, atenta para o fato de que “orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo). Ou seja, orientar argumentativamente é dar A como uma razão para se crer em C”.

Para se entender a semântica de um “recorte enunciativo realizado pela enunciação”, conforme descreve Guimarães (2001, p. 25), é importante lembrar a noção de classe e escala argumentativa defendida por Ducrot (1981). Ambas, para serem interpretadas, necessitam de um contexto em que se possa verificar o sentido expresso pela enunciação. Assim, em uma situação em que se enuncia:

(39a) *O elaborador da prova de matemática errou a questão nº 7 no simulado que antecedeu ao concurso e*

(39b) *Até o elaborador da prova de matemática errou a questão nº 7 no simulado que antecedeu ao concurso*, o primeiro enunciado transmite apenas uma informação sobre a prova de um concurso; mesmo assim, esse enunciado pode ser entendido como uma razão para determinada conclusão, como o enunciado (39b). Essa conclusão, no entanto, é contrária àquilo que acontece em (39a). Dessa maneira, pode-se concluir que *a prova do concurso estava tão confusa que confundiu seu elaborador*.

Contudo, em (39b), o que marca a orientação argumentativa do enunciado é a partícula *até*. Nesse ponto, Guimarães (2001, p. 27) observa que “todo enunciado da forma *até X* (em que X é uma variável) é uma classe argumentativa **r**” (grifo do autor).

Já a noção de escala argumentativa pressupõe “uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados” (GUIMARÃES, 2001, p. 28). Assim, uma enunciação pode apresentar um enunciado mais forte em relação a determinada conclusão. Exemplo:

(39c) *A questão nº 7 da prova de matemática estava muito confusa*, nesse caso, pode-se entender que *os examinados e até o elaborador* erraram a questão. E o elaborador é o melhor professor de matemática que trabalha na escola. Guimarães (2001, p. 28) destaca que “toda sequência X *até Y* é de uma escala argumentativa cujos conteúdos A e B são argumentos para

r e *B* é um argumento mais forte que *A*” (grifo do autor). Além de *até*, os elementos *mesmo* e *até mesmo* se configuram em uma escala argumentativa. Koch (1984, p. 106), ao explorar o operador argumentativo *mesmo*, reitera que essa partícula assinala o argumento mais forte para uma conclusão *r*.

Nessa direção, Souza (2000, p. 125) ressalta:

Ainda que o efeito argumentativo desses itens seja a sua característica mais marcante, e conquanto se saiba que a descrição do fenômeno argumentativo não pode ser esgotada via pressuposição somente, é possível estabelecer uma relação imediata entre a sentença em que se encontram tais itens e o fenômeno da pressuposição.

Como exemplo, tem-se:

(40) *Até o professor de cálculos errou a questão, na simulação das Olimpíadas de matemática.* Pressuposto: *alguém, que não o professor de cálculos, errou a questão na simulação das Olimpíadas de matemática.*

Pode-se notar o mesmo em relação à partícula “mas”, que se reveste de expressiva importância na argumentação, pois, quando presente em um encadeamento, inicia o argumento que vai prevalecer. Ducrot dá destaque considerável a esse elemento por considerá-lo um operador argumentativo por excelência, como observa Koch (1984, p. 107).

Para Vogt (1980, p. 103), “a principal conjunção adversativa (port. *mas*, fr. *mais*, ital. *ma*) deriva, não do adversativo latino *sed*, mas do advérbio *magis*, que era um dos meios utilizados para formar o comparativo de superioridade”. O autor lembra que em algumas línguas românicas utiliza-se um derivado de *magis* como conjunção adversativa principal, que chega a ter duas funções, quais sejam:

Uma é a do espanhol *sino* e do alemão *sondern* e nós a simbolizaremos por SN. A outra, que designaremos por PA, é realizada em espanhol por *pero* e em alemão por *aber*. O *mas* SN serve para retificar: vem sempre depois de uma proposição negativa $p = \text{não-}p$, e introduz uma determinação q que substitui a determinação p' negada em p e atribuída a um interlocutor real ou virtual: *ele não é inteligente, mas apenas esperto*. O *mas* PA, ao contrário, não exige necessariamente que a proposição precedente, p , seja negativa. Sua função é introduzir uma proposição q que orienta para uma conclusão *não- r* oposta a uma conclusão r para a qual p poderia conduzir: *ele é inteligente, mas PA estuda pouco* (VOGT, 1980, p. 104, grifo do autor).²⁰

Conforme registra Guimarães (2001, p. 61), já em 1977, Anscombe e Ducrot admitiam dois tipos de *mas*. Mais recentemente, o autor retoma essa questão e postula que o *mas* SN “é

²⁰ É importante destacar que, na análise do *corpus* que compõe esta tese, o *mas* SN é abordado a título de ilustração, ao passo que o *mas* PA é analisado em sua especificidade.

um *mas* que tem uma função opositiva, mas não argumentativa” e que sempre aparece “depois de um enunciado negativo, com uma função de correção de algo suposta ou realmente dito antes” (GUIMARÃES, 2001, p. 61). Para *mas SN* há algumas restrições, como impossibilidade de inversão das orações:

(41) *Mas cantora, ela não é poetisa*. Guimarães (2001, p. 62) ressalta que para *mas SN* “é sempre necessária a presença da negação na primeira parte da frase”, e que essa negação “afeta somente sua primeira parte”.

Ao referir-se ao *mas PA*, o autor salienta que, também nesse caso, a inversão não é viável. Exemplo:

(42) *Mas não foi aprovado, João estudou muito para o exame*.

Guimarães (2001, p. 63) observa, ainda, que “a negação só incide sobre a primeira parte da frase, ou seja, sobre a primeira oração”. Na segunda oração, está a argumentatividade do enunciado, cujo operador *mas* inicia o argumento decisivo.

Vogt (2009, p. 43), referindo-se à descrição que Ducrot faz em *Les échelles argumentatives*²¹ sobre o enunciado que carrega como estrutura *p mas q*, afirma que o estudioso defende que um enunciado como este “deve ser decomposto em três elementos, a saber: -p; -q; -oposição entre p e q”. Exemplo:

(43) “*Ele é republicano, mas honesto*”.

Se se considerar que em “Ele é republicano, mas honesto” há o posicionamento do locutor, é possível que nele ocorra o fenômeno da pressuposição. Nesse enunciado, fica implícita a posição desfavorável e até depreciativa do locutor em relação ao regime republicano. A interpretação possível é que, para o locutor, todo republicano é desonesto.

Parece que se o primeiro enunciado, “Ele é republicano”, for submetido ao critério da negação,

(44) “*Ele não é republicano*”, o pressuposto será mantido: “Todo republicano é desonesto”. Isso poderia ser explicado pela função do “mas”, em que se tem “*mas SN*”. Então, tem-se

(45) “*Ele não é republicano, mas honesto*” (a negação está presente na primeira parte do enunciado, afetando, assim, apenas ela). O *mas*, nesse contexto linguístico, tem somente função opositiva. Assim, seria possível considerar:

(46) “*Ele não é desonesto, mas honesto*”.

²¹ DUCROT, Oswald. Les échelles argumentatives. In: _____. *La preuve et le dire*. Langage et logique. Paris: Mame, 1973.

Vogt (2009) exemplifica com outro caso de emprego do operador *mas*, porém a análise não funciona do mesmo jeito, isto é: (-p; -q; -oposição entre p e q). No exemplo dado pelo autor,

(47) “*Maria foi ao baile, mas estava com a mãe*”, “parece extremamente difícil dizer que há oposição entre as duas proposições ligadas pela conjunção *mas*. Aliás, que oposição haveria entre o fato de Maria ir ao baile e o de estar com sua mãe?” (VOGT, 2009, p. 43).

Para se entender o sentido de um enunciado que tem tal propriedade é de fundamental importância considerar o contexto ou, conforme observa Vogt (2009), considerar a situação de discurso:

Suponhamos a seguinte situação de discurso, para que, de um modo totalmente impressionista, possamos compreender o valor da conjunção *mas*: dois interlocutores L e D falam a respeito de um certo baile, onde L esperava poder passar toda a noite ao lado de sua bem-amada Maria, que talvez fosse também ao baile. A mãe de Maria, velha e má, importada diretamente, para as necessidades do caso, de todos os dramas que antes e depois de Shakespeare o repetiram, se opõe veementemente ao amor dos dois jovens. L é o amigo confidente> Dia seguinte ao baile, D, ansioso pelas novidades, telefona a L e lhe pergunta: ‘Então, como foi?’ E ouve do amigo: ‘Maria foi ao baile, mas estava com a mãe’. Tal enunciado só pode ser entendido se admitirmos, neste caso específico, que a conjunção *mas* não é um operador de oposição das duas proposições. A primeira proposição (*Maria foi ao baile* – que chamaremos de p) leva o interlocutor D a tirar uma certa conclusão – r – (por exemplo, no caso, a de que L realizou o seu sonho, de que o baile foi excelente e quejandas). A segunda proposição – q – (*Maria estava com a mãe*), introduzida pela conjunção *mas*, funciona, na verdade, não como um elemento que opõe q a p mas como o elemento que dissuade o interlocutor de tirar a conclusão r a que ele é levado pela proposição p (VOGT, 2009, p. 44, grifo do autor).

De acordo com essa explanação, parece que esse item lexical tão importante para a argumentação encadeia enunciados que ora são detectados por meio do fenômeno da pressuposição, ora são interpretados por meio do subentendido, tendo em vista que é necessário, no último caso, considerar o contexto de produção.

Em relação à introdução de uma pressuposição por meio de itens lexicais, é preciso considerar também os advérbios. Quando o advérbio funciona de modo a mostrar “o grau de adesão do locutor ao conteúdo do enunciado”, está na função de modalizador (CABRAL, 2010, p. 110). Nesse caso, pode-se dizer que a modalização “define a marca dada pelo sujeito a seu enunciado” (CABRAL, 2010, p. 111), ou seja, indica a força argumentativa dos enunciados. Ainda de acordo com essa estudiosa, a

[...] *modalização* se manifesta por meios linguísticos e é por isso que ela interessa ao estudo da argumentação, ou seja, ao estudo das formas que a língua oferece para conferir força argumentativa a nossos enunciados/textos, afinal, manifestar o grau de adesão é argumentar (CABRAL, 2010, p. 111, grifo da autora).

Exemplo:

(48) *Maria fez obrigatoriamente toda a lição.* O advérbio *obrigatoriamente* está modificando a ação indicada pelo verbo fazer;

(49) *Obrigatoriamente, devemos limpar os espaços que sujamos.* Aqui o advérbio diz respeito a todo enunciado e revela um ato avaliativo do locutor em relação a esse conteúdo. No que se refere ao aspecto avaliativo, Nóbrega (2000, p. 99) argumenta que

[...] a modalização corresponde a um comentário sobre o que é dito, uma avaliação do locutor sobre o próprio enunciado, pois o homem não se contenta em falar sobre as coisas do mundo sem omitir sua opinião, muitas vezes tentando, por meio da opinião, mudar um estado de coisas.

Segundo essa autora, “há sempre intenções por parte do usuário ao comunicar seu enunciado, e essas intenções revelam-se por meio de marcas presentes no enunciado. Essas marcas podem ser explícitas ou implícitas, variando o grau de modalização” (NÓBREGA, 2000, p. 101). Dessa forma, a modalização desempenha um papel fundamental na linguagem.

Nóbrega (2000, p. 101) explica que “a mera escolha entre afirmação, negação, interrogação, exclamação já indica uma opção do enunciador de acordo com suas intenções comunicativas [...]”. No caso da modalização epistêmica, por exemplo, que se refere às crenças e ao conhecimento que se acredita a um estado de coisas, os modalizadores

[...] asseverativos representam de forma muito clara a concordância do falante em relação ao conteúdo proposicional. Trata-se de uma afirmação ou negação apresentada pela proposição e considerada verdadeira pelo locutor. Podem apresentar-se de uma forma afirmativa: ‘*realmente, naturalmente, efetivamente, obviamente, reconhecidamente, logicamente, seguramente, verdadeiramente, certamente, absolutamente, forçosamente, fatalmente, incontestavelmente, inegavelmente, indiscutivelmente, indubitavelmente*’ [...] (NÓBREGA, 2000, p. 117-118, grifos da autora).

Na concepção de Ducrot (1972; 1987), os elementos lexicais e gramaticais, como os apresentados, estão inscritos na significação da frase, desse modo, veiculam a pressuposição e contribuem para a construção de sentido.

Na próxima seção, aborda-se a noção de contexto, igualmente importante para o desenvolvimento desta tese.

2.5 O papel do contexto

O subentendido exige um ato de pensar do interlocutor. De acordo com Ducrot (1987, p. 20-21), “o subentendido reivindica a possibilidade de estar ausente do próprio enunciado e

somente aparecer quando um ouvinte, num momento posterior, refletir sobre o referido enunciado”. Em um lado da moeda, está o subentendido; no outro, o sentido literal. Para compreender o subentendido, é necessário que o interlocutor, em situação de discurso, ative a memória no sentido de raciocinar em torno do enunciado, considerando, inclusive, o processo de enunciação.

Contrariamente ao que acontece no caso da pressuposição, a relação dos subentendidos com a sintaxe é bem mais difícil de ser percebida. Nessa direção, Ducrot (1987, p. 19) faz o seguinte questionamento: “como, então, caracterizar o subentendido de forma positiva?”. Ao responder a essa questão, explicita o que vem a ser sentido literal no âmbito do subentendido:

Um primeiro traço observável consiste no fato de que existe sempre para um enunciado com subentendidos, um ‘sentido literal’ do qual tais subentendidos estão excluídos. Eles parecem ter sido acrescentados. Se, após afirmar que Jacques não despreza vinho, sou acusado de maledicência, sempre poderei proteger-me por trás do sentido literal de minhas palavras e deixar a meu interlocutor a responsabilidade da interpretação que delas faz. [...] o subentendido permite acrescentar alguma coisa ‘sem dizê-la, ao mesmo tempo em que ela é dita’. Apesar de algumas analogias, a situação é bastante diferente para o pressuposto. Este pertence plenamente ao sentido literal (DUCROT, 1987, p. 19).

O implícito permite a compreensão do subentendido expresso pelos enunciados, como se pode notar por meio dos seguintes exemplos: (a) um filho que quer tomar emprestado o carro da mãe, diz:

(50) “*Mãe, você vai sair hoje?*”; (b) um participante de uma reunião que quer que alguém abra a janela do recinto pergunta:

(51) “*Não está um calor insuportável?*”; (c) uma moradora de um prédio que quer que a faxineira retire os resíduos de cigarro que estão superlotando um cinzeiro localizado no chão, ao lado de um elevador, diz:

(52) “*Quanta bituca de cigarro!*” ou

(53) “*Como está cheio esse cinzeiro!*”.

Para Charaudeau (2010, p. 24) uma ocorrência explícita, como

(54) “Fecha a porta”, mesmo fora de um contexto, pode ser dotada de sentido, uma vez que se pode reconhecer a diferença entre “Fecha a porta” e “Abra a porta”; “Fecha a janela” e “Abra a janela”. Mas se se levar em conta as circunstâncias de produção e a intenção do sujeito falante, pode-se considerar que, quando esse sujeito enuncia “Fecha a porta”, está comunicando algo ao seu interlocutor.

Esse teórico não acredita na possibilidade de compreensão implícita de uma circunstância fora de contexto, ao contrário de Ducrot, para quem a expressão linguística

“Fecha a porta”, por exemplo, tem como posto: *Fecha a porta*, e como pressuposto: *a porta está aberta*. Como pontua Charaudeau (2010), a fim de se compreender o implícito, é necessário considerar as circunstâncias de produção e a intenção do sujeito falante.

Assim, ao enunciar para seu interlocutor

(54) “Fecha a porta”, o sujeito falante pode estar querendo comunicar-lhe, por exemplo, que “está com frio”, que “quer confiar-lhe um segredo” ou que “os barulhos do corredor estão incomodando”, entre outras possibilidades. Se o conhecimento das circunstâncias discursivas permitisse, seria possível elaborar frases elucidativas como

(55) “Estou com frio”,

(56) “Tenho um segredo para lhe contar”,

(57) “Os barulhos do corredor me incomodam”, que evidenciariam o sentido implícito.

De acordo com cada circunstância discursiva, o enunciado (54) denotaria

(58) “Fecha a porta *porque* estou com frio”,

(59) “Fecha a porta *porque* tenho um segredo para lhe contar” ou

(60) “Fecha a porta *porque* os barulhos do corredor me incomodam”.

Desse modo, Charaudeau (2010, p. 25) afirma:

[...] a produção dessas paráfrases permite que se efetue, na linguagem, um jogo de remissões constantes a alguma coisa além do enunciado explícito, que se encontra antes e depois do ato de proferição da fala. É um jogo construtor da significação de uma totalidade discursiva que remete a linguagem a si mesma como condição de realização dos signos, de forma que estes não signifiquem mais por si mesmos, mas por essa totalidade discursiva que os ultrapassa: vamos, pois, nomeá-la *significação* (grifo do autor)²².

No exemplo

(54) “Fecha a porta”, percebe-se que *porta* comporta uma série de paradigmas relacionados a cada ocorrência contextual. No paradigma 1, estão as noções “espessura térmica das paredes”, “vedação térmica de todos os lugares de passagem do frio”; no paradigma 2, a noção de “falar em voz baixa” e, no paradigma 3, as noções de “espessura sonora das paredes e da porta” ou de “falar alto para superar o barulho do exterior”.

Assim, o autor é levado a considerar que

²² Embora exista diferença entre *significação* e *sentido*, Charaudeau (2010, p. 25) opta por “significação”, uma vez que essa terminologia está mais próxima “das representações que a sociedade constrói para si a respeito da sua linguagem e da sua cultura. Ora, acontece que quando se procura o *sentido* de uma palavra, é no dicionário que vamos buscá-lo (situação fora do contexto); porém, quando se trata de *significação* de um texto ou de uma conversa, estamos aí nos referindo ao fato de discurso (ou seja, à sua situação de emprego)”, dessa forma, “trata-se de atribuir a cada frase uma *significação* tal que possamos, a partir dessa *significação* prever o *sentido* que terá seu enunciado nesta ou naquela situação de emprego” (DUCROT, 1981 apud CHARAUDEAU, 2010, p. 25, grifo do autor).

[...] não se pode determinar de forma apriorística o paradigma de um signo, já que é o ato de linguagem, em sua totalidade discursiva, que o constitui a cada momento de forma específica. Em outras palavras, longe de conceber que o sentido se constituiria primeiro de forma explícita em uma atividade estrutural e, em seguida, seria portador de um implícito suplementar no momento de seu emprego, dizemos que é o sentido implícito que comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva (CHARAUDEAU, 2010, p. 26).

Nota-se, assim, que os autores têm posicionamentos diferentes. Ao passo que Ducrot (1972) apregoa que o significado está na língua, Charaudeau (2010) questiona a concepção dos signos da linguagem fora de seu contexto de uso.

Para van Dijk (2012, p. 21), por exemplo, “os con-textos são assim chamados porque, etimologicamente, eles vêm *junto* com os ‘textos’”. Nesse aspecto, Hanks (2008, p. 169) argumenta que “[...] é principalmente na elaboração de enunciados falados ou escritos que linguagem e contexto são articulados”.

O contexto contribui de maneira expressiva para a construção de sentido. Para que um texto seja compreendido, é imprescindível que o leitor ative uma série de conhecimentos, conhecimento cognitivo, social, histórico, político e linguístico, entre outros. Dependendo dos conhecimentos, dos valores, das vivências e do lugar social que cada leitor carrega, muitos serão os sentidos possíveis de um texto. Para a produção de sentido, é necessário que, além dos conhecimentos extralinguísticos, sejam consideradas as “pistas” presentes no texto.

Nesse sentido, pode-se destacar o que Charaudeau (2010, p. 30) denomina de “os saberes do Enunciador e do Interpretante”. Em uma interação em que se considere o contexto, muitas vezes, o interpretante do discurso partilha dos mesmos saberes que o enunciador.

Desse modo, as circunstâncias de discurso²³ “intervêm na partilha do saber dos protagonistas da linguagem²⁴, no que diz respeito a suas práticas sociais, na condição de sujeitos coletivos” (CHARAUDEAU, 2010, p. 30). Ao produzir um texto, o enunciador lança mão de hipóteses que tem a respeito daquilo que pode partilhar com os interpretantes, isto é, quais são os saberes comuns. O enunciador poderia “formular pressupostos do tipo: ‘Meus leitores gostam muito de futebol, são favoráveis ao esporte, logo, vão valorizar seus praticantes’” (CHARAUDEAU, 2010, p. 30), para uma dada circunstância de discurso, em que uma crônica esportiva, por exemplo, tem por propósito destacar algum tipo de *ato de agressão* entre os jogadores de dois times adversários de futebol que se veem em uma situação de atrito. Nessa circunstância, a resposta dos jogadores de um dos times envolvido foi a seguinte: “Mas um jogo

²³ Circunstâncias de discurso referem-se a circunstâncias de produção/interpretação às quais o implícito está ligado. Charaudeau (2010, p. 27) esquematiza a definição de ato de linguagem, qual seja (A de L): A de L = [Explícito x Implícito] C de D, em que C de D significa Circunstâncias de Discurso.

²⁴ Os protagonistas da linguagem são sujeito enunciador/sujeito interpretante presentes em um processo discursivo.

de futebol, sobretudo nesse nível, não é um confronto de intelectuais”. Em relação ao termo *intelectuais*, segundo o pesquisador, deve haver um saber comum entre o enunciador e o interpretante que pode levar à seguinte compreensão do termo: “mentes cuja única atividade seria a cerebral, logo, “mentes opostas” a dos esportistas, que só se preocupam com a questão física” (CHARAUDEAU, 2010, p. 28). Intelectuais, então, “não engajariam seu corpo em confrontos: por mais polêmicos que estes fossem, tentariam sempre vencê-los pela palavra. Já os esportistas, ao contrário, estariam, permanentemente, dirigindo seus corpos para a ação” (CHARAUDEAU, 2010, p. 28).

Para uma crônica que põe em relevo uma situação como essa (agressão física entre jogadores de dois times de futebol), a construção do sentido segue na esteira de um saber comum, partilhado entre o sujeito enunciante e o sujeito interpretante.

A construção do sentido depende, assim, não só dos elementos linguísticos que estão na superfície do texto e na sua forma de organização, mas também da mobilização de um conjunto de saberes que, na concepção desse cientista da linguagem, são saberes, muitas vezes, comuns entre sujeito enunciador e sujeito interpretante.

Charaudeau (2010) observa que o contexto sociocognitivo, por exemplo, envolve um saber comum que é partilhado entre os participantes em uma situação discursiva: para que possa haver compreensão mútua entre dois ou mais participantes, é necessário que seus contextos sociocognitivos sejam partilhados.

Assim, em um ato de linguagem, os protagonistas, cada um a seu modo, trazem certa bagagem cognitiva, que constitui o contexto cognitivo²⁵. Dessa perspectiva, van Dijk (2012, p. 87) afirma que “os contextos não são um tipo de situação social objetiva, e sim construtos dos participantes, subjetivos embora socialmente fundamentados, a respeito das propriedades que para eles são relevantes em tal situação, isto é, modelos mentais”. Para o teórico, “os usuários da língua não estão apenas envolvidos em processar o discurso; ao mesmo tempo, eles também estão engajados em construir dinamicamente sua análise e interpretação subjetiva on-line” (VAN DIJK, 2012, p. 87).

O autor sinaliza que, para entender um discurso, como o discurso político, por exemplo, é crucial conhecer tanto a gramática da língua em que ele foi proferido, como as regras desse discurso. Paralelamente, para que a compreensão seja concretizada, também são necessárias “amplas doses de ‘conhecimentos sobre o mundo’” (VAN DIJK, 2012, p. 16). Se o discurso versar sobre democracia, por exemplo, o interlocutor deve ter conhecimento prévio sobre

²⁵ Esse contexto corresponde aos modelos mentais que cada falante, de acordo com sua experiência, traz, tendo em vista certa situação comunicativa. Por ser dinâmico, varia de falante para falante.

democracia para poder compreender o discurso e, inclusive, reconhecer seus implícitos. O pesquisador observa que “esse entendimento, baseado na gramática, nas regras do discurso e no conhecimento de mundo, é apenas parte de nossa compreensão” (VAN DIJK, 2012, p. 16).

Os ouvintes devem, então, não só compreender o texto de determinado discurso, mas também seu contexto. A combinação texto-em-contexto permite a compreensão de um assunto e também o conhecimento de sua natureza, por exemplo, de natureza política, caso o assunto seja democracia, em outras palavras, é preciso compreender “*o que está em jogo, politicamente, nesse discurso*” (VAN DIJK, 2012, p. 16, grifo do autor).

Para que ocorra a compreensão de um assunto, como o político, é necessário ter conhecimento do contexto político também, afinal, não é possível compreender fenômenos complexos sem entender seu contexto. Dessa forma, destaca van Dijk (2012, p. 20), “nos esquemas das reportagens do noticiário há tipicamente uma categoria especial de contexto, que situa os acontecimentos presentes em seu contexto político, social ou histórico”.

Como o sentido de um texto é apreendido com base nos conhecimentos linguístico, textual e de mundo de cada leitor, entender, então, como operam os conhecimentos linguístico e extralinguístico, por meio do estudo da pressuposição e do subentendido, é de vital importância para se compreender e interpretar o implícito que permeia um texto, como é o caso das três crônicas analisadas neste estudo.

Neste capítulo, foram abordados pressupostos teóricos importantes no âmbito desta pesquisa, como os conceitos de pressuposição, de subentendido e de contexto, imprescindíveis para à análise realizada no Capítulo 3, apresentado a seguir.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO *CORPUS*

Neste capítulo, apresentam-se os procedimentos metodológicos e as categorias de análise adotados nesta pesquisa, em seguida, empreende-se à análise dos três textos selecionados, constantes na obra *Os Bruzundangas*, quais sejam, *A nobreza da Bruzundanga*, *A sociedade* e *Um grande financeiro*.

3.1 Categorias de análise

De maneira a se proceder à análise das crônicas mencionadas, foram elencados, no Capítulo 2, os pressupostos teóricos que permitiram selecionar as categorias de análise, quais sejam, pressuposição e subentendido, que servem para identificar o implícito e a ironia. A fim de se reconhecer o fenômeno da pressuposição nos textos, priorizaram-se alguns elementos lexicais e gramaticais, como o verbo factivo *saber*, e certos operadores argumentativos, por exemplo, *até e mesmo*. Da mesma forma, buscou-se identificar alguns modalizadores marcados por advérbios, cuja força argumentativa também contribuiu, de modo significativo, para a detecção dos implícitos. No tocante ao subentendido, levou-se em conta o contexto como elemento imprescindível para a interpretação dos sentidos veiculados nos textos.

De acordo com o que foi exposto, entende-se que tanto os elementos linguísticos como os extralinguísticos, somados ao conhecimento prévio e ao lugar social a que pertence o leitor, concorrem para a construção do sentido. Assim, o sentido é construído na interação autor-texto-leitor.

3.2 Procedimentos metodológicos

A fim de se examinar nos textos as ocorrências que envolviam pressuposição e subentendido, que levam à identificação do implícito e da ironia, foram seguidas as seguintes etapas:

a) numeração dos parágrafos em sequência em cada uma das crônicas, de modo a organizar a exposição;

- b) identificação, em cada parágrafo, de elementos subentendidos, bem como de ocorrência de pressuposição, com indicação do posto e do pressuposto;
- c) identificação do contexto pertinente a cada crônica;
- d) estabelecimento de relações entre esses elementos e a produção de sentido, em especial no que se refere à ironia.

A seguir, passa-se à análise propriamente dita.

3.3 Análise dos textos

3.3.1 A nobreza da Bruzundanga

Nesta crônica, o autor-narrador²⁶ relata que em Bruzundanga há dois tipos de nobreza: a nobreza doutoral, daqueles que estudaram em escolas de curso superior, cujos cursos de medicina, engenharia e direito eram os únicos valorizados, e a nobreza palpite, daqueles que, por terem dinheiro, compravam seus títulos. Nesse sentido, de acordo com Assis (2008, p.131), Lima Barreto enfatiza que o valor da educação está somente na “obtenção de poder”.

Nos dois primeiros parágrafos dessa crônica, tem-se:

(§1) Um leitor curioso e simpático, por ser curioso, escreveu-me uma amável cartinha, pedindo-me esclarecimentos sobre os usos, os costumes, as instituições civis sociais e políticas da República dos Estados Unidos da Bruzundanga.

(§2) Diz-me ele que procurou informações de tal país em compêndios de geografia, em dicionários da mesma disciplina e várias obras, nada encontrando a respeito (BARRETO, 2012a, p. 40).

Em primeiro lugar, observa-se que o autor-narrador inicia a crônica referindo-se a um *leitor curioso e simpático* (§1), porém não o identifica. Pode-se inferir que esse leitor parece ser desconhecido, pois o referente é apresentado por meio de um artigo indefinido, indicação de que há certa distância entre o autor-narrador e o leitor. Contudo, na continuidade do texto, ao retomar o referente *leitor*, em *o meu simpático leitor* (§3), revela-se certa aproximação entre ambos. À medida que a crônica prossegue, essa aproximação se acentua, uma vez que o autor-narrador dirige-se ao leitor como *o meu leitor amigo* (§5), o que expressa um grau de intimidade entre eles. Nesse aspecto, pode-se inferir que a imagem de leitor que o enunciador constrói é a

²⁶ Conforme destaca Candido (2003, p. 39), “para Lima Barreto a literatura devia [...] transmitir diretamente o sentimento e as idéias do escritor, da maneira mais clara e simples possível”, assim, em Lima Barreto, pode-se perceber a voz do narrador confundindo-se com a do autor. Desse modo, entende-se que o narrador de *Os Bruzundangas*, pode ser tratado como autor-narrador, denominação adotada ao longo da análise do *corpus*.

de um indivíduo que, embora distante, compactua dos mesmos desejos que ele, quais sejam, conhecer os desajustes de Bruzundanga e combatê-los.

No parágrafo 2, o verbo *dizer* traz conteúdo pressuposto. Tem-se, então, como posto, o seguinte exemplo:

(61) *O leitor curioso e simpático disse ao autor-narrador que procurou informações de tal país em compêndios de geografia, em dicionários da mesma disciplina e várias obras [...] (§2), e como pressuposto: Há compêndios de geografia, dicionários da mesma disciplina e várias obras que falam sobre tal país.*

Se o enunciado (61) fosse submetido à negação, ainda assim o pressuposto seria o mesmo (posto: O leitor [...] disse ao autor-narrador que *não* procurou informações [...] em compêndios de geografia [...]; pressuposto: Há compêndios de geografia, dicionários [...]).

Ainda no parágrafo 2, a vírgula após o termo *obras* poderia ser substituída pelo encadeador de oposição *mas*, responsável pela argumentação, em

(62) *Diz-me ele que procurou informações [...] e em várias obras, mas nada encontrou (§2), o mas inicia o argumento que vai prevalecer; assim, nesse enunciado, o encadeador mas opera como mas PA, pois introduz a proposição: nada encontrou, que orienta para uma conclusão oposta àquela que se esperava: encontrar informações sobre Bruzundanga em livros especializados no assunto. Desse modo, tem-se como implícito: esse país não é importante como se poderia pensar, já que nem em livros de geografia, que são especializados no assunto, há referências a ele.*

O emprego do pronome demonstrativo *tal* (§2) imprime ao enunciado um caráter irônico, reforçando que o referido país não tem importância. Pode-se entender, dessa forma, a crítica do autor em relação ao país dos bruzundangas.

Na progressão do texto, no parágrafo 3, o enunciador refere-se novamente, de modo irônico, às obras mencionadas, reafirmando que o país do qual o leitor quer informações não tem importância mesmo, o que é reforçado pela definição do nome bruzundangas, coisa insignificante:

(§3) O meu simpático leitor não me disse que obras consultou, mas certamente ele não procurou informações nos livros que o governo da Bruzundanga manda imprimir, dando fabulosos lucros aos impressores e editores, livros escritos em várias línguas e destinados a fazer a propaganda do país no estrangeiro (BARRETO, 2012a, p. 41).

O encadeador *mas* leva a um único entendimento sugerido por *o leitor procurou informações [...] em várias obras*, ideia veiculada no parágrafo 2 e não confirmada em *ele [o leitor] não procurou informações nos livros que o governo [...] manda imprimir.*

Implicitamente, entende-se que se o leitor tivesse aí procurado, certamente acharia. A força argumentativa expressa pelo advérbio *certamente* revela a convicção de que o autor-narrador está falando a verdade.

Considerando o conhecimento de que os governos sempre impõem à sociedade uma imagem positiva de si mesmo, de modo a mascarar a realidade dos fatos, percebe-se o tom irônico adotado pelo autor-narrador, cuja pretensão é denunciar governos desonestos. Além disso, pode-se dizer que Lima Barreto faz uma crítica ao país, que quer se mostrar ao estrangeiro como uma metrópole desenvolvida, sem miséria, cujo povo é culto e se veste elegantemente, como o francês e o inglês do século XIX. Isso acaba por esconder a desigualdade social, realidade do Brasil na época em que viveu Lima Barreto.

Nos parágrafos 4 e 5, tem-se:

(§4) É estranho; pois que, por meio de tais livros, muita gente tem feito fortuna e adquirido notoriedade nos corredores das Secretarias e nos desvãos do Tesouro da República da Bruzundanga.

(§5) Pode ter acontecido, entretanto, que o meu leitor os tivesse procurado nas livrarias principais; mas não é aí que eles podem ser encontrados (BARRETO, 2012a, p. 41).

A estranheza que o autor-narrador expressa no parágrafo 4 sublinha o efeito irônico característico da linguagem barretiana. Essa estranheza chama a atenção para o fato de que o enunciador tem como propósito debochar da notoriedade de muita gente (também irônico) que passa *nos corredores [...] e nos desvãos [...]*, espaços limitados. Utilizando-se ainda da ironia, o autor-narrador desconstrói, de modo crítico, os tais livros: se têm trazido fortuna a muita gente, como não conhecê-los? Novamente, o pronome demonstrativo *tal* (tais livros, §4) reforça o efeito irônico, já que sugere depreciação. As principais livrarias não costumam vender livros sem importância, assim, não venderiam livros que falassem da insignificante nação bruzundanguense.

Em seguida, tem-se:

(§6) As obras que a república manda editar para a propaganda de suas riquezas e excelências, logo que são impressas completamente, distribuem-se a mancheias por quem as queira. Todos as aceitam e logo passam adiante, por meio de venda. Não julgue o meu correspondente que os ‘sebos’ as aceitem. São tão mofinas, tão escandalosamente mentirosas, tão infladas de um otimismo de encomenda que ninguém as compra, por sabê-las falsas e destituídas de toda e qualquer honestidade informativa, de forma a não oferecer nenhum lucro aos revendedores de livros, por falta de compradores (BARRETO, 2012a, p. 41).

No enunciado *Não julgue o meu correspondente que os ‘sebos’ as aceitem* (§6), o autor-narrador revela, além da avaliação que faz de tal livro, o desejo de que seu correspondente,

leitor amigo (§5), faça a mesma avaliação, que só pode ser ruim, já que o objetivo do autor é fazer uma obra de combate. Dessa maneira, o autor-narrador espera que o leitor, seu correspondente, concorde que nem mesmo as livrarias que comercializam livros usados aceitariam vender um livro mentiroso, que veicula a intenção do governo *de fazer a propaganda do país no estrangeiro* (§3).

O próprio emprego do verbo factivo *saber* traz uma avaliação do enunciador no sentido de garantir o valor de verdade daquilo que está enunciando, isto é, *saber* pressupõe a verdade do que vem expresso como complemento desse verbo: *Ninguém compra tais obras por saber* (ter conhecimento de) *que são falsas e que são destituídas de toda e qualquer honestidade informativa* [...]. A força argumentativa expressa por esse verbo dá a oportunidade de o autor-narrador atribuir agora a responsabilidade pela avaliação negativa acerca de tais obras a outras pessoas, eximindo-se, então, dessa responsabilidade.

Na sequência, os parágrafos 7, 8 e 9:

(§7) Onde o meu leitor poderá encontrá-las, se quer ter informações mais ou menos transbordantes de entusiasmo pago, é nas lojas de merceeiros, nos açougues, nas quitandas, assim mesmo em fragmentos, pois todos as pedem nas repartições públicas para vendê-las a peso aos retalhistas de carne verde, aos vendeiros e aos vendedores de couves.

(§8) Contudo, a fim de que o meu delicado missivista não fique fazendo mau juízo a meu respeito, vou dar-lhe algumas informações sobre o poderoso e rico país da Bruzundanga.

(§9) Hoje lhe falarei das nobrezas da grande Nação; proximamente, em artigos sucessivos, tratarei de outras instituições e costumes (BARRETO, 2012a, p. 41).

A ironia se faz presente quando o autor-narrador utiliza de modo pejorativo os caracterizadores *poderoso* e *rico* (§8) para o país das bruzundangas. O desvio denotativo na interpretação desses caracterizadores justifica-se pelo tom irônico com que o autor-narrador conduz a crônica. O mesmo ocorre no parágrafo 9, em que o autor-narrador caracteriza Bruzundangas como *grande Nação*.

O marcador temporal *hoje*, no início do parágrafo 9 revela uma ação pontual que marca um conteúdo pressuposto de que, posteriormente, o autor-narrador falará em relação a outros aspectos desse país fictício, como confirma no enunciado *proximamente, em artigos sucessivos, tratarei de outras instituições e costumes* (§9).

Ao falar sobre as nobrezas de Bruzundanga, o autor-narrador utiliza-se do elemento comparativo *talqualmente* (§10) para construir, por meio desse advérbio, uma relação de semelhança entre aquelas nobrezas e a nobreza de Toga²⁷ e a de Espada²⁸:

(§10) A nobreza da Bruzundanga se divide em dois grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpíte (BARRETO, 2012a, p. 41)²⁹.

A nobreza doutoral corresponderia, então, à nobreza de Espada, e a nobreza palpíte, à de Toga. Dessa forma, pode-se considerar como posto:

(63) *A nobreza doutoral das Bruzundangas é tão hereditária em relação a seus títulos quanto a nobreza de Espada*, e como pressuposto: *A nobreza doutoral das Bruzundangas se forma por hereditariedade*.

Nesse aspecto, tem-se, mais uma vez, a ironia do autor-narrador, quando deixa implícito que, em Bruzundangas, a nobreza doutoral não é medida por seu caráter hereditário, mas por ser seus titulados formados em escolas superiores de medicina, de engenharia ou de direito.

Já quando se trata da outra nobreza de Bruzundanga, a denominada palpíte, tem-se como posto e pressuposto, no fenômeno da pressuposição:

(64) *A nobreza palpíte é tão falsa quanto a de Toga*: posto. *A nobreza palpíte é falsa*: pressuposto.

O implícito gerado por esse pressuposto leva ao entendimento de que essa nobreza era artificial. A crítica do autor-narrador volta-se para o fato de que bastava ter dinheiro para comprar títulos, os quais faziam o indivíduo já passar à nobreza, porém uma nobreza chamada sarcasticamente de palpíte. Para se ter esse entendimento é fundamental que se leve em conta o contexto extralinguístico.

No Brasil, muitas vezes, o título de nobreza era fruto da troca de favores estabelecida entre rei e senhores de terras, isso já no período colonial. Quanto mais apoio precisava de seus

²⁷ Nobreza de Toga refere-se aos “nobres que passaram da Burguesia rica à nobreza comprando títulos. Eram os novos ricos que, para se demarcarem dos restantes burgueses menos endinheirados, compravam títulos e terras” (Disponível em: <<http://plus.google.com/112367612218641704495/posts/ZFvHKx4eHVp>>. Acesso em: 3 mar. 2017).

²⁸ Nobreza de Espada refere-se a “Famílias nobres cujos títulos vêm já antes da formação do reino. Ou seja, família ‘de sangue azul’ há muitas gerações, e que herdaram esses mesmos títulos. Eram de espada porque a função dela na sociedade era defender o país”. (Disponível em: <<http://plus.google.com/112367612218641704495/posts/ZFvHKx4eHVp>>. Acesso em: 3 mar. 2017).

²⁹ Na crônica intitulada *A outra nobreza da Bruzundanga* (BARRETO, 2012a, p. 45), o autor-narrador fala da nobreza a qual denomina palpíte. Contrária à nobreza doutoral, a nobreza palpíte não se baseia em nada; “não é firmada em lei ou costume; não é documentada por qualquer espécie de papel, édito, código, carta, diploma, lei ou o que seja”. Em Bruzundangas, o título é de fundamental importância, então, o “cidadão” faz qualquer coisa para se equiparar à nobreza doutoral.

afins, mais títulos de nobreza o monarca distribuía a seus condescendentes. Já no período imperial, a titulação passou a ser desejada por profissionais que almejavam ter algum tipo de privilégio e destaque social. Assim, chegavam a pagar fortunas por algum tipo de titulação, como de marquês, conde e barão.

Essa herança de receber títulos ganhou abrangência no Brasil durante o primeiro período republicano, quando o título de doutor passou a ter grande relevância. Primeiro, foram titulados os bacharéis, formados nos cursos de medicina, direito e engenharia, considerados os únicos e verdadeiros cursos superiores; depois, foram titulados os indivíduos que pretendiam ter algum grau de destaque e privilégio no cenário nacional da Primeira República, sem ter de estudar para ser bacharel.

A crítica que o autor-narrador faz à nobreza de Bruzundanga está relacionada ao fato de que, nesse país, ela não é medida por lei ou costume nem é honrada por algum diploma obtido em cursos como de medicina, engenharia ou direito. Em Bruzundanga, o tipo de nobreza fundamentada no título de doutor só é reconhecido pela nata burguesa, que o recebe com todo o respeito dos antigos nobres. A titulação existe sem que haja qualquer tipo de documentação que comprove sua existência de fato. Essa é a nobreza à qual o autor-narrador nomeia de palpíte.

No parágrafo 11, tem-se:

(§11) A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga, não (BARRETO, 2012a, p. 41).

O verbo *parecer*, materializado em

(65) *Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza*, traz um conteúdo pressuposto; assim, pode-se ter como postos e pressupostos:

Posto 1: *Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza*;

Pressuposto 1: *Em Bruzundanga, existe nobreza para os cidadãos formados em medicina, engenharia e direito, cursos superiores*;

Posto 2: *Há de parecer que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer*;

Pressuposto 2: *Em Bruzundanga, os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas não vão exercer uma profissão como outra qualquer*.

Na sequência, o parágrafo 12:

(§12) Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas, obtém privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes. O povo mesmo aceita esse estado de coisas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores. Uma pessoa da plebe nunca dirá que essa espécie de brâmane tem carta, diploma; dirá: tem pergaminho. Entretanto, o tal pergaminho é de um medíocre papel de Holanda (BARRETO, 2012a, p. 42).

Em

(66) *O povo mesmo aceita esse estado de coisas e tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores*, tem-se como pressuposto: *Alguém, além do povo, aceita esse estado de coisas*. Tendo em vista esse pressuposto, fica implícita a ideia de que não somente o povo (incluindo aqui os não doutores) aceita que os doutores tenham privilégio; outros doutores, além dos formados em direito, medicina ou engenharia, também aceitam esse estado de coisas.

O termo *mesmo* permite ao autor-narrador colocar, então, os seguintes argumentos: a) *o povo aceita que os que têm título de doutor tenham privilégios especiais*; b) *o povo tem um respeito religioso pela sua nobreza de doutores*.

Para entender a crítica que subjaz a esses dois argumentos, é necessário levar em conta o contexto extralinguístico: por vezes, Lima Barreto sentia-se desanimado em relação ao povo porque não via nenhuma iniciativa por parte da população em geral para mudar a realidade. É importante lembrar que, na época, a sociedade brasileira valorizava excessivamente os indivíduos formados em medicina, direito e engenharia. Fica subentendida, então, a crítica do autor-narrador. Para se entender essa crítica, é necessário também ter o conhecimento de que o povo considerava justo que existisse regalias para os doutores.

Percebe-se que o autor-narrador trata com deboche os doutores que recebem privilégios, uma vez que emprega a expressão *essa espécie de brâmane* (§12) para se referir a eles.

Nos parágrafos 13 e 14, continua com sua crítica:

(§13) As moças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família toda, os colaterais, e os afins. Não é raro ouvir alguém dizer com todo o orgulho:

— Minha prima está casada com o doutor Bacabau.

(§14) Ele se julga também um pouco doutor. Joana d'Arc não enobreceu os parentes? (BARRETO, 2012a, p. 42).

A marca temporal *quando* tem fundamental importância no encadeamento do primeiro enunciado do parágrafo 13, pois introduz uma subordinada que, por seu turno, deixa pressuposta a verdade do fato que expressa. Dessa forma, para

(67) *As moças pobres enchem de orgulho a família toda, os colaterais e os afins quando alcançam um matrimônio dessa natureza*, tem-se como pressuposto: *as moças pobres alcançam um casamento com doutores*.

Considerando esse pressuposto como verdadeiro, pode-se inferir que há aí certa ironia porque as moças pobres não costumavam se casar com doutores. Percebe-se, então, que, para compreender a crítica, não basta considerar apenas a argumentação inscrita na língua. Nesse caso, é imprescindível considerar o contexto que, agregando-se à materialidade linguística, concorre para a compreensão da ironia e, conseqüentemente, do sentido do texto.

O conhecimento do contexto social é fundamental para se compreender o implícito. Quando o autor-narrador se refere à fala de alguém que diz *Minha prima está casada com o doutor Bacabau* e argumenta que, por causa disso, esse alguém se julga também um pouco doutor, compreende-se o subentendido: o parente se sente lisonjeado por ter uma prima casada com um doutor e se vê tão importante quanto um doutor. Deve-se levar em conta, ainda, o conhecimento de que os doutores eram exageradamente valorizados pela população e seus títulos eram muito desejados e respeitados.

É importante observar que Lima Barreto faz caricatura não só dos personagens de Bruzundanga, mas também dos nomes desses personagens, como *Bacabau*, o doutor que se casou com a prima de alguém.

Na sequência:

(§15) A formatura é dispendiosa e demorada, de modo que os pobres, inteiramente pobres, isto é, sem fortuna e relações, poucas vezes podem alcançá-la.

(§16) Coisa curiosa! O que mete medo aos candidatos à nobreza doutoral, não são os exames da escola superior; são os exames preliminares, aqueles das matrículas que constituem o nosso curso secundário ...

(§17) Em geral, apesar de serem lentos e demorados, os cursos são medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem armados cavaleiros (BARRETO, 2012a, p. 42).

A fim de se interpretar o subentendido veiculado no parágrafo 15, é necessário mobilizar conhecimentos relacionados ao contexto linguístico e ao conhecimento enciclopédico, este pertinente à vida de Lima Barreto.

Em relação ao contexto linguístico, a expressão *sem fortuna e relações* é mediada pelo elemento *isto é*, que reitera *os pobres, inteiramente pobres*. A função desse elemento é a de precisar o sentido enunciativo, retificando, assim, o que foi dito anteriormente. O enunciado posterior a *isto é* constitui, então, o argumento decisivo para se concluir que *os pobres de fortuna e relações* poucas vezes alcançam a formatura na qual se celebra a obtenção do título de doutor e, conseqüentemente, de privilégios.

Contudo, se não se considerar determinados aspectos da vida de Lima Barreto, especialmente aqueles relacionados à pobreza e à exclusão social, para se entender de fato o sentido de *pobres de fortuna e relações*, não se chega à crítica elaborada pelo autor-narrador.

Em relação ao conhecimento enciclopédico, é preciso ativar na memória que Lima Barreto não concluiu o curso de engenharia no qual ingressara em 1897 em razão da doença mental do pai, situação que o obrigou a trabalhar para poder assumir a responsabilidade financeira da família, como já mencionado anteriormente.

Por ser mulato e pobre, Lima Barreto era rejeitado, por isso tinha poucas relações. Não podia contar com pessoas influentes para recomendá-lo, como os jovens ricos. Ele nutria grande ressentimento por não poder viver como seus colegas de faculdade. O sentimento de rejeição e humilhação pelo qual passava tinha como causa o preconceito da sociedade, que buscava denunciar por meio de suas obras.

Para se compreender a crítica ferrenha que o autor-narrador faz ao curso secundário, nos parágrafos 16 e 17, é fundamental entender, por exemplo, o subentendido em *os cursos são medíocres e não constituem para os aspirantes senão uma vigília de armas para serem armados cavaleiros* (§17). Na reflexão que se faz para apreender o implícito que aí subjaz é imprescindível levar-se em conta o contexto do legado educacional do Brasil do início da Primeira República, que foi bastante precário: havia algumas escolas isoladas de ensino secundário e superior e poucas escolas de ensino primário.

A herança educacional que o Império deixou para o curso secundário, por exemplo, foi a predominância de cursos avulsos, de frequência livre, que enfatizavam as disciplinas de humanidades. Não havia uma organização hierárquica dessas disciplinas nem das séries correspondentes a elas.

Na época, muitos jovens abastados que frequentavam tais cursos chegavam ao ensino superior ou porque seus pais, utilizando-se de manobras políticas, compravam a banca examinadora para que seus filhos fossem aprovados, ou porque esses jovens, a fim de concluir os exames preparatórios, iam para outras cidades onde as provas eram mais fáceis. Em razão da condição social, esses jovens quase sempre conseguiam bons cargos.

Em seguida, tem-se:

(§18) O título – doutor – anteposto ao nome, tem na Bruzundanga o efeito do – dom – em terra de Espanha. Mesmo no Exército, ele soa em todo o seu prestígio nobiliárquico. Quando se está em face de um coronel com o curso de engenharia, o modo de tratá-lo é matéria para atrapalhões protocolares. Se só se o chama *tout court*³⁰ – doutor Kamisão –, ele ficará zangado porque é coronel; se se o designa unicamente por coronel, ele julgará que o seu interlocutor não tem em grande consideração o seu título universitário-militar.

(§19) Os prudentes, quando se dirigem a tais pessoas, juntam os dois títulos, mas há ainda aí uma dificuldade na precedência deles, isto é, se se devem designar tais senhores por – doutor coronel – ou – coronel doutor.

³⁰ “**tout court**: do francês, ‘simplesmente, sem mais nada’ [...]” (BARRETO, 2012a, p. 42).

(§20) Está aí um problema que deve merecer acurado estudo do nosso sábio Mayrinck³¹. Se o nosso grande especialista em coisas protocolares resolver o problema, muito ganhará a fama da inteligência brasileira (BARRETO, 2012a, p. 42, grifo do autor).

O primeiro enunciado no parágrafo 18 pode ser interpretado levando-se em conta tanto o fenômeno da pressuposição como o conhecimento enciclopédico do leitor. Como já se sabe, para a compreensão do sentido, não basta considerar apenas o que está inscrito na língua, é fundamental considerar o contexto. Primeiro considerando-se o fenômeno da pressuposição, tem-se como posto e pressuposto:

(68) Posto: *Na Bruzundanga, o título – doutor – anteposto ao nome – é tão enobrecedor quanto o título – dom³² – anteposto ao nome, em terra de Espanha.*

Pressuposto: *O título de doutor, na Bruzundanga, é enobrecido.* Assim, a pressuposição dá “pistas” para se entender a ironia do autor-narrador ao deixar implícito no pressuposto que em Bruzundanga o título de doutor enobrece quem o detém. Só se chega a essa conclusão com base no conhecimento do que significava o título de dom na Espanha.

Na continuidade desse parágrafo, o autor-narrador deixa implícito que em todos os setores da sociedade bruzundanguense, assim como na sociedade brasileira, sobremaneira do primeiro quartel do século XX, havia indivíduos que desejavam títulos que lhes pudessem conferir algum tipo de destaque e privilégios, quer no âmbito político, quer no âmbito social. Esse entendimento implícito é garantido pelo emprego do operador argumentativo *mesmo* que, segundo Koch (1984, p. 106), assinala o argumento mais forte para uma conclusão **r**. Assim, considerando-se esse enunciado, pode-se chegar à seguinte conclusão: *No exército, o título doutor soa em todo o seu prestígio nobiliárquico.* Para fazer sentido, esse conhecimento linguístico tem de ser integrado ao conhecimento extralinguístico. Dessa forma, é preciso retomar o que ocorria no Império e na Primeira República em relação aos títulos.

No Império, em razão de conflitos que envolviam civis e militares, eram distribuídos títulos, por exemplo, aos coronéis da Guarda Nacional, em troca do apoio aos oficiais dos quartéis. Em virtude desse expediente, muitos coronéis recebiam título de barão. Nesse período, a designação *coronel* era empregada espontaneamente pela população para se dirigir àquele que detinha o poder político e econômico.

³¹ Referência a João Carlos Mayrinck (1844-1905), médico luso-brasileiro de ascendência nobre, agraciado com o título de visconde [...] (BARRETO, 2012a, p. 42).

³² Esse título passou a ser concedido em decorrência da Lei Filipina: “Desde 1611 [...] por lei do rei Filipe II de Portugal (III de Espanha), o uso do título de ‘Dom’ passou a ser privilégio dos Grandes do Reino, compreendendo estes a realeza (rei, rainha, príncipes e infantes) [...]”. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_\(título\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_(título))>. Acesso em: 2 abr. 2017.

Já no primeiro período da República, a figura do coronel era caracterizada por seu papel nas eleições. Esse indivíduo pertencia à elite e controlava o poder tanto econômico/político quanto social. Esse poder era medido por meio do número de votos que determinado chefe local ou regional recebia no pleito. Nessa época, o povo passou a chamar o indivíduo que era coronel de doutor, mesmo sem ter diploma de bacharel.

O tom irônico com que o autor-narrador trata desse assunto pode ser percebido pela forma caricatural com que nomeia o *doutor Kamisão* (§18); outro exemplo é a forma debochada com que se refere a esses personagens: *tais senhores* (§19).

Em seguida, tem-se:

(§21) Quanto aos costumes, é isto que se observa em relação à nobreza doutoral. Temos, agora, que ver no tocante às leis.

(§22) O nobre doutor tem prisão especial, mesmo em se tratando dos mais repugnantes crimes. Ele não pode ser preso como qualquer do povo. Os regulamentos rezam isto, apesar da Constituição, etc., etc.

(§23) Tendo crescido imensamente o número de doutores, eles, os seus pais, sogros, etc., trataram de reservar o maior número de lugares do Estado para eles. Capciosamente, os regulamentos da Bruzundanga vão conseguindo esse *desideratum*³³.

(§24) Assim, é que os simples lugares de alcaides de polícia, equivalentes aos nossos delegados, cargos que exigem o conhecimento de simples rudimentos de direito, mas muito tirocínio³⁴ e hábito de lidar com malfeitores, só podem ser exercidos por advogados, nomeados temporariamente (BARRETO, 2012a, p. 43).

No parágrafo 23, o trecho

(69) *Tendo crescido imensamente o número de doutores, eles, os seus pais, sogros, etc. trataram de reservar o maior número de lugares do Estado para eles* constitui uma crítica ao nepotismo, o favorecimento a parentes no provimento de cargos públicos, como acontecia no início da Primeira República no Brasil.

Na continuidade à crítica, tem-se os seguintes excertos:

(§25) A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma.

(§26) Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no Conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios (BARRETO, 2012a, p. 43).

³³ O termo latino *desideratum* significa aspiração [...] (BARRETO, 2012a, p. 43).

³⁴ O termo *tirocínio* significa experiência, prática [...] (BARRETO, 2012a, p. 43).

Em

(70) *A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem* (§25), a função argumentativa está calcada, sobretudo, no emprego da contrajunção *mas*. Essa partícula indica que os enunciados envolvidos no encadeamento têm orientações argumentativas diferentes, prevalecendo a que inicia pelo *mas*. Assim, o enunciado que prevalece marcando a orientação argumentativa, sem que o leitor possa fazer inferência, é

(71) *as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem remunerações* (§25).

Considerando como pressuposto *Há leis ordinárias no país de Bruzundangas*, pode-se interpretar o implícito: nesse país, as leis não são sérias, isto é, Bruzundangas não é um país sério, porque nele há leis ordinárias na Constituição. No nível desse enunciado, pode-se considerar, então, que a pressuposição é uma tática argumentativa dos interlocutores. A expressão *leis ordinárias* revela a crítica do autor-narrador.

No segmento

(72) *São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem* (§25), o verbo *dizer* é responsável pelo implícito: não sou eu, autor-narrador, que diz *os cargos técnicos exigem aptidões especiais*; outras pessoas, como os próprios doutores, para se justificarem, é que dizem isso. Desse modo, o autor-narrador isenta-se da responsabilidade por esse dizer, já que não deve concordar com o fato. A ironia se constrói no sentido de *aptidões especiais*.

Para entender a crítica que o autor-narrador faz ao acúmulo de cargos no primeiro período republicano, não basta considerar o valor argumentativo da pressuposição, é preciso considerar o contexto, uma vez que os elementos extralinguísticos são imprescindíveis para a construção do sentido, como já se destacou.

No Brasil, os títulos propiciavam a seus possuidores “a chance de ingressar em cargos de confiança e acumular remunerações”, conforme observa Assis (2008, p. 131), com base em Romaneli (1987). Lima Barreto mostrava-se avesso a que, na época, determinados indivíduos, mesmo sem entenderem de um assunto, ocupassem altos cargos e detivessem poder:

(§27) Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de caridade.

(§28) Como veem, eles exercem conjuntamente cargos bem técnicos e atinentes aos seus diplomas (BARRETO, 2012a, p. 43).

Em

(73) *Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era [...] (§27)*, tem-se como posto: *o autor-narrador esteve em Bruzundangas*, e como pressuposto: *o locutor pode, então, confirmar que lá existe um bacharel em direito que era [...] inspetor dos serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas a irmãs de caridade*, porque ele o conheceu. Desse modo, fica implícito o acúmulo por parte dos bacharéis.

No trecho

(74) *como veem, eles exercem conjuntamente cargos técnicos e atinente aos seus diplomas (§28)*, o autor-narrador utiliza o verbo factivo *ver*, que veicula a impossibilidade de negar a verdade contida no fato. De um lado, o verbo *ver* põe que outras pessoas, como o próprio interlocutor, presenciaram doutores exercendo *cargos técnicos e atinente aos seus diplomas*; de outro, pressupõe que esse fato é verdadeiro e por isso não admite contestação. A ironia está na descrição que o locutor faz das funções que o bacharel desempenha, todas *bem técnicas e atinente aos seus diplomas*.

A crítica à ocupação de cargos continua no parágrafo que segue:

(§29) Um empregado público qualquer que não seja graduado, não pode ser eleito deputado; mas a mesma lei eleitoral faz exceção para aqueles funcionários que exercem cargos de natureza técnica, isto é, doutores. Já vimos que espécie de técnica é a tal tão estimada na Bruzundanga. Convém, entretanto, contar um fato elucidativo. Um doutor de lá que era até lente da Escola dos Engenheiros, apesar de ter outros empregos rendosos, quis ser inspetor da carteira cambial do banco da Bruzundanga [...] (BARRETO, 2012a, p. 43).

Em

(75) *Um doutor de lá que era até lente da Escola dos Engenheiros, [...] quis ser inspetor da carteira cambial do banco da Bruzundanga [...] (§29)*, tem-se como posto: *Até um lente da Escola dos Engenheiros, [...], quis ser inspetor da carteira cambial do banco da Bruzundanga*, e como pressuposto: *Alguém, que não um lente da Escola de Engenheiros, quis ser inspetor [...]*.

Considerando o implícito do pressuposto, pode-se entender a crítica do autor-narrador no sentido de denunciar que todos os doutores, inclusive os doutores professores, queriam ocupar vários cargos na Bruzundanga.

Como se vê, o tom irônico do autor-narrador perpassa por toda a crônica, como em

(76) *Já vimos que espécie de técnica é a tal tão estimada na Bruzundanga (§29)*, que, integrando-se aos conhecimentos linguístico e extralinguístico, confere ao enunciado um efeito irônico e evidencia o tom crítico de Lima Barreto.

Nos parágrafos finais da crônica, tem-se:

[...]

(§42) Em linhas gerais, são estas as características mais notáveis da nobreza doutoral da Bruzundanga. Podia acrescentar outras, sobre todos os seus graus. Lembrarei, porém, ao meu correspondente que os três primeiros graus são mais ou menos equivalentes, mas os três últimos gozam de um abatimento de 50% sobre o conceito que se faz dos primeiros.

(§43) Da outra nobreza, tratarei mais tarde, deixando de lado as meninas das Escolas Normais, com os seus bonés de universidade americana, e os bacharéis em letras da Bruzundanga, porque lá não são considerados nobres. Entretanto, as primeiras têm um anel distintivo que parece uma montra de joalheria, pela quantidade de pedras que possui; e os últimos anunciam o seu curso com uma opala vulgar. Ambos esses formados são lá considerados como falsa nobreza (BARRETO, 2012a, p. 45).

O autor-narrador finaliza essa crônica reafirmando que os bacharéis que não fossem os de medicina, de engenharia e de direito não tinham prestígio social. No parágrafo 43, em *os bacharéis em letras anunciam o seu curso com uma opala vulgar*, o autor faz uma crítica ao fato de que os bacharéis em letras não eram valorizados pela sociedade bruzundanguense. Assim, pode-se entender que Lima Barreto faz um desabafo, motivado por sua condição de escritor marginalizado, como era considerado em sua época.

3.1.2 A sociedade

Nessa crônica satírica, o autor-narrador descreve uma sociedade cujas classes sociais são definidas, posto que ele deixa implícita a segregação existente entre centro e subúrbio. Nessa sociedade, a parcela rica da população tem ambição por dinheiro, por favorecimentos, por trocas de favores. Em qualquer lugar que se converse sobre política, a discussão é sempre sobre especulação e propina. Nessa sociedade, não há tradição. Tudo isso faz de Bruzundanga, segundo o autor-narrador, uma sociedade de medíocres:

(§1) É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. Em geral, a gente da terra que forma a sociedade, só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente (BARRETO, 2012a, p. 81).

Ao caracterizar a sociedade de Bruzundanga, o autor-narrador, de antemão, argumenta que é difícil dizer qualquer coisa sobre ela. O adjetivo *difícil* funciona como um modificador

que assegura ao verbo *dizer* uma característica de quase impossibilidade de realização. O advérbio *deveras*, por sua vez, funciona como um modificador que intensifica a dificuldade do ato de *dizer*. Assim, a circunstância de intensidade determinada pelo advérbio *deveras* dá ao adjetivo *difícil* uma característica própria, qual seja, demonstrar que o enunciador (autor-narrador) pretende deixar claro seu ponto de vista sobre seu enunciado. Pode-se dizer, dessa forma, que o advérbio *deveras* é de fundamental importância à construção do sentido, isto é, que em Bruzundanga nada funciona. É essa a crítica que subjaz a esse enunciado.

Em

(77) [...] *lá não há verdadeiramente sociedade estável* (§1), tem-se como posto: *lá não há sociedade estável atualmente*, e como pressuposto: *lá não havia sociedade estável anteriormente*. O advérbio asseverativo *verdadeiramente* indica, de modo claro, a concordância do enunciador no tocante a seu enunciado; é uma afirmação que o locutor considera verdadeira. Esse advérbio refere-se tanto ao posto como ao pressuposto, revelando um ato avaliativo do locutor em relação ao conteúdo do enunciado.

Se se admitir que, para se dizer algo sobre uma sociedade é necessário que isso seja estável, fica implícita a posição de Lima Barreto de querer denunciar, logo de início, que Bruzundanga não é uma sociedade em que se pode confiar.

Assim, considerando a totalidade dos enunciados, pode-se indicar como posto: *É difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga porque ela é instável*, e como pressuposto: *Para se dizer algo sobre uma sociedade é necessário que ela seja estável*. O advérbio *verdadeiramente* confirma a existência desse fato.

Dado o conhecimento extralinguístico, pode-se inferir que o interlocutor, considerando o contexto, entende que Lima Barreto queria dizer que a sociedade não funcionava (e ainda não funciona) em relação a vários aspectos, como o aspecto político, o econômico e o social.

Em

(78) *Em geral, a gente da terra que forma a sociedade, só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo* (§1), dado o conhecimento do contexto, em que numa República os nomes de figuras públicas, como deputados, senadores e até mesmo presidente da nação, figuram no cenário político por um período de quatro anos, dizer que *os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo* tem efeito irônico. Como no Império os nomes figuravam no cenário político por vários anos, pode-se interpretar, por meio desse contexto, a crítica que Lima Barreto faz ao novo regime.

Na continuidade dos enunciados dessa crônica, o autor-narrador reitera seu posicionamento quando diz:

(79) *não há, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício* (§1). Pode-se inferir, então, que na Primeira República não havia respeito nem pela tradição política nem pela tradição cultural. Percebe-se o saudosismo e a simpatia de Lima Barreto pelo regime monárquico. O autor-narrador deixa implícito o sentimento de saudade.

Pode-se considerar, ainda, que o interlocutor, com base em seu conhecimento prévio e nas circunstâncias da enunciação, interpretará o subentendido que subjaz nesse trecho da crônica, para isso, o conhecimento do contexto histórico é fundamental.

Por meio de ações “modernizadoras” do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos³⁵, foram demolidas obras realizadas nos períodos imperial e colonial, para que em seus lugares surgissem grandes prédios e avenidas, como a Avenida Central. Os responsáveis pela urbanização e os que se beneficiavam dela eram, na maior parte, homens ambiciosos. Além de gastarem o dinheiro público em ações insignificantes, desrespeitavam a tradição e o patrimônio histórico, como os prédios antigos.

Em

(80) *Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente* (§1), o advérbio *honestamente* funciona como modalizador que expressa a opinião do autor-narrador. Mas, logo em seguida a esse parecer, em tom de deboche, o autor-narrador duvida do conteúdo proposto, fazendo uso da conjunção *se* que, nesse caso, desencadeia dúvida, desconfiança.

Desse modo, pode-se inferir que o autor-narrador não acreditava no enriquecimento lícito, mesmo advindo de segmentos que estavam em desenvolvimento no Brasil, na época, como o setor da indústria³⁶ e do comércio. Tem-se, assim, novamente o subentendido, porque é necessário conhecer o contexto econômico da Primeira República para interpretar a crítica do autor-narrador.

Em continuidade, seguem os parágrafos 2, 3, 4 e 5:

(§2) Esses, porém, fatigados, embotados, não formam bem a sociedade, embora as suas filhas e mulheres façam parte dela.

(§3) Os que formam diretamente a grande sociedade, são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos.

³⁵ No governo Rodrigues Alves (1902-1906), a reforma urbana do Rio de Janeiro seguiu os planos do Engenheiro Pereira Passos, então prefeito da cidade (SEVCENKO, 2003).

³⁶ Sobre a indústria, diz Lima Barreto: “A indústria nacional da Bruzundanga tem por fim espoliar o povo com os altos preços dos seus produtos. É nacional, mas recebe a matéria-prima, já em meia manufatura, do estrangeiro (BARRETO, 2017, p. 187).

(§4) Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite, nos escritórios, nas repartições, nos tribunais, nos cartórios, na indústria política, não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas coisas. Limitam-se a pousar sobre elas um olhar ligeiro e apressado; e a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartórios, tirar-lhes-á o sossego de espírito para apreciar as grandes manifestações da inteligência humana e da natureza.

(§5) Pode ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra – medíocre (BARRETO, 2012a, p. 81).

No trecho

(81) *Os que formam diretamente a grande sociedade, são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos* (§3), nota-se que a ironia é a responsável por revelar o posicionamento e, por sua vez, a crítica do autor-narrador. Nesse sentido, o modalizador *direitamente* é fundamental. Nesse contexto, esse advérbio é considerado um modalizador asseverativo, por conseguinte, tem a função de deixar clara a concordância do locutor em relação ao conteúdo que propõe. Contudo, no trecho, denota justamente o oposto do que pensa o autor-narrador, daí ser o responsável pela ironia.

Para Lima Barreto, os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos eram os responsáveis pela corrupção e pelo favorecimento próprio; entende-se, então, a ironia. Dizer algo para fazer entender outra coisa traz implicitamente a intenção do autor; assim, o subentendido depende do contexto de enunciação, caracterizando-se, pois, na categoria do discurso.

Em

(82) *Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite, nos escritórios, nas repartições [...]* (§4), o autor-narrador continua com a ironia e, inclusive, utiliza-se de expressão hiperbólica *dia e noite*, em *semelhantes homens* (médicos ricos, advogados afreguesados, tabeliães, políticos, altos funcionários e acumuladores de empregos públicos) *atarefados dia e noite nos escritórios, nas repartições, nos tribunais, nos cartórios, na indústria política*. Como se sabe, Lima Barreto criticava a ociosidade dos homens políticos, dos altos funcionários e dos acumuladores de empregos públicos.

Sabendo que o autor valorizava e defendia a ética, a integridade e a tranquilidade de espírito, pode-se subentender que em

(83) *semelhantes homens [...]* *não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas coisas* (§4), o autor-narrador considera esses homens infelizes. Pode-se subentender, ainda, que ele os considera medíocres, assim como faz com relação à sociedade (§5).

Em

(84) [...] *a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartórios, tirar-lhes-á o sossego do espírito para apreciar as grandes manifestações da inteligência humana e da natureza* (§4), o verbo *manter*, que designa sucessão de estado, traz como posto: *semelhantes homens têm empregos rendosos atualmente*, e como pressuposto: *semelhantes homens tinham empregos rendosos antes*. Implicitamente, o autor-narrador declara que só os formados em profissões liberais e os vinculados ao serviço público, como políticos e tabeliães, os quais trata por *semelhantes homens*, têm empregos rendosos e temem perdê-los.

No trecho

(85) *a preocupação [...] tirar-lhes-á o sossego de espírito [...] (§4)*, o verbo *tirar* marca uma mudança de estado e, indica que a ação que vinha acontecendo deixará de acontecer. Tem-se, então, como posto: *Semelhantes homens não têm sossego de espírito atualmente*, e como pressuposto: *semelhantes homens tinham sossego de espírito antes*.

Conclui-se, assim, que esses homens só pensam em dinheiro, em lucro, e são incapazes de enxergar e apreciar as coisas belas, como a inteligência humana e a natureza. Diante disso, autor-narrador caracteriza, explicitamente, a sociedade bruzundanguense como medíocre (§5).

Em seguida, tem-se os seguintes parágrafos:

(§6) Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do contínuo tormento de cavar dinheiro, por meio de empregos e favores governamentais, do sentimento de insegurança de sua própria situação.

(§7) Em uma sala, se se ouve a conversa das senhoras (digo senhoras), a preocupação não é outra senão saber se fulano será ministro, para dar tal ou qual comissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pai uma concessão qualquer. É assim.

(§8) Uma tão vulgar preocupação pauta toda a vida intelectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o tema geral dos comensais é a política; são as combinações de senatorias, de governanças, de províncias e quejandos.

(§9) A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas.

(§10) Sendo assim, todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores. A não ser em música, isto mesmo no que toca somente a executantes, os seus produtos intelectuais são de uma pobreza lastimável (BARRETO, 2012a, p. 82).

Como apresentado no capítulo teórico, a conjunção adversativa *mas* tem duas funções. Uma função aponta para uma conclusão **-não r**, oposta a que **p** poderia concluir (**p mas q**), outra aponta para uma retificação que vem sempre depois de uma negativa (**p = não-p**), em que a proposição (**p = não-p**) é substituída por **q**. A primeira função Vogt (2009) denomina *mas PA*, a segunda, *mas SN*.

A título de ilustração, considera-se o parágrafo 6. Em

(86) *Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do contínuo tormento de cavar dinheiro* (§6) [...], a partícula *mas* tem função opositiva, e não argumentativa, representada por *mas* SN. O **q** após **não-p** serve como correção de algo dito antes, conforme é possível observar nesse encadeamento.

No segmento

(87) *Em uma sala, se se ouve a conversa das senhoras [...]* não arranjou para o pai uma concessão qualquer (§7), está implícito que, nessa sociedade, a política é uma inescrupulosa especulação de cargos e propinas. Assim, o indivíduo poderoso não poderia deixar de arranjar para o pai uma concessão qualquer.

A ironia e o sarcasmo com que o autor-narrador refere-se às senhoras que supostamente conversavam em uma sala estão marcados pelos parênteses, (*digo senhoras*), de forma a chamar a atenção para a crítica que faz ao comportamento delas.

A política em Bruzundanga, então, não está para guiar o destino do povo, mas para atender às necessidades ostentosas daqueles que querem tirar proveito dela em benefício próprio.

Em

(88) [...] *todas as manifestações de cultura dessa sociedade são inferiores* (§10), o entendimento do implícito depende do contexto. É preciso ter conhecimento de que Lima Barreto admitia que, no Brasil, a política não existia para tornar os homens felizes, mas para fazê-los infelizes. Assim, pode-se inferir que os políticos não estavam interessados em investir em cultura, sobremodo, na popular.

Em seguida, tem-se:

(§11) Há lá salões literários e artísticos, mas de nenhum deles surgiu um Montesquieu com o *Espírito das leis*, como saiu do de Mme. du Deffand³⁷. As obras mais notáveis que lá têm aparecido são escritas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense.

(§12) Em uma sala desse país, quando não se trata de intrigas políticas ou coisas frívolas de todos os dias, surge logo um tédio inconcebível. Ele sepulta o pensamento, antes de matá-lo: enterra-o vivo. Mereceria detalhes, mas só fazendo romance ou comédia (BARRETO, 2012a, p. 82).

No segmento

³⁷ Charles de Montesquieu (1689-1755) foi um filósofo iluminista francês, autor da obra *Espírito das leis*. Frequentava rodas intelectuais em Paris, como as da madame du Deffand (1697-1780), marquesa que patrocinava artistas e escritores. Ele conceituou, em 1748, na obra citada, as formas de governo e os exercícios da suprema política. Ambos conceitos serviram de base para a formação da Ciência Política (BARRETO, 2002a, p. 82).

(89) *Há lá salões literários e artísticos, mas de nenhum deles surgiu um Montesquieu com o Espírito das leis* (§11), o elemento *mas* atua como operador argumentativo (*mas* PA), por isso inicia o argumento que vai prevalecer.

Considerando o enunciado

(90) *Dos salões literários e artísticos, não surgiu nenhum Montesquieu com o Espírito das leis [...] (§11)*, tem-se como posto: *Não surgiu nenhum literato como Montesquieu atualmente*, e como pressuposto: *Havia literatos como Montesquieu anteriormente*. O verbo *surgir* marca mudança de estado; assim, a ação que costumava acontecer, deixou de acontecer na atualidade.

Como se sabe, Lima Barreto fazia severas críticas aos literatos que, sobremaneira, na passagem do século XIX para o século XX, não tinham função social. Muitos deles trabalhavam em suas produções literárias por encomenda, isto é, eram pagos para fazer conferências, recitação de poesias, discursos em batizados, em casamentos, em banquetes de figurões e em cerimônias escolares. Os literatos, segundo Lima Barreto, faziam literatura, mas de enfeite. Esse tipo de literatura era caracterizado pelo autor carioca como artificial³⁸. Assim, nesse encadeamento, observa-se que o autor-narrador teve como propósito dizer que, no meio desses literatos, não nasceu nenhum escritor como Montesquieu.

Em

(91) *As obras mais notáveis que lá têm aparecido são escritas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense* (§11), o verbo *aparecer* marca mudança de estado. Assim, tem-se como posto: *Em Bruzundanga têm aparecido atualmente obras mais notáveis escritas por homens que vivem arredados da sociedade bruzundanguense*, e como pressuposto: *Em Bruzundanga não se tinham obras mais notáveis antes*.

Para se compreender o implícito que subjaz ao pressuposto, é necessário lembrar que Lima Barreto trata da sociedade republicana dos primeiros anos do século XX. Nesse tempo,

³⁸ Em *Os Samoiedas*, capítulo especial que antecede a série de capítulos que compõe *Os Bruzundangas*, o autor-narrador caracteriza a “Escola Samoieda”, uma escola literária que forma os literatos mais pretensiosos e os que creem ser sacerdotes da arte. Esses literatos se diziam graduados e diplomados nessa escola, que formava gente sem nenhum interesse humanitário, pois não havia nessas pessoas “uma profundidade de sentimento” que as levasse “ao âmago das coisas que fingem amar, de decifrá-las pelo amor sincero em que as têm, de querê-las totalmente, de absorvê-las, só querem a aparência das coisas”. Os literatos, por exemplo, simulam exercer as obrigações relacionadas a sua profissão “para ter a glória que as letras dão, sem querer arcar com as dores, com o esforço excepcional que elas exigem em troca. A glória das letras só as tem, quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega. Os samoiedas [...] contentam-se com as aparências literárias e banal simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, quase sempre, porém, por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade, e necessidade, portanto, de disfarçar os defeitos com pelotiquices e passes de mágica intelectuais” (BARRETO, 2012a, p. 26-27).

escritores compromissados com as temáticas sociais eram excluídos, ficavam à margem da sociedade, como aconteceu com o próprio Lima Barreto. Esse tipo de literatura contrapunha-se à da estética anterior, a parnasiana, cuja preocupação centrava-se na forma e na arte pela arte, sem engajamento social.

Por não ser reconhecido³⁹, Lima Barreto nutria enorme ressentimento pela elite letrada do período em que viveu.

A crônica segue com os seguintes parágrafos:

(§13) A gente da Bruzundanga gosta de raciocinar por aforismos. Sobre todas as coisas, eles têm etiquetadas uma coleção deles.

(§14) Se se fala em sala ou em outro qualquer lugar de sociedade de coisas literárias, logo um aforista sentencia:

(§15) — A arte deve ser impessoal. Os grandes artistas, etc.

(§16) Naturalmente, ele se lembrou de Dante, que pôs no inferno os seus inimigos e no céu os seus amigos.

(§17) Incapaz de fazer aparecer no seu seio razoáveis manifestações intelectuais, ela é ainda mais incapaz de apoiar as que nascem fora dela (BARRETO, 2012a, p. 82-83)

No segmento

(92) *A arte deve ser impessoal* (§15), ocorre o fenômeno da nominalização, isto é, essa frase pode transformar-se em um sintagma nominal. Assim, o sintagma nominal fruto dessa transformação é *A impessoalidade da arte*. Tem-se, então, como posto: *A impessoalidade da arte foi sentenciada por um aforista*, e como pressuposto: *a arte é impessoal*.

Esse pressuposto, no entanto, já é sugerido no início do parágrafo 15; assim, pode-se inferir que o autor-narrador teve o intuito de ressaltá-lo, uma vez que, implicitamente, tem-se a ideia de que essa gente não considera a arte impessoal. Percebe-se aí a ironia, visto que, logo em seguida, mostra que o aforista, na verdade, foi parcial. Isso pode ser observado quando declara que o aforista *se lembrou de Dante, que pôs no inferno os seus inimigos e no céu os seus amigos* (§16). Assim, o propósito do autor-narrador era dizer que a arte não é impessoal.

Em

(93) *Naturalmente, ele se lembrou de Dante que [...]*, o modalizador epistêmico asseverativo *naturalmente* revela que o locutor considera verdadeiro o enunciado que proferiu, assim, seu grau de adesão é total. Pode-se dizer, ainda, que há, nesse parágrafo, um tom de deboche e zombaria se se considerar novamente o pressuposto *a arte é impessoal*. É com base nessa máxima que o aforista vê os assuntos literários de Bruzundanga, sobre os quais se

³⁹ Lima Barreto era consciente de seu valor literário e tinha orgulho dele. Na maioria de suas crônicas, expressa, de modo explícito ou implícito, essa percepção.

conversa em alguma sala ou em qualquer outro lugar. O sarcasmo do autor-narrador demonstra a proteção e o zelo da gente da Bruzundanga para com seus afins.

No parágrafo seguinte, em

(94) *Incapaz de fazer aparecer no seu seio razoáveis manifestações intelectuais, ela [...]* (§17), o autor-narrador reitera o quanto é medíocre tal sociedade, pois não apoia nem incentiva manifestações intelectuais nela nascidas, que dirá, nascidas fora dela.

Essa crônica satírica segue com os seguintes trechos:

(§18) A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados, não tem, na Bruzundanga, senão raros amadores. Os pintores vivem à mingua e, se querem ganhar algum dinheiro, têm que se rojar aos pés dos poderosos, para que estes lhes encomendem quadros, por conta do governo.

(§19) Por que eles não os comprem com o dinheiro seu, senão os de vagas celebridades estrangeiras que aportam às plagas do país com grandes carregações de telas. É outro feitio da gente imperante da Bruzundanga de só querer ser generosa com os dinheiros do Estado. Quando aquilo foi Império, não era assim; mas, desde que passou a República, apesar da fortuna particular ter aumentado muito, a moda da generosidade à custa do governo se generalizou.

(§20) Se um desses engraçados Mecenas julga que deve proteger tal ou qual pessoa; que esta precisa viajar à Europa, aperfeiçoar-se, não lhe subvenciona a viagem, não tira nem um ceutil dos seus mil e mais contos. Sabem o que faz? Inlui para que ele receba um pagamento indevido do Tesouro ou promove uma fantástica comissão para o indivíduo (BARRETO, 2012a, p. 83).

Em

(95) *A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados* (§18), pode-se observar um caso das conhecidas orações adjetivas explicativas. Denominadas relativas apositivas, explicam determinada especificidade do seu antecedente. Tem-se, então, como posto: *A pintura, que sempre foi arte dos ricos e abastados, não tem, na Bruzundanga, senão raros amadores*, e como pressuposto: *A pintura é arte dos ricos e abastados*. Diante do exposto, entende-se que a pretensão do autor-narrador era dizer que o povo, gente mais humilde, não tinha acesso à arte, pertença dos ricos que, aliás, nem lhe davam o devido valor. O enunciado seguinte:

(96) *Os pintores vivem à mingua e, se querem ganhar algum dinheiro, têm que se rojar aos pés dos poderosos [...]* (§18), confirma essa percepção.

Entende-se, por conseguinte, que os pintores eram raros em Bruzundanga; quando havia, viviam à mingua e, se algum de seus quadros fosse encomendado pelos homens do poder, seria pago com dinheiro do governo. Assim, fica implícito que os ricos patrocinavam a arte, mas com o dinheiro público. Esses ricos não gastavam nada do próprio bolso, embora os quadros que porventura comprassem serviriam para deleite próprio. No Brasil da Primeira República, esse expediente era comum; o autor-narrador critica tal comportamento e denuncia o fato.

Em

(97) *É outro feitio da gente imperante da Bruzundanga de só querer ser generosa com os dinheiros do Estado* (§19) e em

(98) [...] *apesar da fortuna particular ter aumentado muito, [...] (§19)*, os adjuntos adnominais *imperante* e *particular* acrescentam uma peculiaridade ao substantivo ao qual se referem: o primeiro termo diz respeito à gente que governa Bruzundanga, o segundo, à fortuna de Bruzundanga, que não é da sociedade, mas dos que a dominam. Esses adjuntos adnominais são considerados epítetos não restritivos e trazem como pressuposto: *A gente rica e abastada, na Bruzundanga, é imperante, e, a fortuna dessa gente imperante, na Bruzundanga é particular.*

No trecho

(99) *quando aquilo foi império* (§19), a oração temporal depende da seguinte

(100) *não era assim* (§19), para a construção do sentido. São orações interdependentes no encadeamento e responsáveis pelo sentido.

A conjunção *quando*, que introduz a oração temporal, marca a simultaneidade entre o fato de Bruzundanga ser império e o fato de os ricos, ao encomendarem algum quadro, não o pagarem com dinheiro público.

Nesse ponto, pode-se entender o fenômeno da pressuposição do seguinte modo: pressuposto: *no império, os ricos pagavam com seu próprio dinheiro os quadros que encomendavam.* Dessa forma, o autor-narrador reitera seu apreço pelo Império: naquela época, isso não acontecia, pois, como se sabe, o Imperador D. Pedro II valorizava e incentivava a arte, assim, quem quisesse comprar alguma obra de arte teria de pagar por ela, com o dinheiro do próprio bolso. Nesse ponto, a crítica do autor-narrador recai sobre o fato de que, na Primeira República, qualquer patrocínio a artistas era subvencionado pelo Tesouro Nacional ou por uma vantajosa comissão paga ao indivíduo.

O pronome demonstrativo *aquilo* em

(101) *Quando aquilo foi Império, não era assim; [...] (§19)*, revela o tom de deboche e desprezo com que o autor-narrador refere-se à República.

Em seguida, tem-se:

(§21) É assim o mecenato da Bruzundanga. A falta de generosidade e a sua inquietude pelo dia de amanhã ferem logo a quem examina a sociedade daquele país, mesmo perfunctoriamente.

(§22) Basta ler os testamentos dos seus ricos e compará-los com os que fazem os humildes iberos, que lá enriqueceram em misteres humildes, para sentir a inferioridade moral da sociedade da Bruzundanga (BARRETO, 2012a, p. 83).

No parágrafo 21, o operador *mesmo*, configurado em uma escala argumentativa, marca o argumento mais forte para determinada conclusão. Para se chegar a essa conclusão, é necessário considerar o contexto.

Desse modo, em

(102) *A falta de generosidade e a sua inquietude [...] ferem logo a quem examina a sociedade daquele país mesmo perfunctoriamente* (§21), o operador *mesmo* assinala o argumento mais forte para a seguinte conclusão: até mesmo quem examina a sociedade da Bruzundanga de modo rotineiro ou apenas por obrigação, sem necessidade de conhecimentos profundos para fazê-lo, é ferido pela falta de generosidade. Levando-se em conta o fato de que Lima Barreto, como narrador das crônicas da Bruzundanga, coloca-se, ironicamente, em uma posição de humilde observador que não se sentia *completamente habilitado* para falar de literatura⁴⁰, pode-se inferir que quem fica ferido pela falta de generosidade, ao examinar a sociedade de Bruzundanga, *mesmo perfunctoriamente*, é o próprio Lima Barreto.

O asseverativo *perfunctoriamente*, nesse contexto, indica, então, a concordância do locutor em relação ao que enuncia e afirma que até mesmo um exame vago revela que há falta de generosidade em Bruzundanga.

Em continuidade, tem-se os parágrafos:

(§23) Nestes últimos, há mesmo um grande pensamento da hora da morte, quando fazem legados a amigos, a parentes afastados, a criados, a instituições de caridade; mas, nos daqueles, só se topa com o mais atroz egoísmo. Lembro-me de um ricoço de lá que, ao morrer, fez avultados legados aos netos, filhos de sua filha, com a condição de que deveriam usar o nome dele – coisa que, como se sabe, se não é contrária às leis, ofende os costumes.

(§24) O sobrenome tira-se do do pai, lá como aqui.

(§25) Por falar em coisas de morte, convém recordar que os cemitérios dessa gente, ou por outra, os túmulos das pessoas da alta roda da Bruzundanga são outra manifestação da sua pobreza mental.

(§26) São caros jazigos ou carneiros de mármore de Carrara, mas os ornatos, as estátuas, toda a concepção deles, enfim, é de uma grande indigência artística. Raros são aqueles que pedem a escultores que os façam. Todos os encomendados a simples marmoristas, que os recebem, aos montes, da Itália (BARRETO, 2012a, p. 83-84).

⁴⁰ No capítulo *Os Samoiedas*, o autor-narrador, ao tratar da literatura da Bruzundanga, diz que não se sente habilitado para falar sobre tal assunto. Ele assim inicia esse capítulo: “Queria evitar, mas me vejo obrigado a falar na literatura da Bruzundanga. É um capítulo dos mais delicados, para tratar do qual não me sinto completamente habilitado.

Dissertar sobre uma literatura estrangeira supõe, entre muitas, o conhecimento de duas coisas primordiais: ideias gerais sobre literatura e compreensão fácil do idioma desse povo estrangeiro”.

É relevante saber que Lima Barreto referia-se com ironia à língua “em que escreviam os literatos importantes, solenes, respeitados”, a qual nunca conseguiu entender, porque redigiam “eles as suas obras, ou antes, os seus livros, em outra muito diferente da usual, outra essa que” consideravam “como sendo a verdadeira, a lídima, justificando isso por ter feição antiga de dois séculos ou três”. Em relação a esse fato, Lima Barreto dizia, de forma irônica, que quanto mais incompreensível era essa língua, “mais admirado” era “o escritor que a” escrevia “por todos que não lhe” entendiam “o escrito” (BARRETO, 2012a, p. 23).

No segmento

(103) – *coisa que, como se sabe, se não é contrária às leis, ofende os costumes* (§23), o verbo factivo *saber* pressupõe a verdade do conteúdo que segue. Esse julgamento do autor-narrador traz como pressuposto: *As leis ou os costumes consideram que é necessário usar o sobrenome do pai*. O enunciado *o sobrenome tira-se do do pai, lá como aqui* pode ser interpretado como tanto em Bruzundanga como no Brasil isso acontece. Desse modo, pode-se dizer que a sociedade bruzundanguense é uma alegoria da sociedade brasileira, uma vez que a alegoria “consiste em uma proposição de duplo sentido, com sentido literal e com sentido espiritual simultaneamente” (FONTANIER, 1977, p. 114). Essa alegoria é confirmada pelo próprio autor-narrador no trecho *lá como aqui*.

Outra manifestação da *pobreza mental* dessa sociedade são os túmulos das pessoas da alta roda da Bruzundanga, como se pode observar em

(104) *Eles são caros jazigos ou carneiros de mármore de Carrara, mas os ornatos, as estátuas, toda a concepção deles. [...], é uma grande indigência artística* (§26). A orientação argumentativa iniciada pela partícula *mas* é da ordem *mas* PA, tal orientação sobrepõe-se à anterior; assim, o enunciado que prevalece é: *os ornatos, as estátuas, toda a concepção deles [...] é uma grande indigência artística*. Aqui há outra crítica do autor-narrador no sentido de dizer que as pessoas da alta roda não têm gosto apurado pela arte, daí sua mediocridade.

Em seguida, tem-se:

(§27) As suas casas são desoladas arquitetonicamente. Há modas para elas. Houve tempo em que era a de compoteiras na cimalha; houve tempo das cúpulas bizantinas; ultimamente era de mansardas falsas. Carneiros de Panúrgio...⁴¹

(§28) A sua capital, que é um dos lugares mais pitorescos do mundo, não tem nos arredores casas de campo, risonhas e plácidas, como se veem em outras terras.

(§29) Tudo lá é conforme a moda. Um antigo arrabalde da capital que, há quantos anos era lugar de chácaras e casas roceiras, passou a ser bairro aristocrático; e logo os panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sê-lo, banalizaram o subúrbio, que ainda assim é lindo.

(§30) Um dos toques da mediocridade da sociedade da Bruzundanga é a sua incapacidade para manter um teatro nacional.

(§31) O teatro é por excelência uma arte de sociedade, de gente rica. Ele exige vestuários caros, joias, carros – tudo isso que só se pode obter com a riqueza. Pois os ricos da Bruzundanga, não animam as tentativas que se têm feito para fazer surgir um teatro indígena. E todas têm fracassado.

(§32) Ela se contenta com a ópera italiana ou com as representações de celebridades estrangeiras.

(§33) Poderia ainda falar nas suas festas íntimas, nos seus casamentos, nos seus batizados, nas suas datas familiares; mas, por hoje, basta o que vai dito, e é o bastante para mostrar de que maneira a aristocracia da Bruzundanga é incapaz de representar o papel normal das aristocracias: criar o gosto, afinar a civilização, suscitar e amparar grandes obras.

⁴¹ A expressão “Carneiros de Panúrgio” provém da obra “Pantagruel, de Rabelais [...]. Designa aqueles que agem simplesmente por espírito de imitação” (BARRETO, 2012a, p. 84).

(§34) Se falei aqui em aristocracia, foi abusando da retórica. O meu intento é designar com tão altissonante palavra, não uma classe estável que detenha o domínio da sociedade da Bruzundanga, e a represente constantemente; mas os efêmeros que, por instantes, representam esse papel naquele interessante país.

(§35) Explicado este ponto, posso ir adiante nas minhas ‘notas’ sobre o país da Bruzundanga (BARRETO, 2012a, p. 84).

Em

(105) *A sua capital, que é um dos lugares mais pitorescos do mundo* [...] (§28), ocorre novamente o fenômeno da relativa apositiva. Esse encadeamento traz como pressuposto: *A sua capital é um dos lugares mais pitorescos do mundo*.

Implicitamente, Lima Barreto demonstra seu apreço pela capital carioca. O autor a admirava e tinha orgulho de sua beleza, mas, para seu descontentamento e desgosto, os governantes atuavam nela para desfrute próprio, deslocavam o povo simples do meio urbano para o morro. Assim, nos arredores do centro urbano, não havia mais casas de campo, *risonhas e plácidas*. Infere-se, desse modo, que essas casas eram moradias simples que acolhiam o povo mais humilde.

No segmento

(106) [...] *os panurgianos ricos, os que se fazem ricos ou fingem sê-lo, banalizaram o subúrbio, que ainda assim é lindo* (§29), pode-se observar novamente o fenômeno da relativa apositiva. A adjetiva explicativa *que ainda assim é lindo* especifica o antecedente *subúrbio*. Pode-se dizer que essa oração marca o apreço que Lima Barreto tinha pelo lugar onde morava. O operador *ainda*, nesse contexto linguístico, reforça a admiração do autor pelo subúrbio, uma vez que funciona como se fosse mais um argumento a favor da conclusão *O subúrbio do Rio de Janeiro é lindo*.

Ao lado da simpatia pelo subúrbio, Lima Barreto critica o ar aristocrático dado aos antigos arrabaldes, que deixaram de ter chácaras e casas roceiras para se transformarem em bairros de ricos ou daqueles que se fazem de ricos (§29).

Ao qualificar a sociedade de Bruzundanga de medíocre (§30), o autor-narrador critica a falta de interesse em criar um teatro indígena, um teatro nacional. O teatro que existe em Bruzundanga destina-se apenas aos ricos, pois exige vestuários caros, joias, carros (§31), e só apresenta ópera italiana ou representações de celebridades estrangeiras (§32).

Considerando o contexto e as condições de enunciação, fica subentendida a crítica que Lima Barreto faz à sociedade bruzundanguense e ao governo, que valorizavam o que vinha de fora, como a arte, em detrimento do que se produzia no Brasil.

3.3 Um grande financeiro

Esta crônica satírica trata da questão econômica de *Bruzundanga*, cujos políticos, responsáveis pelas finanças, são contraditórios e incompetentes. Lima Barreto constrói um personagem caricatural, Felixhimino Ben Karpatoso, para mostrar que políticos assim caracterizados só pensam neles e não resolvem os problemas da nação.

Antes de proceder à análise, é importante ressaltar que essa crônica apresenta muitas características da sátira, por isso a denominação crônica satírica. Conforme visto no Capítulo 2 desta tese, uma das características da sátira é a caricatura de personagens com a intenção de ridicularizá-las. Em *Um grande financeiro*, certos políticos são ridicularizados por não saberem governar, como acontece com o personagem Felixchimino Bem Karpatoso, deputado cuja caricatura é sugerida por meio da linguagem.

O autor-narrador inicia o texto comparando a República da Bruzundanga com a de outros países que se prezam. Pode-se inferir que Lima Barreto estava se referindo às repúblicas de países do velho continente, como a França:

(§1) A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados, ambos eleitos por sufrágio direto e temporários ambos, com certa diferença na duração do mandato: o dos senadores, mais longo; o dos deputados, mais curto (BARRETO, 2012a, p. 35).

Em

(107) *A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tinha, como todas as repúblicas que se prezam, [...] (§1), a conformativa como constrói uma relação de semelhança entre a República de Bruzundanga e repúblicas de países que se prezam. Considerando o fenômeno da pressuposição, tem-se como posto: Todas as Repúblicas que se prezam têm, além do presidente e juízes de várias categorias, um Senado e uma Câmara de Deputados [...], e como pressuposto: A República dos Estados Unidos da Bruzundanga é então uma República que se preza. Nesse pressuposto, o implícito veicula uma ironia, pois contradiz tudo que o autor-narrador relatou antes sobre o país da Bruzundanga.*

Pode-se dizer que, por meio do fenômeno da pressuposição, o autor-narrador critica deputados e senadores por serem desonestos. Apesar de se esperar que o povo não votasse em políticos desonestos, especialmente por se tratar de sufrágio direto, na sociedade da época, a desonestidade alastrava-se entre esses indivíduos.

Nesse aspecto, pode-se entender a crítica do autor-narrador de duas perspectivas: 1) bastava à República ter certa composição política para dar certo e 2) implicitamente, veiculava-se a aversão de Lima Barreto ao estrangeiro, à valorização que os governantes brasileiros davam àquilo que vinha de fora. Nesses dois aspectos, reside a ironia.

Na sequência, tem-se:

(§2) O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza. Os governos taxavam-no a mais não poder, de modo que os países rivais, mais parcimoniosos na decretação de impostos sobre produtos semelhantes, acabavam, na concorrência, por derrotar a Bruzundanga; e, assim, ela fazia morrer a sua riqueza, mas não sem os estertores de uma valorização duvidosa. Daí vinha que a grande nação vivia aos solavancos, sem estabilidade financeira e econômica; e, por isso mesmo, dando campo a que surgissem, a toda hora, financeiros de todos os seus cantos e, sobretudo, do seu parlamento (BARRETO, 2012a, p. 35).

No trecho

(108) *O país vivia de expedientes, isto é, de cinquenta em cinquenta anos, descobria-se nele um produto que ficava sendo a sua riqueza* (§2), o enunciado posterior a *O país vivia de expedientes* é mediado pelo elemento *isto é*, que indica reiteração do que já havia sido dito. O enunciado seguinte constitui, então, um argumento decisivo para se concluir que, por *Bruzundanga* estar em situação de dificuldade econômica, descobria-se no país, a cada cinquenta anos, um produto que se tornava sua riqueza.

Dessa forma, fica implícita a crítica do autor às grandes lavouras para exportação. Como a lavoura de cana-de-açúcar estava decadente, a plantação de café veio substituí-la. A economia do café representava a recuperação econômica do Brasil em relação ao mercado exterior. Na época da Proclamação da República, a economia cafeeira correspondia a 61% das exportações brasileiras, e os Estados Unidos da América eram os maiores consumidores. A lavoura do café sustentou o Brasil agrário desde meados do século XIX até início do século XX. Assim, pode-se entender que Lima Barreto estava se referindo ao café, que permaneceu como a riqueza do país por 50 anos.

Anteriormente, a economia do açúcar havia sustentado o Brasil. Assim, desde o período da colonização, a monocultura havia servido às finanças brasileiras.

Em seguida, tem-se:

(§3) Naquele ano, isto há dez anos atrás, surgiu na sua Câmara um deputado que falava muito em assuntos de finanças, orçamentos, impostos diretos e indiretos e outras coisas cabalísticas da ciência de obter dinheiro para o Estado.

(§4) A sua ciência e saber foram logo muito gabados, pois o Tesouro da Bruzundanga, andando quase sempre vazio, precisava desses mágicos financeiros, para não se esvaziar de todo.

(§5) Chamava-se o deputado – Felixhimino Bem Karpatoso. Se era advogado, médico, engenheiro ou mesmo dentista, não se sabia bem; mas todos tratavam-no de doutor.

(§6) O doutor Karpatoso tinha uma erudição sólida e própria em matéria de finanças [...]

(§7) O físico do deputado era dos mais simpáticos. Tinha um ar de Gil Blas de Santillana, em certas ilustrações do romance de Le Sage, com as suas barbas negras, cerradas, longas e sedosas, muito cuidadas e aparadas a tesoura diariamente. A tez era de um moreno espanhol; os cabelos, abundantes e de azeviche; os olhos, negros e brilhantes; e não largava a piteira de âmbar, com guarnições de ouro, onde fumegava sempre um charuto caro (BARRETO, 2012a, p. 35-36).

Lima Barreto, não poucas vezes, apresenta seus personagens ficcionais de modo caricatural, próximo à zombaria. Felixhimino Bem Karpatoso é um exemplo disso.

Por meio da caricatura, como se sabe, é possível dar destaque a determinado aspecto físico ou psicológico de uma pessoa. Esse aspecto, ou particularidade, é tomado de modo exagerado, deformado em relação àquilo que é representado (PROPP, 1992).

Em

(109) *A sua ciência e saber foram logo muito gabados, [...] precisava desses mágicos financeiros, [...] (§4)*, pode-se notar o tom de deboche dado pelo autor-narrador, que descreve o deputado como um homem competente e respeitado, que vai resolver os problemas de finanças do país, já que o Tesouro da Bruzundanga está quase vazio. O tom irônico reside na forma como o autor-narrador se refere ao deputado: *mágico financeiro*. *Mágico* porque somente por meio de mágica é que o problema econômico do país seria resolvido.

No trecho

(110) [...] *todos tratavam-no de doutor (§5)*, nota-se, mais uma vez, o tom debochado e sarcástico com que Lima Barreto refere-se ao deputado, que era chamado de doutor, mesmo sem ter feito curso superior.

No segmento

(111) [...] *não largava a piteira de âmbar, [...] onde fumegava sempre um charuto caro (§7)*, o advérbio *sempre* marca a certeza de que Karpatoso tinha por hábito fumar charutos caros. Então, tem-se como posto: *Na piteira de âmbar, fumegava sempre um charuto caro*, e como pressuposto: *Karpatoso fumava charutos caros*.

Se se submeter o posto à negação, o pressuposto se mantém. Posto:

(112) *Na piteira de âmbar, não fumegava sempre um charuto caro (§7)*. Pressuposto: *Karpatoso fumava charutos caros*.

Em seguida:

(§8) O seu saber em matéria de finanças e economia política determinava a sua constante escolha para relator do orçamento da receita. Era de ver como ele escrevia um substancial prefácio ao seu relatório. Não me recordo de todas as passagens

importantes de alguns deles; mas, de certas, e é pena que sejam tão poucas, eu me lembro perfeitamente. Eis aqui algumas. Para o orçamento de 1908, o doutor Karpatoso escreveu o seguinte trecho profundo: ‘Os governos não devem pedir às populações que dirigem, em matéria de impostos, mais do que elas possam dar, afirma Ladislau Poniatwsky. A nossa população é em geral pobríssima e nós não devemos sobrecarregá-la fiscalmente’. Não impediu isto que ele propusesse o aumento da taxa sobre o bacalhau da Noruega, pretextando haver produtos similares nas costas do país. (BARRETO, 2012a, p. 36).

Levando-se em conta o contexto político do Brasil na Primeira República, em

(113) [...] *o doutor Karpatoso escreveu o seguinte trecho profundo (§8)*, fica subentendida a ironia do autor-narrador, tendo em vista o sentido que atribui ao caracterizador *profundo*. O que escreveu o doutor Karpatoso a respeito do orçamento para 1908 revela a hipocrisia que envolve o personagem, que se ocupava de assuntos relacionados a finanças, orçamentos e impostos, mas de um modo inconsistente, incoerente e falso. Essa situação é reafirmada pelo autor-narrador no parágrafo 8:

(114) *Não impediu isto que ele propusesse o aumento da taxa sobre o bacalhau [...]*.

Na sequência, a crítica sobre a incompetência dos homens públicos de resolverem problemas cruciais para a sociedade é clara:

(§9) No orçamento do ano seguinte, ainda como relator da receita, ele dizia: ‘É missão dos governos modernos, em países de fraca iniciativa individual (o nosso o é), fomentar o aparecimento de riquezas novas, no dizer de Gordon O’Neill. A província das Jazidas, segundo um sábio professor francês, é um coração de ouro sob um peito de ferro. O pico de Ytabhira, etc.’.

(§10) E lembrava à Câmara que indicasse medidas práticas para o aproveitamento do ouro e do ferro da província das Jazidas. A Câmara e o Senado ouviram-no e votaram algumas centenas de contos para uma comissão que estudasse o meio prático de aproveitar o ferro da rica província central. A comissão foi nomeada, montaram o escritório de pesquisas na capital, em lugar semelhante ao Largo da Carioca, e o pico de Ytabhira ficou intacto (BARRETO, 2012a, p. 36).

No parágrafo 10, por exemplo, fica subentendida a crítica de Lima Barreto ao fato de se gastar muito dinheiro do orçamento no estudo de medidas práticas para se aproveitar ouro e ferro da província das Jazidas. Montou-se um escritório pomposo, em um lugar nobre da cidade, mas voltado a interesses dos próprios políticos. Dessa forma, a crítica incide, mais uma vez, sobre o gasto indevido de recursos públicos.

Em seguida, tem-se:

(§11) A fama do doutor Karpatoso subia e a sua elegância também. Fez uma viagem à Europa, para estudar o mecanismo financeiro dos países do Velho Mundo. Voltou de lá naturalmente mais sábio; o que, porém, ele trouxe de fato, nas malas, e foi verificado pelos elegantes do país, foram fatos, botas, chapéus, bengalas, *dernier bateau*, como dizem os *smarts* das colônias francesas da Ásia, da África, da América e da Oceania.

(§12) Arreado de novo e inteiramente europeu, o doutor Karpatoso começou a figurar nas seções mundanas dos jornais, e, vencendo o Senhor Mikel de Longueville, outro deputado da Bruzundanga, foi tido como o parlamentar mais *chic* do Congresso Nacional (BARRETO, 2012a, p. 36-37).

Já no início do parágrafo 11, percebe-se que Lima Barreto critica os políticos que diziam ir à Europa para estudar o mecanismo financeiro dos países desenvolvidos. Com a justificativa de estudar fora para melhor entender as finanças do país, os políticos gastavam o dinheiro dos cofres públicos para fazer compras e, assim, andarem na última moda.

Em

(115) [...] *o doutor Karpatoso começou a figurar nas seções mundanas dos jornais* (§12), o verbo *começar*, que indica mudança de estado, é responsável pelo fenômeno da pressuposição. Tem-se, então, como posto: *O doutor Karpatoso figura nas seções mundanas dos jornais atualmente*, e como pressuposto: *O doutor Karpatoso não figurava nas seções mundanas dos jornais antes de vir da Europa vestido na última moda*.

Ainda que o encadeamento *por ser tido como o parlamentar mais chic do Congresso Nacional* seja acrescentado ao posto, ele não afeta o pressuposto. Esse encadeamento veicula causalidade em relação ao posto *Atualmente, o doutor Karpatoso figura nas seções mundanas dos jornais*.

A crítica de Lima Barreto, que se mantém implícita, refere-se à percepção de que para ser político e famoso não era preciso, necessariamente, ser competente, bastava ter boa aparência e ser *chic* (§12). Essa ideia é reforçada no trecho que segue:

(§15) O elogio que o tal senhor fez aos ademanos do doutor Karpatoso tinha origem no boato a correr de que, muito em breve, ele seria indicado para ministro da Fazenda [...] (BARRETO, 2012a, p. 37).

Os elogios que o doutor Karpatoso recebia por conta de seus *ademanos* deram origem ao boato de que ele seria indicado para ministro da Fazenda. Assim, o autor enfatiza que a competência não precisava estar entre os requisitos necessários para o exercício de governar o país.

Na sequência, tem-se:

[...]

(§17) Desde que se rosou que o doutor Karpatoso seria ministro da Fazenda do futuro quadriênio, a sua casa começou a encher-se [...]

(§18) Felixhimino, como bom financeiro que era, possuía qualidades harpagonescas de economia e poupança, de forma que se zangava muito com aquelas despesas de chá e biscoitos que era obrigado a oferecer aos visitantes [...] (BARRETO, 2012a, p. 37-38).

Em

(116) *Desde que se rosnou que o doutor Karpatoso seria ministro da Fazenda [...] a sua casa começou a encher-se [...] (§17)*, novamente o verbo *começar*, que indica mudança de estado, traz o fenômeno da pressuposição. Tem-se, então, como posto: *A casa do doutor Karpatoso enche-se de visitas atualmente*, e como pressuposto: *A casa do doutor Karpatoso não se enchia de visitas anteriormente*.

A crítica recai sobre o fato de que, na Primeira República, os amigos, os parentes e os conhecidos papericavam os políticos com o objetivo de conseguir uma boa colocação em algum órgão público. Nesse trecho, fica subentendido o nepotismo, prática muito criticada pelo autor carioca (§17). Além disso, Lima Barreto, no papel de narrador, critica a mesquinhez do deputado, que pensa em economizar até no chá e nos biscoitos que oferece aos visitantes (§18).

Em continuidade, tem-se:

(§19) Mme Hengrécia Bem Karpatoso, centro de conversa, não se cansava de gabar os árduos trabalhos do marido.

(§20) Certa vez, em que houvera recepção na casa do famoso deputado quando ele já se tinha retirado para os aposentos do andar superior, a fim de estudar não sei o quê, sua mulher ficou na sala de visitas a conversar com algumas amigas e alguns amigos.

Alguém, a um tempo da conversa, observou:

(§21) — Isto vai tão mal, que não sei mesmo quem nos salvará.

(§22) Mme. Hengrécia, tal e qual Mme de Girardin, em certa ocasião, apontou o dedo para o teto e disse sacerdotalmente:

(§23) — Ele!

(§24) Todos se entreolharam e o doutor Moscoso completou:

(§25) — Sim: Deus!

(§26) — Não, — observou Dona Hengrécia. — Ele, o Felixhimino, quando for ministro da Fazenda. Ele há de sê-lo em breve.

(§27) Todos concordaram. Não se cumpriu, porém, a profecia da pitonisa conjugal, pois o novo presidente da Bruzundanga — Idle Bhrás — não fez Ben Karpatoso ministro do Tesouro (BARRETO, 2012a, p. 38).

No trecho

(117) *Mme Hengrécia [...] disse sacerdotalmente (§22): — Ele! (§23)*, o emprego do advérbio asseverativo *sacerdotalmente* leva ao entendimento da convicção com que Hengrécia delegava ao marido o poder de salvar as finanças no país da Bruzundanga.

Considerando os elementos extralinguísticos, ou seja, o contexto político da época, em

(118) *Não se cumpriu, porém, a profecia da pitonisa conjugal, pois o novo presidente da Bruzundanga — Idle Bhrás — não fez Ben Karpatoso ministro do Tesouro (§27)*, Lima Barreto pode estar se referindo ao presidente Venceslau Brás. Como o próprio livro *Os Bruzundangas* traz em nota de rodapé que Idle, em inglês, quer dizer *ocioso*, o nome do presidente de Bruzundangas pode significar Brasil(eiro) Ocioso ou ser uma alusão ao então presidente Venceslau Brás, que governou o país de 1914 a 1918.

Venceslau Brás havia sido vice-presidente no governo Hermes da Fonseca, militar que governou o Brasil de 1910 a 1914, e concorreu às eleições com o civil Rui Barbosa. No governo de Hermes da Fonseca, várias revoltas populares foram combatidas pelas tropas governamentais. Lima Barreto, anti-hermista, nas citadas eleições, havia apoiado Rui Barbosa.

Em seguida, tem-se:

(§28) O sábio deputado continuou, porém, na sua atividade financeira, a relatar orçamentos com saldos, mas que sempre, ao fim do exercício, se fechavam com *deficits*.

(§29) Certo dia, Idle Bhrás de Grafofone e Cinema mandou-o chamar a palácio e disse-lhe:

(§30) — Karpatozo, o orçamento fecha-se sempre em *deficit*. Este cresce de ano para ano. Tenho que satisfazer compromissos no estrangeiro ... Espero que você me arranje um jeito de aumentarmos a receita. Você tem estudos sobre finanças e não será difícil para você ...

(§31) A isto Felixhimino respondeu com toda a segurança:

(§32) — Não há dúvidas! Vou arranjar a coisa.

(§33) Três dias após, ele tinha as ideias salvadoras: aumentava do triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene, a carne-seca, o feijão, o arroz, a farinha de mandioca, o trigo e o bacalhau; do dobro, os tecidos de algodão, os sapatos, os chapéus, os fósforos, o leite condensado, a taxa das latrinas, a água, a lenha, o carvão, o espírito de vinho; criava imposto de 50% sobre as passagens de trens, bondes e barcas, isentando a seda, o veludo, o *Champagne*, etc., de qualquer imposto. Calculando tudo, ele obtinha trinta mil contos. Levou a coisa a Idle Bhras de Grafofone e Cinema, que gabou muito o trabalho de Bem Karpatozo:

[...] (BARRETO, 2012a, p. 39).

Em

(119) *O sábio deputado continuou [...] na sua atividade financeira a relatar orçamentos com saldos [...] (§28), o verbo continuar marca sucessão de estado. Tem-se, então, como posto: O sábio deputado relata orçamentos com saldos atualmente, e como pressuposto: o sábio deputado relatava orçamentos com saldos anteriormente. Na sequência do parágrafo, o operador mas funciona como mas PA, introduzindo o argumento que vai prevalecer: “os orçamentos fecham com déficits”. Assim, fica implícita a crítica que o autor faz aos políticos da terra de Bruzundangas por enganarem o povo em relação aos orçamentos. Pode-se inferir, dessa forma, que esse deva ser um caso de corrupção, também denunciado pelo autor.*

No segmento

(120) *Felixchimino aumentava do triplo a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene [...]; do dobro, os tecidos de algodão [...]; criava imposto de 50% sobre as passagens de trens [...], isentando a seda, [...] (§33), pode-se considerar aumentar, criar e isentar como verbos de mudança de estado, porque pressupõem que um tipo de ação que vinha acontecendo normalmente deixará de acontecer. Então, tem-se:*

Posto 1: *Atualmente, a taxa sobre o açúcar, o café, o querosene [...] custa o triplo;*

Pressuposto 1: *A taxa sobre o açúcar [...] não custava o triplo antigamente;*

Posto 2: *O imposto sobre as passagens de trem [...] é 50% mais caro atualmente;*

Pressuposto 2: *não havia imposto sobre as passagens de trem [...] anteriormente;*

Posto 3: *Atualmente, não há imposto sobre a seda, o veludo e o Champagne, e*

Pressuposto 3: *Havia imposto sobre a seda [...] anteriormente.*

Como Karpatoso era “mestre” em finanças, o presidente da República de Bruzundanga pediu-lhe que fechasse o orçamento sem *deficit* (§30). Para isso, o deputado não hesitou em aumentar os impostos de produtos nacionais, como açúcar e café, mas poupou os produtos estrangeiros, como champanhe, seda e veludo. Nesse aspecto, entende-se a crítica de Lima Barreto ao governo por favorecer o estrangeiro em detrimento do povo brasileiro.

Na sequência, tem-se:

[...]

(§35) Apresentadas as ideias de Felixhimino à Câmara, muitos deputados se insurgiram contra elas.

(§36) Um objetou:

(§37) — Vossa Excelência quer matar de fome o povo da Bruzundanga.

(§38) — Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente.

(§39) Um outro observou:

(§40) — Vossa Excelência vai obrigar o povo a andar nu.

(§41) — Não apoiado. O vestuário deve ser uma coisa majestosa e imponente, para bem impressionar os estrangeiros que nos visitem. A seda e a lã ficarão pouco mais caras que os tecidos de algodão. Toda a gente vestir-se-á de seda ou de lã e as populações das nossas cidades terão um ar de abastança que muito favoravelmente há de impressionar os estrangeiros.

(§42) Um outro refletiu:

(§43) — Vossa Excelência vai impedir o movimento de passageiros dentro da cidade e dentro do país.

(§44) — Será um benefício. O barateamento das passagens só traz a desmoralização da família. Com as passagens caras, diminuirão os passeios, os bailes, as festas, as visitas, os piqueniques, conseqüentemente os encontros de namorados, a procura de casas suspeitas, etc., de forma que os adultérios e as seduções sensivelmente não de ser mais raros.

(§45) Dessa maneira, o genial Karpatoso, êmulo do meirinho Bem Venanko, o financeiro, foi arredando uma por uma as objeções que eram feitas ao seu projeto de orçamento da receita.

(§46) Houve uma crise no ministério e logo ele foi nomeado ministro da Fazenda, com o orçamento que fizera votar. Foram tais os processos de contrabando que teve de estudar, tanto meditou sobre eles, que um dia, telegrafou a um seu subalterno que aprendera um grande, um imenso contrabando e prendera os infratores, desta forma: “Fuzile todos”.

(§47) O homem estava louco e morreu pouco depois. A seção elegante de um jornal de lá, o *Diário Mercantil* – ‘De Cócoras’ – fez-lhe o necrológio; o novo ministro, entretanto, não pagou, ao redator dela, nada pelo serviço assombroso que prestara às letras do país (BARRETO, 2012a, p. 39-40).

Em

(121) *O vestuário deve ser uma coisa majestosa e imponente, para bem impressionar os estrangeiros que nos visitem* (§41), fica implícito que o autor-narrador critica os políticos de Bruzundanga que querem mostrar ao estrangeiro um país sem miséria e que se veste conforme a moda parisiense.

Karpatoso vai arredando, uma a uma, as objeções dos deputados. As recusas conferem um efeito cômico a cada passagem em que os deputados insurgem-se contra as ideias absurdas que Felixhimino apresenta à câmara para “acabar” com o *deficit* no orçamento, ou fazê-lo “diminuir” (§38, §41, §44).

Para finalizar a análise dessa crônica satírica, retoma-se uma citação do teólogo francês Bossuet, “o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes”, a que Lima Barreto faz referência na crônica *A política e os políticos da Bruzundanga* (capítulo IV, p. 49) para ressaltar que na Bruzundanga, o verdadeiro fim da política dos políticos era fazer os povos infelizes. Na crônica analisada, o exemplo disso é o personagem Ben Karpatoso.

Como se pôde verificar na análise das três crônicas, o componente linguístico, expresso por meio do léxico⁴² e de elementos gramaticais, que se configuram em “pistas” apresentadas na forma de recursos argumentativos, é de fundamental importância para se compreender a ironia e, conseqüentemente, a crítica em Lima Barreto. Agregando-se a esses elementos os aspectos relacionados ao contexto, o componente linguístico permite verificar quais elementos linguísticos foram escolhidos pelo autor em função de suas intenções.

⁴² Como se viu nas análises, o léxico utilizado de modo irônico pelo autor apresenta-se na forma de pronomes demonstrativos, como *tal* e *aquilo*, e de caracterizadores, como *poderoso*, *rico*, *grande*, *difícil*, *mágico*, entre outros.

CONCLUSÃO

Nesta tese, analisou-se o implícito em crônicas de Lima Barreto publicadas na obra *Os Bruzundangas*, entre as quais aqui foram apresentadas, a título de exemplificação *A nobreza da Bruzundanga*, *A sociedade* e *Um grande financeiro*. A análise empreendida fundamentou-se nos pressupostos teóricos relacionados à pressuposição – posto e pressuposto – e ao subentendido, os quais veiculam implícitos. Embora alguns estudiosos, como Figueiredo (1995), observem que Lima Barreto apresenta sua crítica em *Os Bruzundangas* de modo explícito, o implícito também se faz presente nas produções do autor, como se evidenciou no Capítulo 3.

Notou-se que em relação ao fenômeno da pressuposição, os elementos linguísticos, inscritos na língua, como determinados verbos, os marcadores temporais e os modalizadores adverbiais, são responsáveis pela informação velada transmitida no texto, ou seja, constituem “pistas” linguísticas norteadoras para o entendimento dos implícitos.

De modo a ampliar a compreensão acerca de como se dá a produção de sentido por meio do pressuposto e do subentendido no *corpus* analisado, recorreu-se aos conceitos de contexto, de ironia e de sátira.

Observou-se que nos textos examinados, os vários contextos – contexto político, social, econômico e educacional da Primeira República, bem como o da vida do autor – possibilitou o entendimento dos fatos relacionados à política, à educação e à sociedade que tanto incomodavam Lima Barreto. Desse modo, entende-se que o contexto serviu como norteador da interpretação e da compreensão textual, especialmente em passagens que não apresentavam elementos linguísticos que permitiam a identificação do implícito. O entendimento do contexto histórico, particularmente, em relação à classe social marginalizada, à urbanização da cidade do Rio de Janeiro e à valorização dada ao título de doutor, possibilitou o reconhecimento da crítica que o autor veicula por meio dos subentendidos.

Dessa forma, pelo que foi sendo revelado por meio das análises dos textos de Lima Barreto, pôde-se notar que tais produções, assim como qualquer outro texto, trazem marcas linguísticas que constituem “pistas” para o entendimento do implícito. Entretanto, para que esse entendimento se efetive, é necessário ir além dessas “pistas”. Reconhecer os contextos cognitivo, social e interacional também se faz necessário no momento de interpretar o conteúdo implícito. Assim, evidencia-se a relação direta que há entre texto e contexto, uma vez que o texto não pode ser compreendido fora de sua circunstância de produção. O contexto permite a compreensão dos textos quando estes não apresentam, em sua superfície, elementos

materializados que possam levar ao sentido, como observado nas análises das crônicas que constituem o *corpus* deste trabalho.

Nesta investigação, as crônicas analisadas assim como os demais capítulos de *Os Bruzundangas* foram designados como crônicas e como crônicas satíricas por apresentarem, todos eles, características como ironia e estilo coloquial, deboche e tom despojado, que possibilitam um maior envolvimento entre autor-texto-leitor.

A ironia mostrou-se como um elemento desencadeador da compreensão da crítica que Lima Barreto, implicitamente, faz à sociedade de seu tempo. O autor, por meio da ironia, revela posturas sociais e políticas, bem como seu posicionamento científico expresso nas críticas à filosofia positivista, que permeou todo o contexto da Primeira República. Em Lima Barreto, muitas vezes, a ironia aproxima-se da sátira, como se pôde verificar nas crônicas analisadas.

A sátira, por sua vez, é utilizada por Lima Barreto para criticar, por meio de caricaturas sarcásticas, a sociedade, os costumes e os políticos do início da República. Utilizando-se de uma linguagem coloquial permeada pelo tom de deboche, o autor critica veementemente, de modo cômico, as relações políticas e sociais. Assim, a sátira serve para ridicularizar os personagens políticos, cujas caricaturas são sugeridas pela linguagem barretiana. No *corpus* examinado, a sátira mostrou-se como uma forma de combate em relação ao que vigorava na sociedade da época.

Ao longo da análise dos textos, evidenciou-se o tom humorado do autor, um humor amargo, quando não cínico, hostil e trágico, que serviu para denunciar a realidade brasileira do início do século passado. Além disso, o autor pretendia, cada vez mais, se comunicar com um público mais amplo, pois nem sempre representava apenas a voz dos marginalizados.

Por fim, entende-se que o estudo da pressuposição e do subentendido, assim como das relações que estabelecem com os implícitos e com o contexto extralinguístico, pode ser aprofundado em alguns aspectos. No que se refere ao aspecto estritamente linguístico, pode-se pensar no desenvolvimento de trabalhos que ampliem, por exemplo, os conhecimentos sobre os modalizadores, que têm importante função argumentativa. Esses elementos indicam a intenção do sujeito em relação a seu enunciado e são dotados de força argumentativa. Assim, desempenham um papel fundamental na linguagem e podem ser estudados com base no fenômeno da pressuposição. Em relação ao aspecto extralinguístico, pode-se empreender pesquisas sobre outros tipos de contexto, além dos contextos linguístico e histórico. O contexto sociocognitivo, por exemplo, releva a cultura, as tradições e os costumes, que devem ser compartilhados entre os interlocutores para a construção de sentido.

Acredita-se que esta pesquisa tenha relevância também em relação à elaboração de atividades de leitura que auxiliem no processo de formação de leitores críticos, com foco tanto nos elementos explícitos e implícitos, que estão presentes nos textos e que participam na construção do sentido, como na própria língua como construto que permite ao usuário agir na sociedade.

Destaca-se que o resultado apresentado não visa a generalizações. O que se buscou mostrar foi uma alternativa para o estudo de textos literários orientado por uma perspectiva que considera elementos que estão além da materialidade linguística e que também veiculam sentidos.

REFERÊNCIAS

- ADRIANO. *Mulato, pobre, mas livre*. Rio de Janeiro: Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca, 1982 (samba-enredo). Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/unidos-da-tijuca-rj/1757369/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.
- ANSCOMBRE, Jean Claude; DUCROT, Oswald. *L'argumentation dans la langue*. 2. ed. Bruxelles: Mardaga, 1988.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. *Enigma e comentário*. Ensaio sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ASSIS, Lúcia Maria de. *Lima Barreto*. Língua, identidade e cidadania. São Paulo, 2008. 166 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.
- ASSIS BARBOSA, Francisco de. *A vida de Lima Barreto*. 7. ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1988 [1952].
- BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas e Numa e a ninfa*. São Paulo: Carambaia, 2017.
- _____. *Sátiras e outras subversões*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2016.
- _____. *Os Bruzundangas, incluindo Outras histórias dos bruzundangas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2012a.
- _____. *Clara dos Anjos*. 1. ed. – São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2012b.
- _____. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. 2. ed. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011a.
- _____. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. – São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2011b.
- BAUDELAIRE, Charles. *Escritos sobre arte*. São Paulo: Imaginário, 1998.
- BERGSON, Henri. *O riso*. Ensaio sobre a significação da comicidade. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BORGES, Augusto César Maurício. *A sátira em o Pirralho: Juó Bananére e o Hermismo – 1911 a 1915*. São Paulo, 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 2003 [1970].
- BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito – o Rio de Janeiro e a militância literária de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2002.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2008.
- CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. *A força das palavras – dizer e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2010.

CANDIDO, Antônio. A vida ao Rés-do-chão. In: _____. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Unicamp; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. 13. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso – modos de organização*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, Felipe Botelho. Introdução. In: BARRETO, Lima. *Sátiras e outras subversões*. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2016.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1976.

CRAICE, Luscelma Oliveira Cinachi. **João do Rio** – língua, sociedade e identidade nacional. São Paulo, 2013. 227 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire – principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann, Editeurs, 1991.

_____. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)*. Trad. Carlos Vogt, Rodolfo Ilari e Rosa Attié Figueira. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____. *Provar e dizer: linguagem e lógica*. São Paulo: Global, 1981.

FARGONI, Ana Maria Souza Lima. *A manifestação da oralidade na escrita: um estudo da crônica*. Araraquara, 1993. 251 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, 1993.

FÁVERO, Leonor Lopes. A crônica e seu valor como documento. In: PRETI, Dino. (Org.) *Oralidade em textos escritos*. São Paulo: Humanitas, 2009.

_____. A crônica em Lima Barreto: dialogismo fala/escrita. In: PRETI, Dino. *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2005.

FÁVERO Leonor Lopes; MOLINA, Márcia A. G. A crônica: uma leitura textual-discursiva. In: NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos; OLIVEIRA, Maria Regina Momesso de; LOUZADA, Maria Sílvia Olivi. (Org.) *Processos enunciativos em diferentes linguagens*. Franca: UNIFRAN, 2006.

FERRARO, Alceu Ravanello; KREIDLOW, Daniel. analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. s. d. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>>. Acesso em: 15 maio 2018.

FIGUEIREDO, Maria do Carmo Lanna. *O romance de Lima Barreto e sua recepção*. Belo Horizonte: Lê, 1995.

FONTANIER, Pierre; GENETTE, Gérard. *Les figures du discours*. Paris: Flammarion, DL 1977.

GOOGLE. Disponível em: <<http://plus.google.com/112367612218641704495/posts/ZFvHKx4eHVp>>. Acesso em 3 mar. 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.

HANKS, William F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2012.

_____. *Raízes do Brasil*. 26. ed., 34. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Cobra de vidro*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La connotation*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1977.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto – um pensador social na primeira República*. Goiânia; São Paulo: UFG; Edusp, 2002.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. Trad. Maria Elena Ortiz Assunção. São Paulo: Unesp, 2003.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 2002.

_____. *A criação literária – Prosa II*. São Paulo: Cultrix, 2001.

NASCIMENTO, Maria Ercília do. *Alteridade & Intolerância – percursos de Lima Barreto*. São Paulo, 1999. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NERY, João Elias. *Charge e caricatura na construção de imagens públicas*. São Paulo, 1998. 205 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antônio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas; Rio de Janeiro: Unicamp; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

NÓBREGA, Maria Helena da. *Análise funcional de advérbios e adverbais modalizadores no texto jornalístico*. São Paulo, 2000. 225 f. Tese⁴³. Universidade de São Paulo.

NORONHA, Carlos Alberto Machado. *Literatura como crítica social: a sátira da sociedade brasileira em Os Bruzundangas*. s.d. Disponível em:

⁴³ Entre os dados da referida pesquisa, não consta informação acerca da área de conhecimento à qual a tese está vinculada.

<<http://periódicos.unesc.net/index.php/selep/article/viewFile/643/640>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

PERELMAN, Chaïm; TYTECA, Lucie Olbrechts. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

PINTO, Rosalice. *Como argumentar e persuadir?* Prática política jurídica jornalística. Lisboa: Quid Juris, 2010.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. Trad. Aurora Fornoni Bernardini; Homero Freitas Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1977.

SANTANA, Débora Betânea de. *Ironia: O tempero da crônica* (estudo de textos cronísticos de Luís Fernando Veríssimo). São Paulo, 2006. 88 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Flávio da. *Humor e sátira: o Cabrião no cotidiano da cidade de São Paulo – 1866/1867*. São Paulo, 2004. 120 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVEIRA, Jorge Fernandes da. Fernão Lopes e José Saramago. Viagem – Paisagem – Linguagem coisa de ver. In: CANDIDO, Antônio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas; Rio de Janeiro: Unicamp; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

SOUZA, Herberth Paulo de. *A pressuposição linguística na estrutura da Língua Portuguesa*. Belo Horizonte, 2000. 220 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <http://bib.pucminas.br/teses/Letras_SouzaHP_1.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

TAVARES, Eva Volite Coelho. *Ciência e Literatura em Lima Barreto*. São Paulo, 2015. 71 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VASCONCELLOS, Eliane. Lima Barreto: misógino ou feminista. In: CANDIDO, Antônio. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas; Rio de Janeiro: Unicamp; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico – contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. 2. ed. rev. – São Paulo; Campinas: Ateliê Editorial; Unicamp, 2009.

_____. *Linguagem, pragmática e ideologia*. Campinas: Hucitec, 1980.

WIKIPEDIA. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_\(título\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_(título))>. Acesso em: 2 abr. 2017.

ANEXOS